

## ATA DA 278ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias de outubro de 2022, às nove horas, realizou-se a ducentésima septuagésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Camila Lorena Sálvio Tanúrio – SEAPA; Cleuza Maria de Oliveira – SEE; Elder Carlos Gabrich Júnior – SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame - CMAS/Coronel Fabriciano; Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP; Isac dos Santos Lopes – ASQUIS; João Victor de Almeida Chaves – SEPLAG; Joao Vítor Da Silva Jorge - CMAS/Caeté; Kariny de Amorim Silva - Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo-São Vicente de Paula; Ludson Rocha Martins – CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Mariana de Resende Franco - SEDESE; Marilene Faustino Pereira – FETAEMG; Marinete da Silva Morais – COGEMAS; Simone Maria da Penha de Oliveira - CMAS/Belo Horizonte. Ainda, os seguintes conselheiros suplentes: Anna Karla Ribeiro Silva - SEAPA; Carla Valéria Soares Vita - Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA; Claudia Cristina Da Silva - CMAS/Uberaba; Crislaine Cristina Nascimento Flauzino - CMAS/Conselheiro Lafaiete; Daniel Martins de Mello Neto - CMAS/Barbacena; Gabriele Sabrina - SEDESE; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi - CMAS/Cordisburgo; Leandro Luis da Cruz Sena - Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro – ID; Magna Cupertino Carvalho - COGEMAS; Philippe Nunes Vieira e Silva - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Rodrigo dos Santos França - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM; Sandra Regina Ferreira Barbosa - SINTIBREF; Vinícius de Querioz Castanheira – SEF. Estiveram também os seguintes convidados: Cristiano de Andrade – SEDESE; Rose - SEDESE; Roberta Kelly – SEDESE; Marcela Rodrigues – SEDESE. **PRESIDENTE:** Chamada dos presentes, Secretaria Executiva, por favor pode começar. **ANGELO - CEAS:** Bom dia, gente. Mariana de Resende? **PRESIDENTE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Marinete? **PRESIDENTE:** Está presente. **ANGELO - CEAS:** João Vítor de Almeida? **PRESIDENTE:** Almeida, não. **ANGELO - CEAS:** João Vítor da Silva? **PRESIDENTE:** Está presente. **ANGELO - CEAS:** Cleuza? **CLEUZA,**

37 **SES/MG:** Cleuza está presente. **ANGELO - CEAS:** Camila? Gabriele? **GABRIELE,**  
38 **SEDESE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Daniel? Magna? **PRESIDENTE:** Magna não.  
39 **ANGELO - CEAS:** Cláudia? Vinícius? **PRESIDENTE:** Vinícius está presente.  
40 **ANGELO - CEAS:** Ana Carla? **PRESIDENTE:** Ainda não. **ANGELO - CEAS:** Arlete?  
41 Gabriela? Gabriela está presente? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Presente.  
42 **ANGELO - CEAS:** Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Isac?  
43 **ISAC, ASQUIS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Kariny? Lucas? **LUCAS, CONSELHO**  
44 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Estou presente conversando. **ANGELO - CEAS:**  
45 Ludson? Juanita? Marilene? Simone? **SIMONE, CMAS/BH:** Presente. **ANGELO -**  
46 **CEAS:** Carla? **PRESIDENTE:** Carla está presente. **ANGELO - CEAS:** Crislayne?  
47 **PRESIDENTE:** Está presente. **ANGELO - CEAS:** Philippe? **PHILIPPE, FETSUAS:**  
48 Presente. **ANGELO - CEAS:** Leandro? **PRESIDENTE:** Está presente. **ANGELO -**  
49 **CEAS:** Rodrigo? Cinara? **PRESIDENTE:** Não. **ANGELO - CEAS:** Sandra? Iara?  
50 **PRESIDENTE:** A Magna também está presente, Ângelo. **ANGELO - CEAS:** Magna  
51 está? Maria Aparecida Baião? **PRESIDENTE:** Ainda não. A Juanita está presente.  
52 **ANGELO - CEAS:** Temos, até o momento, 13 titulares e 8 suplentes. **PRESIDENTE:**  
53 Então podemos iniciar a reunião. Muito obrigada. Vocês podem fazer a projeção de  
54 pauta, por favor? Feita a leitura e a chamada dos presentes, eu vou passar para a  
55 apresentação da proposta de pauta da plenária que foi enviada para os conselheiros  
56 ontem, após aprovação da Mesa Diretora. Temos justificativas de ausências? Pode  
57 registrar, por favor. **ANGELO - CEAS:** Temos sim. Temos a Érica (trabalho). Érica,  
58 da... **PRESIDENTE:** CMAS Coronel Fabriciano. **ANGELO - CEAS:** Érica, Coronel  
59 Fabriciano (trabalho). Elisa, Saúde (trabalho). Silvestre, Secretaria de Fazenda  
60 (férias). Soraia, SEDESE (férias). Lígia, Saúde (trabalho). Mariana, SEPLAG (férias).  
61 Michele, Educação (trabalho). Somente. **PRESIDENTE:** Ok. Registrado. Passando  
62 para a apreciação da pauta. O primeiro ponto de pauta: informes. Segundo ponto de  
63 pauta: distribuição do processo de PAS/Barragem. O nome da barragem é Bonfim  
64 de Baixo? Distribuição do processo da Barragem Bonfim de Baixo a ser implantado  
65 no município de Abre Campo, para a Conselheira Camila, segundo a lista sequencial  
66 elaborada a partir de sorteio realizado nesse CEAS, na 203ª Plenária Ordinária  
67 ocorrida em 20 de maio de 2002, conforme Resolução CEAS nº 681/2019. Terceiro  
68 ponto de pauta: reordenamento dos CREAS Regionais e ampliação de CREAS  
69 municipais de município de pequeno porte I. Pausa para o almoço. Após o almoço:  
70 comissões temáticas, começando pela Comissão de Orçamento. Comissão de  
71 Política, com apresentação da Resolução da Nota Orientativa sobre Benefícios  
72 Eventuais. Comissão de Normas. Comissão de Apoio e GT do Controle Social. Essa  
73 foi a pauta discutida e aprovada na Mesa Diretora de ontem, para apreciação da

74 plenária. Inscrição da Gabriela Loiola. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu coloquei no  
75 grupo dos conselheiros a respeito de um áudio do Secretário de Assistência Social  
76 do município de Montes Claros. Teve uma repercussão muito grande. Eu gostaria de  
77 sugerir como um ponto de pauta, para a gente poder discutir a respeito do assunto e  
78 ver se há alguma questão de competência desse conselho com relação ao que  
79 aconteceu lá que diz de assédio a trabalhadores. **PRESIDENTE:** Secretaria  
80 Executiva, registra lá embaixo para mim. Pedido de inclusão de ponto de pauta.  
81 Situação de assédio eleitoral a trabalhadores do SUAS no município de Montes  
82 Claros. Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**  
83 Meu pedido de inclusão de pauta é como segundo ponto de pauta. É sobre a  
84 barragem de Jequitaí. É só mesmo aprovação de um requerimento que o  
85 empreendedor mandou solicitando mais um pouco de prorrogação de prazo... Não.  
86 Não, porque não passamos na discussão da comissão, então é um ponto muito  
87 rápido. Não vai tomar muito tempo, então por isso solicito que seja o segundo ponto,  
88 logo depois de Distribuição do Processo de PAS/Barragem. **PRESIDENTE:** Pedido  
89 de inclusão de ponto de pauta. Solicitação do empreendedor da Barragem de  
90 Jequitaí. Mais algum conselheiro se manifestar? Não? Podemos considerar a pauta  
91 aprovada da forma como está apresentada? Conselheiros que concordam pela  
92 aprovação da pauta se manifestem. Alguma manifestação contrária? Alguma  
93 abstenção? Agradeço. Pauta aprovada. Passamos para o primeiro ponto de pauta.  
94 Eu vou pedir à Conselheira Rosa, que é da Comissão de Normas e Técnica da  
95 Secretaria Executiva, para fazer uma breve explicação desse ponto que é a  
96 distribuição do processo de barragem. Desculpa, gente. Informes. Estava aberto na  
97 minha frente. Peço desculpa. Passando para os informes. O primeiro informe foi  
98 discutido na Mesa Diretora ontem. Nós tivemos reunião do FONACEAS em outubro,  
99 virtual. A Secretaria Executiva participou e tivemos participação de três conselheiras.  
100 Eu vou passar para as conselheiras, se quiserem fazer algum relato do FONACEAS.  
101 Secretaria Executiva ou conselheiras, querem fazer relato? **GRAZIELE, CRP:** Não.  
102 Só fazer uma questão mesmo de a gente apresentar a dificuldade e pensar em uma  
103 estratégia, enquanto representação do CEAS aqui de Minas, na participação do  
104 FONACEAS porque na minha avaliação essa rotatividade, ela está atrapalhando  
105 porque a gente perde o processo. Inclusive dessa última reunião, a pauta era falar  
106 um pouquinho sobre as CLAS, sobre os comitês locais. E acabou que o Rio  
107 apresentou suas questões. São Paulo apresentou suas questões. Espírito Santo  
108 apresentou suas questões. E Minas teve uma certa dificuldade pela participação,  
109 não só... porque a gente não teve uma resposta também que a Sirlene solicita, mas  
110 ela não teve essa resposta. Mas também essa desarticulação que a gente está

111 dificultou a nossa participação. Eu sou muito favorável com a participação da  
112 Simone, então eu acho que talvez, eu acho que a gente enquanto sociedade civil, a  
113 gente pode discutir melhor um pouquinho essa participação. E se a gente pensa que  
114 o FONACEAS é esse fortalecimento de controle social e controle social parte  
115 participação do usuário, eu acho que talvez a gente repensar isso, a nossa  
116 representatividade lá. Só para dizer disso, desse lugar. E que o FONACEAS ele tem  
117 esse lugar mesmo de tentar articular mesmo, de fortalecer os estados, os conselhos  
118 estaduais e dessa dificuldade. A gente tirou como encaminhamento essa demanda  
119 da região Sudeste, realmente esse fortalecimento e repensar mesmo esse modelo  
120 dos comitês locais de participação. **PRESIDENTE:** Ok. **SIRLENE - CEAS:** É porque  
121 aqui fala da reunião descentralizada que a Érica e a Michele participaram. E  
122 nenhuma das duas estão aqui também. **PRESIDENTE:** Não cheguei no CNAS.  
123 Estamos falando de FONACEAS. **SIRLENE - CEAS:** Ah, está. Desculpa.  
124 **PRESIDENTE:** É só porque ontem, nessa questão do FONACEAS, ontem na Mesa  
125 Diretora o que nós discutimos e decidimos, é que para novembro a gente inclusive  
126 não iria mandar representantes do CEAS devido a quantidade de demandas que nós  
127 estamos no CEAS. E a reflexão colocada aqui, e foi consenso, é que vários  
128 conselheiros estão com dificuldade de cumprir as agendas internas do CEAS. À  
129 medida que a gente vai assumindo agendas externas, pensando que o FONACEAS  
130 é uma agenda externa e ele ocupa uma semana inteira de novembro, então seria  
131 melhor na reunião de novembro o CEAS não enviar ninguém e em dezembro a  
132 gente reavaliar isso. Isso foi discutido na Mesa Diretora com consenso, inclusive, eu,  
133 dona Arlete, os demais que estavam aqui, Kariny, Juanita. Conselheiro Lucas.  
134 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vocês vão me permitir  
135 discordar porque estamos falando de um espaço de representação do Conselho  
136 Estadual. A Grazi já tem um histórico de participação no FONACEAS e ela tem  
137 acompanhado todas as demandas que vêm, todas as discussões que estão  
138 estabelecidas dentro do FONACEAS. Ainda que tenhamos essa dificuldade com as  
139 pautas internas, a gente está deixando de estar em um espaço de representação e  
140 levar as pautas do estado de Minas Gerais, deste controle social. Nesse sentido, eu  
141 entendo que a representação da Grazi nessa reunião de novembro é importante  
142 para não ter a descontinuidade do trabalho que já vem sendo acompanhado por ela  
143 e ela tem um histórico e consegue representar muito bem o conselho. E até mesmo  
144 a gente não perde esse espaço de representação. Isso, é claro, se ela tiver  
145 disponibilidade para poder participar, mas esse é o meu posicionamento. **GRAZIELE,**  
146 **CRP:** Lucas, e eu vou dizer que acho importante não ter essa rotatividade porque  
147 isso tem prejudicado a participação no FONACEAS. Essa é a minha opinião. Mas,

148 também quando a Simone se coloca como disponível e o meu lugar de trabalhadora  
149 é fortalecer o controle social e o controle social faz fortalecer o usuário, se a Simone  
150 tiver essa disponibilidade de assumir esse lugar, eu sou muito favorável de deixar a  
151 Simone como representação. A gente repensar essa representação. Se ela tiver  
152 essa disponibilidade, viu Simone? Eu dou suporte e o que ela precisar, mas como  
153 ela se colocou na última reunião, eu sou muito favorável de ela ir. E concordo com  
154 isso que você está dizendo e reforço a sua posição no sentido de não ter a  
155 rotatividade porque isso está prejudicando a nossa participação no FONACEAS.  
156 Mas, enquanto trabalhadora do SUAS, eu reconheço que o lugar, o nosso lugar de  
157 trabalhador é fortalecer o usuário. Se a Conselheira Simone tem disponibilidade de ir,  
158 a não ser que ela não tenha, aí sim eu me coloco à disposição, mas se ela tiver  
159 disponibilidade de ir, sou favorável e concordo com você. O que eu acho complicado  
160 é que primeiro, para a gente qualificar o nosso lugar, a gente tem que estar lá. Se a  
161 gente não participa, não vai ter construção. Mas, ao mesmo tempo, participar da  
162 forma como está acontecendo não está sendo qualificado. Isso eu consigo identificar  
163 claramente. A Sirlene também pode reforçar isso comigo. Estou falando por ela, mas  
164 isso fica claro. Nas três primeiras reuniões que a gente teve, a nossa participação foi  
165 muito efetiva. Inclusive a referência no FONACEAS de reconhecer o lugar de Minas  
166 na nossa posição. A companheira Cláudia está por aí, do nosso lugar, de a gente ter  
167 boas falas, não é Cláudia? E outros estados virem até Minas, inclusive do esforço  
168 que a gente fez no começo do ano aqui. Eu acho importante a nossa contribuição no  
169 FONACEAS e a nossa participação no controle social. Eu abro mão da minha  
170 participação pela usuária, se ela tiver disponibilidade, com todo prazer. Mas eu  
171 reforço que é importante a gente não ter essa rotatividade, assim como eu também  
172 acho que se fosse pelo regimento, presidente, vice-presidente, reconhecendo a  
173 nossa Vice-Presidente dona Arlete, da sociedade civil como alguém que nos  
174 representa muito bem e se ela tiver essa disponibilidade, a mesma coisa da Simone.

175 **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Desculpa, presidente. Eu havia pedido fala,  
176 inclusive antes da Grazi. Ontem, na Mesa Diretora, Grazielle e Lucas, isso foi levado  
177 ontem na nossa reunião da sociedade civil, mas vocês ainda não tinham chegado e  
178 não tinha sido colocado nenhum questionamento com relação a isso, o que nós  
179 decidimos não foi... O que nós conversamos e decidimos não foi que a participação  
180 desse conselho no FONACEAS não era importante. Só que discutimos aqui que  
181 existem diversas outras prioridades de fortalecer o controle social em Minas Gerais e  
182 que os conselheiros não estão dando conta devido a agenda. Foi essa a prioridade  
183 que foi pensada, inclusive citada por técnicos da Secretaria Executiva que não  
184 conseguem agendar, reunir conselheiros para agenda. Os técnicos não conseguem

185 participação de conselheiros para cumprir agendas externas de capacitação de  
186 apoio. São sempre os mesmos conselheiros. Ontem, nós vimos aqui a fragilidade da  
187 proteção especial nos municípios onde têm execução direta. Nós temos fragilidade  
188 de municípios que não estão cumprindo o art. 30 da LOAS. A gente não está dando  
189 conta, de acordo com tudo que foi colocado aqui nessa mesa ontem, de cumprir a  
190 agenda do controle social interna neste estado. Aqui ninguém falou da não  
191 importância de nós estarmos no FONACEAS. O que nós falamos foi: nós temos que  
192 definir prioridades considerando a agenda de todo mundo, extra CEAS e  
193 internamente no CEAS. Foi isso que nós decidimos, Kariny, dona Arlete, Isac,  
194 Marinete. Todo mundo que estava na Mesa Diretora, essa foi a definição.  
195 **GRAZIELE, CRP:** Ontem também, pela discussão dos CREAS regionalizados,  
196 municipalizados, a gente chegou à conclusão de que a gente precisa fortalecer o  
197 controle social. E o FONACEAS é um espaço de controle social, então eu acho  
198 importante. Eu tenho uma certa dificuldade, sim, inclusive de assumir outras  
199 agendas. Eu tenho dois cargos. Eu tenho outras agendas. Eu tenho o FET. Eu  
200 penso que, talvez, é perguntar a titularidade da dona Arlete que está lá no regimento  
201 ou a nossa representatividade que eu sou muito favorável à da Simone, se elas têm  
202 essa disponibilidade. A dona Arlete, se não tiver, perguntar para a Simone se ela  
203 tem essa disponibilidade. A mesma coisa com o conselheiro governamental.  
204 **ARLETE, GRAAL:** Eu quero referendar o que já foi dito aqui, tanto pela fala da  
205 Mariana assim como a da Juanita, e de dizer da importância do FONACEAS. Para  
206 nós é fundamental a conquista desse espaço de fortalecimento do controle social,  
207 mas dizer também do número de demandas que foram levantadas aqui ontem e que  
208 a gente não está dando conta de atender. Inclusive têm demandas que se cada  
209 conselheiro pudesse colocar uma vez por mês para estar atendendo, a gente chega  
210 ao final de 2023 sem conseguir ter esgotado. Essa foi a motivação de pensar nessa  
211 ausência agora no mês de novembro. Só no mês de novembro. Até porque a  
212 princípio parece que a pauta é a eleição da representação Sudeste. Pelo menos é o  
213 que foi colocado aqui. E, sendo assim, até surgiu uma sugestão de que quem venha  
214 a ser eleito nessa representação, parta desse conselho um convite para que essa  
215 representação do Sudeste seja conosco e faça explanação geral do FONACEAS até  
216 para quem já tem conhecimento e também para quem não tem. Eu, de fato, não  
217 tenho essa disponibilidade para estar indo participar. E caso esse pleno entenda que  
218 é importante ir e em votação decida pela ida, eu estou supertranquila. Eu não me  
219 coloco à disposição. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**  
220 Tentando até ponderar algumas coisas e em cima da fala que a dona Arlete trouxe  
221 para a gente, é uma reunião muito importante e crucial para o controle social para a

222 região Sudeste. Minas Gerais sempre foi pioneira na discussão da Política de  
223 Assistência Social. A gente se ausentar do processo democrático de escolha do  
224 representante da região Sudeste e, vou até mais além, não colocar o nome de Minas  
225 Gerais à disposição da apreciação da região Sudeste é uma falha terrível com a  
226 Política de Assistência Social do país. Porque Minas é pioneira, é vanguardista na  
227 luta e na defesa da Política de Assistência Social. Agora eu reforço mais ainda a  
228 necessidade de nós termos o representante nesta reunião do mês de novembro.  
229 Nós vamos passar por um processo eleitoral de representação da região Sudeste.  
230 Seria o momento oportuno também para que nós pudéssemos oferecer essa  
231 representação da região Sudeste, justamente pelo posicionamento vanguardista do  
232 estado de Minas Gerais na proteção da Assistência Social. **GABRIELA,**  
233 **CMAS/SALINAS:** Eu só queria falar que na Mesa Diretora eu coloquei essa posição  
234 de que eu achava, de fato, que a gente teria que participar. Embora eu ache muito  
235 coerente tudo que a Juanita, dona Arlete e Mariana trouxeram, eu acho que a  
236 participação da Conselheira Simone no FONACEAS vai ser importante, inclusive  
237 para qualificar esse conselho. Eu acho que não podemos perder esse espaço. Eu  
238 penso que é mais um espaço de fortalecimento, sim, do conselho. E de dar eco às  
239 questões que envolvem o conselho de Minas Gerais. É só para reforçar isso e falar  
240 do meu posicionamento com relação ao que tinha sido discutido na Mesa Diretora.  
241 **SIMONE, CMAS/BH:** Bom dia, pessoal. Eu fiquei um pouco incomodada porque isso  
242 foi tratado na última plenária e eu me disponibilizei. Ontem estava até falando isso  
243 no almoço, a sensação que a gente fica de que não somos capazes, mas como eu  
244 vou ser capaz se a gente também não tem a oportunidade de estar participando? É  
245 como se tivesse a cadeira marcada, sabe? Quando esse assunto volta aqui, eu fico  
246 muito incomodada. Foi trazido ontem na sociedade civil, mas, no meu entendimento,  
247 foi assim: não vamos ter representante, então não houve justificativa nesse sentido.  
248 Eu senti assim, decidiram porque eu não fui consultada. Não. Estou dizendo assim,  
249 eu não fui consultada. Eu era a pessoa que tinha disponibilidade. Eu não fui  
250 questionada. Eu não fui. Quando chegou lá na sociedade civil, já chegou assim: não  
251 vamos ter representante. Então não houve diálogo. E o diálogo era com quem? Com  
252 a minha pessoa, de me perguntar. Agora estou aqui no pingue-pongue. Eu vou ficar  
253 batendo aqui que eu vou ou eu vou me recuar? Entende? Eu tenho a disponibilidade.  
254 Eu trouxe lá atrás a minha disponibilidade. Estou me organizando sim, logicamente  
255 que vou precisar de suporte porque é a minha primeira, então não adianta falar que  
256 eu vou chegar e vou representar, talvez, da maneira que vocês esperam. Se eu não  
257 tiver suporte, mas eu já havia dito dessa disponibilidade e chegando ontem, que não  
258 teria, não rendia o assunto mesmo. Entendeu? É nesse sentido. **MARIA JUANITA,**

259 **FEAPAES/MG:** Se no informe a gente já postergando tanto o diálogo, imagina nas  
260 deliberações. Conselheira Simone e demais, em momento nenhum foi falado da não  
261 importância dessa participação. Em momento nenhum foi falado que já tinha definido  
262 que seria a Simone ou outra pessoa que iria. O que foi perguntado foi a  
263 disponibilidade da presidente e da vice-presidente de estar nessa agenda e,  
264 considerando todas as questões que foram colocadas da não agenda que nós,  
265 conselheiros, estamos tendo para o controle social de Minas Gerais, a questão foi  
266 somente essa. Não foi de desqualificar conselheiro ou de não qualificar. A discussão  
267 não é essa. Foi uma decisão focada na prioridade, mas esse pleno aqui é superior à  
268 Mesa Diretora. Acho que tem que dar o encaminhamento, presidente. Vai ou não  
269 vai? Pode puxar para a frente, não é? **CLÁUDIA, CMAS/UBERABA:** Bom, como  
270 disse a Grazi, nós iniciamos um trabalho no FONACEAS. Desde a posse nós  
271 ficamos como representantes do FONACEAS. E, há duas plenárias, quando houve a  
272 possibilidade desse rodízio que também acredito que é meio nocivo porque a gente  
273 conseguiu criar o grupo sudeste, estava dando alguns encaminhamentos. Beleza.  
274 Da área governamental a Érica se dispôs a ir e, na última plenária, ela se dispôs a  
275 participar da reunião do CNAS para que isso desse um pré-requisito para que ela  
276 agora em novembro representasse Minas no FONACEAS, por isso que não coloquei  
277 o meu nome à disposição, mas estou à disposição se for preciso. Obrigada,  
278 presidente. **PRESIDENTE:** Nós vamos colocar em votação. Dona Arlete concorda e  
279 também acho que todos, a votação se o CEAS irá ou não participar da reunião de  
280 novembro. Não estamos discutindo aqui quem irá representar o FONACEAS. Isso  
281 não está em discussão. A discussão é se o CEAS de Minas Gerais irá participar da  
282 reunião de novembro que vai ocorrer na terceira semana, salvo engano, e tem  
283 durante três dias, então é uma semana inteira. Vou perguntar: conselheiros que  
284 concordam que o CEAS deve participar do FONACEAS? Contabilize, por favor,  
285 Sirlene. Oito concordam com a participação. Conselheiros que discordam da  
286 participação do CEAS de Minas no FONACEAS de novembro. A maioria acha que o  
287 CEAS deve participar e a representação da sociedade civil é a Conselheira Simone.  
288 E do governo, só para confirmar, ficou a Conselheira Cláudia. É isso? Érica? Fica  
289 sendo a Érica ou a Cláudia, conforme a disponibilidade. Secretaria executiva depois  
290 confirma. Ok? **ISAC, ASQUIS:** Ontem, na reunião da Mesa Diretora... só falar um  
291 pouquinho sobre isso. A minha fala lá é que eu acho que a gente deve participar,  
292 mas em um momento de não participação, a gente deveria discutir o que era a pauta.  
293 Um pouco disso, acho que isso já foi colocado aqui antes, mas não sei se é a prática.  
294 Eu defendo que a participação do CEAS no FONACEAS seja com a pauta do CEAS,  
295 que o conselho construa a pauta que vai ser representada lá. Isso



296 independentemente de quem for participar representando o conselho.  
297 **PRESIDENTE:** A discussão da pauta, então os conselheiros que forem participar,  
298 depois trazem isso para nós. Combinado? Passando para o segundo ponto de  
299 informe é um retorno sobre uma reunião descentralizada do CNAS que aconteceu  
300 na primeira semana de outubro. Só que as conselheiras Érica e Michele hoje não  
301 estão presentes. Secretaria Executiva, pode fazer o relato? **SIRLENE - CEAS:** A  
302 Secretária Executiva não participou dessa reunião. A Érica e a Michele não  
303 mandaram os relatórios para a gente. **PRESIDENTE:** Passando para o próximo  
304 ponto de informe. Só para colocar para esse colegiado tomar conhecimento de que  
305 foi publicada uma resolução corrigindo a numeração das resoluções do CEAS,  
306 conforme já havia sido deliberado nessa plenária. Outro ponto de informe foi enviado  
307 para o e-mail dos conselheiros, também por solicitação desse conselho na plenária  
308 do mês passado, um relatório de execução do Programa Recupera Minas. Foi  
309 enviado no e-mail dos conselheiros no dia 7/10/2022 e, ontem, na Mesa Diretora  
310 ficou combinado a partir de a gente trazer esse ponto no informe para essa plenária  
311 ser consultada se haveria algum encaminhamento; se os conselheiros leram o  
312 relatório; se a gente vai demandar de alguma comissão que faça uma análise  
313 detalhada desse relatório e traga para esse plenário depois, alguma sugestão de  
314 encaminhamento. Vou abrir a palavra aqui para esse ponto. Conselheira Juanita.  
315 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Antes de entrar nesse ponto, eu só queria  
316 registrar que a Resolução nº 782 que renumera as resoluções do CEAS, já foi falado  
317 ontem na Mesa Diretora, só para ficar registrado e não se perder, ela contém um  
318 erro que precisa ser ratificado. Com relação ao relatório do Recupera Minas, fui eu  
319 que coloquei essa consideração. Não sei se os senhores receberam o relatório. De  
320 uma forma bastante resumida, 216 municípios já receberam a 1ª parcela. A mesma  
321 quantidade recebeu a 2ª parcela. 170 municípios estão com o plano autorizado pela  
322 SEDESE e 167 receberam a 3ª parcela. Tem uma fase que eles chamam de  
323 ordinária, outra extraordinária, que totaliza 1ª e 2ª parcela 231 municípios e que já  
324 receberam a 3ª parcela 176 municípios. É a SEDESE que fez o monitoramento  
325 através de um questionário. Dos 217 municípios que responderam, 58 ainda não  
326 gastaram o recurso, sendo que 48 deles disseram que vão gastar em setembro,  
327 outubro e novembro, e um falou que vai gastar em janeiro. Das justificativas dos  
328 municípios que responderam que não gastaram o recurso, as três principais são:  
329 atraso na aprovação da legislação de benefícios eventuais pela Câmara;  
330 desnecessidade do recurso do Recupera Minas porque o município próprio aportou  
331 o recurso; e o município aguarda o recebimento da 3ª parcela para iniciar a  
332 execução. Considerando que essa solicitação de relatório foi feita por nós no

333 documento de prestação de contas, e que nós temos a competência de monitorar as  
334 ações do SUAS em Minas Gerais e essa é uma delas, é essa a minha reflexão. O  
335 que esse CEAS, se o CEAS vai fazer alguma questão. Vai fazer algum trabalho com  
336 relação a esse relatório que o gestor encaminhou onde temos essa pendência  
337 desses 58 municípios. Eu entendo que, minimamente, esse CEAS tem que  
338 encaminhar um ofício aos gestores e aos conselhos municipais falando da  
339 importância desse recurso para a proteção social dos usuários do SUAS naquele  
340 território e dessa dificuldade que o CEAS se coloca à disposição para apoiar com  
341 relação a alguma dificuldade que ele tenha. Mas eu não vejo o CEAS não fazer nada  
342 com relação a essa pendência que temos no relatório. É isso. **PRESIDENTE:** Eu  
343 concordo. Acho boa a sugestão da Conselheira Juanita. Algum conselheiro quer se  
344 manifestar nesse ponto? Conselheiro Elder. **ELDER, SEDESE:** Eu também  
345 concordo com esse encaminhamento. A gente faz o monitoramento do Recupera  
346 desde o início e, realmente, têm alguns municípios que têm demonstrado muita  
347 demora nesse atendimento. E as pessoas foram desabrigadas, desalojadas lá em  
348 janeiro e até hoje não foram atendidas. Acho que esse encaminhamento vai ser  
349 muito bom para que essas pessoas possam, de fato, ser atendidas por esse recurso.  
350 **PRESIDENTE:** Ok. Plenária de acordo com o encaminhamento? Podemos dar  
351 sequência? Secretaria Executiva registrou? Mais nenhum conselheiro inscrito?  
352 Próximo informe é o relato de uma reunião que aconteceu, que o CEAS foi  
353 convidado a participar com a Fundação João Pinheiro e a SEDESE, sobre avaliação  
354 do Programa Rede Cuidar. A Conselheira Juanita participou. Mais algum conselheiro  
355 participou, que eu não estou lembrando? A Juanita participou dessa reunião. Você  
356 quer comentar Juanita? Secretaria Executiva quer fazer um relato? O resumo é que  
357 a Fundação João Pinheiro está fazendo avaliação do Programa Rede Cuidar dentro  
358 de um programa de avaliação do Governo de Minas, de alguns projetos do governo,  
359 alguns programas. É uma avaliação de resultados. Dentro dessa avaliação, eles  
360 coletaram material das rodadas do Rede Cuidar de 2017 e 2019. Essa avaliação é  
361 limitada a esses dois anos. Eles coletaram as informações com a SEDESE. Tiveram  
362 uma reunião com a SEDESE. Tiveram essa outra reunião também com a  
363 participação do CEAS e eles vão encaminhar depois, para nós tomarmos  
364 conhecimento, um relatório de avaliação. Dentro da avaliação deles está previsto  
365 tanto a análise de material documental quanto entrevistas e conversas com  
366 entidades que receberam. E a Conselheira Juanita sugeriu também, no momento da  
367 reunião, que eles coletassem informações com os conselheiros municipais dos  
368 municípios que receberam recurso do Programa Rede Cuidar. Em linhas gerais, o  
369 resumo foi esse. Conselheira Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Os

370 conselheiros representantes da sociedade civil já têm ciência da participação. Toda  
371 vez que eu faço a participação em nome desse conselho, eu reporto a eles sobre  
372 isso e sobre as minhas considerações que foram feitas. Na verdade, a participação  
373 do CEAS foi de extrema importância nessa reunião, na minha análise. A ideia da  
374 Fundação João Pinheiro era escutar o CEAS sobre a nossa participação nesse  
375 programa, considerando a nossa função de fiscalizar o SUAS. Claramente, eu falei  
376 para eles que o CEAS tem pouquíssima participação de controle social nesse  
377 Programa Rede Cuidar. Fui muito clara com eles, como a gente é com várias ações  
378 do controle social. Foi mostrado agora o relatório do Recupera Minas que nós  
379 conselheiros não fazemos a leitura e não damos os encaminhamentos, entretanto  
380 priorizamos todas as agendas da fragilização do controle social em Minas Gerais.  
381 Nessa avaliação, a Fundação João Pinheiro mostrou uma avaliação quantitativa,  
382 preliminar que estava sendo realizada através de informações encaminhadas pela  
383 SEDESE. Lembrando aos conselheiros que essa demanda nossa, apresentamos na  
384 reunião plenária passada, sobre prestação de contas. Isso é uma pendência que a  
385 SEDESE tem conosco de nos encaminhar esse relatório. Nós identificamos que  
386 esse relatório pode ser o mesmo relatório que a Fundação João Pinheiro está  
387 fazendo. Não tem necessidade de ser outro, visto que vai nos atender. Nessa  
388 reunião que aconteceu, na minha análise, foi de extrema importância. Eu falei para  
389 eles que existe um comitê de monitoramento do programa que faz parte da lei de  
390 parceria público-privado, da MROSC, que a SEDESE tem participação. Entretanto,  
391 nunca chegou para a gente aqui, para o colegiado, um relatório que nos dê  
392 condições de propor o monitoramento do Programa Rede Cuidar. Somente vem na  
393 prestação de contas informações muito *en passant*, somente com relação aos  
394 pagamentos, à pendências com algumas entidades. Eu falei para eles da nossa  
395 preocupação e, por isso, justificava o não controle social, na minha análise, com  
396 relação a esse programa. Falei que nós tínhamos deliberado aqui que íamos realizar  
397 o encontro com essas entidades beneficiárias do Programa Rede Cuidar. Essa é  
398 outra pendência que o CEAS e a SEDESE juntamente tem que realizar esse  
399 encontro para fazermos uma escuta das entidades para ver se a gente aprova de  
400 novo esse programa, se precisa ser alterado. No meu entendimento é esse o  
401 controle social que a gente está fazendo. Porque, na verdade, o programa faz parte  
402 de uma lei. É trazido aqui para a gente, mas a gente não tem uma avaliação  
403 qualitativa da parte que é parceira desse programa, com relação a esses recursos,  
404 enfim. Como a presidente colocou da minha sugestão que dei, desse programa, de a  
405 gente fazer esse encontro. E da sugestão também desse pagamento, desse  
406 benefício dessa parceria ser feita direto para o município e o município fazer a

407 articulação com a entidade porque a rede é do município. Quando esse programa foi  
408 aprovado eu estava aqui como conselheira e tentei defender essa lógica que nós  
409 estávamos descumprindo a LOA, da lógica da descentralização, a lógica do  
410 comando único. Mas, na época, os conselheiros que aqui estavam não entenderam  
411 o meu ponto de vista e aprovaram a proposta da lei da forma como foi trazida pelo  
412 governo. Relatado isso para os conselheiros, é essa a minha contribuição.

413 **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Conselheira Juanita, pelo relato. Algum conselheiro?  
414 Algum comentário? Passando para o próximo ponto de informe. Está aberto o prazo  
415 para o conselho preencher o questionário do Censo SUAS. Esse prazo vai até o  
416 início de dezembro. A Secretaria Executiva já está preenchendo. Vai encaminhar no  
417 e-mail dos conselheiros para contribuição e validação. Eu peço que os conselheiros  
418 se atentem. A gente combinou na Mesa Diretora, ontem, de a Secretaria Executiva  
419 enviar até o dia 11 de novembro. A nossa plenária de novembro vai ser dia 18, salvo  
420 engano. E na plenária do dia 18, para não ficarmos aqui lendo páginas e páginas de  
421 um questionário porque eu acho desnecessário, a gente pede que os conselheiros  
422 vejam o documento no e-mail. Só para quem não conhece, não entende, é um  
423 questionário, de fato, com várias perguntas sobre o funcionamento do SUAS, da  
424 Assistência Social em Minas Gerais. Sobre a atuação do conselho, da gestão. A  
425 Secretaria Executiva vai fazer um preenchimento prévio e vai encaminhar para os  
426 conselheiros contribuírem. Minha opinião, acho que é desnecessário que na plenária  
427 a gente faça a leitura de um questionário extenso. Eu peço que os conselheiros se  
428 atentem a isso para que na plenária, no dia da reunião de comissões, a gente possa  
429 validar isso. Conselheiro Lucas. (Trecho incompreensível – fala fora do microfone)

430 [00:45:55] Ontem também, na Mesa Diretora, o Conselheiro Ludson solicitou que a  
431 SUBAS envie os questionários que ela também tem que preencher para  
432 conhecimento do CEAS. E a gente também vai encaminhar no mesmo prazo para o  
433 conhecimento dos conselheiros. Próximo ponto como informe é que chegou um  
434 convite de um município, isso também foi colocado no grupo de Whatsapp dos  
435 conselheiros. É um convite do município de Carmo da Mata para que o CEAS  
436 indique um palestrante para a conferência municipal desse município. Esse  
437 município não realizou a conferência no ano passado. Vai realizar esse ano e está  
438 solicitando um palestrante. A conselheira que se disponibilizou foi a Conselheira  
439 Simone. Pode ficar à vontade. **SIMONE, CMAS/BH:** Ontem a gente conversou  
440 rapidão, na verdade, a Lindinha tinha se disponibilizado primeiro. E acabou que ela  
441 recebeu uma mensagem da Sirlene. Foi isso, Lindinha? E ela ficou assim... Mas eu  
442 também tinha colocado o nome no mesmo dia, mas a prioridade era ela. Ontem,  
443 através do nosso entendimento, a Juanita nos esclareceu um pouco aqui também, a

444 Grazi, Gabi e aí eu retiro o meu nome e solicito que a Lindinha ocupe esse lugar  
445 porque ela já tinha se manifestado antes, então eu passo a disponibilidade para ela,  
446 por favor. **SIRLENE - CEAS:** Deixa eu só esclarecer. Quando eu liguei para a  
447 Lindinha porque ela perguntou no grupo se era para ter fala. Aí eu liguei para ela e  
448 expliquei que era para fazer palestra. Foi isso que aconteceu. **JACQUELINE,**  
449 **CMAS/CORDISBURGO:** Pois é, presidente, me coloquei, sim, à disposição. E  
450 depois que conversei com a Sirlene perguntando se tinha ia ter fala e ela falou que  
451 sim, que eu teria que falar, aí eu falei então que poderia tirar o meu nome porque a  
452 não ser que me dê um suporte, uma capacitação no que eu vou falar. Porque eu  
453 assumo que não tenho a capacidade de chegar lá e falar para xis número de  
454 pessoas sem ter o conhecimento do assunto. Mas se eu tiver o suporte, tiver uma  
455 diretriz, um norte do que eu tenho para falar, estou à disposição porque até então  
456 estou neste conselho para somar. **SIRLENE - CEAS:** Mas em nenhum momento eu  
457 falei que a Secretaria Executiva não dava suporte, não. **PRESIDENTE:** Eu acho que  
458 a questão, assim, a Secretaria Executiva poderia acompanhar a conselheira também.  
459 Não vejo problema nisso, não é Sirlene? Um técnico da Secretaria Executiva  
460 acompanha a conselheira. O município que se disponibilizou a buscar e vai custear  
461 a participação. Não vejo problema se esse conselho concordar, a Secretaria  
462 Executiva também. Então fica indicada a Conselheira Jacqueline com um técnico da  
463 Secretaria Executiva. É isso? Ok. Outro informe. O CNAS nos enviou um ofício  
464 convidando e comunicando a realização de uma reunião aqui em Belo Horizonte,  
465 que vai acontecer no dia 3 de novembro. A Conselheira Sandra aqui vai estar  
466 participando como CNAS, também é nossa conselheira do CEAS. O objetivo dessa  
467 reunião é tratar das denúncias que envolvem as situações que esse conselho já tem  
468 conhecimento dos municípios de Betim e de Virgem da Lapa. Os municípios foram  
469 chamados a participar. O município de Betim já confirmou a participação. E o  
470 município de Virgem da Lapa ainda não confirmou a participação. É isso, Secretaria  
471 Executiva? Eu vou estar participando dessa reunião e o convite também está aqui  
472 aberto para conselheiros que possam estar participando. Vai ser aqui em Belo  
473 Horizonte, dia 3 de novembro, o dia todo lá na Cidade Administrativa. Pergunto e, se  
474 não puder responder agora, também pensa até o final do dia, mas também peço que  
475 informem para a Secretaria Executiva porque tem que providenciar a questão da  
476 viagem. Sandra, sim. **SANDRA, SINTIBREF:** Bom dia a todos. É isso mesmo que a  
477 presidente está falando. Eu já tinha dado o informe aqui que todas as denúncias que  
478 chegaram aos conselhos estaduais, inclusive tinham muitas atrasadas. No tempo da  
479 pandemia não foi possível estar olhando, dividiu-se no Conselho Nacional, decidiu  
480 sempre ter um conselheiro da sociedade civil e um governamental, portanto vai vir

481 junto comigo uma conselheira governamental. Por quê? Porque nos estados que  
482 tiver o conselheiro, já vai estar para poder evitar custos de deslocamento, então já  
483 aconteceu com Santa Catarina, Paraná, Maranhão distribuindo as denúncias que  
484 vão chegando. E qual é o objetivo? É a gente ouvir e também, ontem eu estava na  
485 reunião de política e no GT das denúncias, a gente vê quais já foram os passos  
486 dados pelo Conselho Estadual porque as denúncias chegam primeiro, às vezes,  
487 algumas chegam direto lá no CNAS, o que já foi feito e foi muito interessante que já  
488 têm várias ações que foram realizadas e vai realizar uma visita semana que vem no  
489 caso de Betim. Do outro, então, já está a conselheira, já está tudo certinho. Ela vai  
490 chegar. A gente vai para a Cidade Administrativa participar dessa reunião.  
491 **PRESIDENTE:** Outro ponto de informe. Vai acontecer, essa semana, as reuniões  
492 de... Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:**  
493 Só para pontuar, eu não sei se o convite já foi respondido, mas responder e  
494 apresentando também o convite para que eles pudessem participar da reunião do  
495 dia 26 que o CEAS vai fazer *in loco*, no conselho municipal. Se houver a  
496 disponibilidade do CNAS encaminhar representante. Não sei se vai ser Sandra que  
497 está aqui conosco. Para poder demonstrar também que o CEAS está cuidando da  
498 pauta que o CNAS apresentou para o Conselho Estadual. Acho que já foram  
499 pontuados alguns nomes do pessoal, pelo menos da sociedade civil vou ser  
500 representante nesta reunião do dia 3 também. Acho importante o CEAS ter uma  
501 representação também acompanhar como vão ser os cuidados do CNAS com  
502 relação a essa pauta. Convidar o CNAS para poder encaminhar representante no  
503 dia 26, se for possível. A gente sabe que o prazo é exíguo, não tem como. Tem que  
504 ver a disponibilidade do... **PRESIDENTE:** (trecho incompreensível – falas fora do  
505 microfone) [00:53:49]. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Isso.  
506 Isso. E na reunião do dia 3, acho oportuno o CEAS encaminhar representante.  
507 (trecho incompreensível – falas fora do microfone) [00:53:55] Entendi. Da parte da  
508 sociedade civil indicação do meu nome para poder participar até mesmo pelo  
509 processo de continuidade daquilo que a gente já está fazendo enquanto CEAS.  
510 **PRESIDENTE:** É aberto, está, gente? O convite é aberto para todos os conselheiros.  
511 O que eu disse é que os conselheiros que podem, que informem a Secretaria  
512 Executiva para providenciar isso o quanto antes por causa dos prazos. O dia inteiro.  
513 É o dia inteiro no dia 3 de novembro. Nós vamos entrar nesse ponto. No dia 3  
514 também é a audiência pública na Assembleia Legislativa que vai tratar da revisão do  
515 PPAG, e o CEAS também está convidado. Ontem, na Mesa Diretora, nós discutimos  
516 isso. Conselheira Juanita, como representante da Comissão de Orçamento, vai  
517 participar da reunião da Assembleia. Eu vou estar na Cidade Administrativa. Vou

518 participar da reunião com o CNAS e está aberto aqui para todos os conselheiros se  
519 colocarem. Só peço que informem a Secretaria Executiva com antecedência para  
520 providenciar a viagem. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu gostaria de colocar  
521 aqui, presidente, não sou só eu da Comissão de Orçamento que tem que estar, não.  
522 São todos. Na verdade, se todos os conselheiros puderem estar, na Assembleia a  
523 gente sabe que é pressão. Luta de orçamento é pressão, então quanto mais  
524 pessoas de nós estiverem lá, a gente consegue mais articular esse processo.  
525 **PRESIDENTE:** Dando continuidade aos informes. Sirlene, fala sobre esse apoio  
526 técnico para mim, quais as datas, os horários, quem vai participar. **SIRLENE -**  
527 **CEAS:** Vai acontecer o primeiro apoio técnico dia 26 da semana que vem. Os  
528 palestrantes dessa primeira rodada, que vai ser no dia 26, o 1º é apoio técnico. Dia  
529 27, 2º apoio técnico. Vai ser o Lucas e a Juanita. E a segunda rodada vai ser em  
530 novembro. Eu não me recordo as datas, 23 e 25 de novembro. A Grazielle e o  
531 Ludson. Esse foi aquele trabalho que as comissões fizeram. Fizeram aquele recorte  
532 dos municípios que estavam com problema no art. 30. E também do censo que  
533 vários municípios tiveram problema no regimento interno, com a paridade, denúncias.  
534 Nós vamos ter o 1º apoio técnico, se algum conselheiro quiser participar, nós vamos  
535 enviar o link para todos também. Ok? Mais alguma coisa? Rosa? Paula? **ROSALICE**  
536 **- CEAS:** Eu só queria pedir aos conselheiros que são do interior que fortaleçam essa  
537 capacitação que é o nosso primeiro apoio técnico desse ano. É um apoio técnico  
538 extremamente importante. Nós estamos com municípios com leis e regimentos  
539 interno extremamente desatualizados. Nós pegamos no CadSUAS esses dados,  
540 mas só que nós sabemos que mesmo aqueles que falam assim: “Renovei em 2021.”  
541 Eles estão errados. A gente está pedindo que vocês fortaleçam. E até mesmo se  
542 vocês quiserem participar, seria interessante para vocês ajudarem esse apoio  
543 técnico. São duas manhãs apenas. Nós estamos com um grupo dia 26 de outubro e  
544 outro no dia 27. São de regiões diferentes, então se vocês puderem participar  
545 referente à região de vocês, nós podemos socializar quais são os municípios que  
546 nós filtramos, mas se vocês acharem que o município de vocês poderia estar  
547 participando para melhorar o regimento, melhorar a lei, seria interessante também  
548 fortalecer esse trabalho, que o CEAS é um primeiro momento de contato que a  
549 gente está tendo direto com os municípios. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** É fortalecer mais  
550 isso que a Rosa falou mesmo. Ontem, pela explanação dos meninos do relatório e  
551 também todas as demandas que vão chegando no conselho de apoio, a gente vê a  
552 fragilidade que estão os municípios mineiros na questão do controle social, na  
553 questão de estrutura dos próprios conselhos. Então essa capacitação vai ser muito  
554 valiosa. Infelizmente vai ser só para 240. Devia ser para os 800 municípios mineiros,

555 mas, infelizmente, vai se para 240. Espero que a partir dessa capacitação possam  
556 vir muitas outras que só assim, de fato, a gente vai conseguir reestruturar os  
557 municípios mineiros que estão muito, mas muito mesmo precarizados na questão do  
558 controle social. **PRESIDENTE:** Isso mesmo. Conselheira Juanita. **MARIA JUANITA,**  
559 **FEAPAES/MG:** Considerando a fala da Técnica Rosa, já que tem condição de  
560 outros conselhos municipais participarem, eu acho que a gente tem que aproveitar a  
561 oportunidade. Se o sistema lá que vai ser feita a capacitação ou no Meeting ou no  
562 ZOOM tiver condições de outros conselheiros, outros conselhos municipais  
563 participarem, mas principalmente os 25 conselhos que foram apresentados aqui que  
564 participam da proteção especial de CREAS regional. Acho que temos que fazer uma  
565 força-tarefa para que esses conselhos sejam convidados para participarem e dividi-  
566 los em 4 dias para estarem conosco. É uma oportunidade. Eu acho que é dessa  
567 forma que a gente consegue fazer controle social no estado. **ROSALICE - CEAS:**  
568 Mariana, com licença. Ontem, nós já conversamos, nossos técnicos vamos incluir  
569 esses 25, Juanita. A gente já teve essa... O Conselheiro Lucas, ele indicou isso para  
570 nós perguntando assim: "Os municípios estão na capacitação?" Nós verificamos só  
571 um que está dentro desse filtro que fizemos. Segunda-feira nós vamos estar vendo  
572 quais são esses 25 e já encaminhar o convite para eles. **LUCAS, CONSELHO**  
573 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A minha sugestão não seria nem a inclusão  
574 deles nessa capacitação, mas um grupo específico para eles. Até porque a  
575 temática... é claro que é sobre o funcionamento do conselho, abordando essa  
576 temática do funcionamento do conselho, mas também trazendo um pouquinho de  
577 controle social, sobre proteção social especial de média complexidade. Acho  
578 oportuno tentar formatar uma capacitação específica para esse grupo de 25 e acho  
579 que oportunizaria um espaço também para que eles pudessem participar, não só na  
580 condição de ouvintes porque essa capacitação que a gente vai dar, a gente vai  
581 trazer no dia 25, 26 e 27, é um volume muito grande de participantes e pode ser que  
582 dificulte um pouco a participação de todos. Mas esses 25, se fosse possível ter uma  
583 capacitação específica para eles para oportunizar os questionamentos, acho que  
584 seria mais proveitoso. **GRAZIELE, CRP:** Talvez quando a gente for falar lá do GT do  
585 Controle, a gente incluir esse encaminhamento, Lucas. Não é, Paula? Quando a  
586 gente for falar do GT do Controle a gente incluir esse encaminhamento que o Lucas  
587 fez. Fazer uma capacitação específica para esses conselhos que fazem parte  
588 desses CREAS regionalizados. **PRESIDENTE:** Ok. Eu concordo. Acho  
589 superinteressantes os encaminhamentos. Secretaria Executiva já registrou. Acho  
590 também que é uma coisa não exclui a outra. Eles são convidados para participar  
591 agora e depois também é feito um momento oportuno com eles. Para concluir os



592 informes, eu gostaria de dizer que foi encaminhado para os conselheiros um convite  
593 de uma reunião com o Ministério da Cidadania que vai acontecer na próxima  
594 segunda-feira, dia 24, aqui em Belo Horizonte no BDMG. Essa reunião foi uma  
595 reunião que nós, SEDESE, fomos convocados pelo Ministério na última semana. Foi  
596 muito de última hora, não estava na nossa programação. O Ministério vai vir a Belo  
597 Horizonte para falar sobre Auxílio Brasil e solicitou à SEDESE que faça a  
598 mobilização e convite aos municípios. Nós abrimos esse convite para os municípios.  
599 Compartilhei com o COGEMAS. Pedi o apoio e a participação do COGEMAS, tanto  
600 na mesa de abertura quanto durante esse encontro. E o convite também aqui está  
601 extensivo ao CEAS. O último informe. Na semana que vem também, lá na Cidade  
602 Administrativa, a SEDESE vai realizar capacitação com os 20 municípios que estão  
603 implantando CREAS municipais de pequeno porte I, que foi a deliberação tirada  
604 nesse conselho aqui em junho. Então os municípios que estão no processo de  
605 implantação de CREAS municipais vão estar participando dessa capacitação agora,  
606 na próxima semana aqui em Belo Horizonte, também eram dois dias de capacitação.  
607 Outros informes da SEDESE foram encaminhados no grupo dos conselheiros. Eu  
608 vou abrir agora informes do COGEMAS e depois a Conselheira Juanita. Agora?  
609 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ficou faltando, presidente, alguns informes que  
610 nós trabalhamos na Mesa Diretora. E gostaria somente de registrar os  
611 encaminhamentos que foram realizados, somente para a gente não se perder na  
612 devolutiva a esse CEAS. O primeiro deles foi o status de denúncias das comissões e  
613 recebimento de demanda de conselhos que chegam aqui no CEAS. Como acordado,  
614 a Secretaria Executiva nos mandou a planilha. Não sei se todos os conselheiros  
615 leram a planilha. Têm dois encaminhamentos que na Mesa Diretora já demos o  
616 encaminhamento que foi novamente o CEAS cobrar da SEDESE retorno com  
617 relação à minuta de alteração do decreto. O último retorno da SEDESE oficial a esse  
618 conselho foi no dia 8/09, então na Mesa Diretora nós deliberamos por encaminhar  
619 novamente um novo ofício, reiterar solicitando retorno, apesar de a presidente,  
620 também secretária, ter dado um retorno oral, mas esse conselho precisa de registro.  
621 A outra pendência é com relação à lei que institui a Política Estadual dos Atingidos  
622 por Barragem. O retorno da SEDESE para esse colegiado é de 8/09. Nós também  
623 demos o encaminhamento para reiterar cobrança com relação à análise técnica que  
624 foi realizada. Uma outra questão que foi colocada sobre a organização das  
625 URCMAS e fóruns do GT Controle Social, da solicitação de dilação de prazo que  
626 não foi colocado, se eu não me engano não foi colocado, mas vai ser apresentado  
627 solicitação de dilação prazo. E uma outra questão ainda é o retorno da SEDESE,  
628 com relação a Secretaria Executiva do CEAS estar em outro local que não seja a

629 Cidade Administrativa, para facilitar o trabalho dos conselheiros e acesso aos  
630 conselhos municipais. Foi feito também a solicitação de reiterar o ofício para  
631 informalmente para que esse CEAS tome as providências. É isso. Outra coisa  
632 também que não foi trabalhada aqui, foi a deliberação da última plenária que foi com  
633 relação ao passivo do Piso Variável e a Lei Orçamentária para 2023 que foi para a  
634 Assembleia. Eu gostaria de registrar aqui que esse documento chegou no apagar  
635 das luzes do dia anterior a nossa reunião, na quarta-feira. Isso impossibilita uma  
636 análise qualificada dos conselheiros com relação aos documentos de extrema  
637 importância. Significa uma discussão anterior, tanto do governo quanto da sociedade  
638 civil, das prioridades que vão ser levadas para a Assembleia no dia da revisão do  
639 PPAG. As informações que foram encaminhadas, a gente precisa manusear, abre  
640 um, abre outro, então isso já tem que vir para os conselheiros com uma análise  
641 técnica da Secretaria Executiva, para possibilitar que a gente o faça. Eu registro aqui  
642 essa dificuldade. Eu tive que fazer essa análise durante à noite. Eu tive que entrar  
643 no site da SEPLAG, analisar o documento e compartilhar com os meus pares à noite.  
644 Eu gostaria de registrar e pedir novamente à SEDESE a colaboração de enviar os  
645 documentos à Secretaria Executiva e SEDESE para que encaminhem os  
646 documentos com antecedência para esse colegiado. Obrigada. **MARINETE,**  
647 **COGEMAS:** Os informes do COGEMAS. Só dizer que esse evento (trecho  
648 incompreensível) [01:08:47] do Ministério da Cidadania, a gente ainda está em  
649 discussão no COGEMAS quem é que vai estar presente. E em relação aos informes  
650 do COGEMAS, atendimentos que nós tivemos aí junto aos municípios... aliás,  
651 atendimento técnico junto aos municípios nós tivemos 852 atendimentos, 286  
652 municípios atendidos. Em média 40 atendimentos/dia. Lembrar também a  
653 formatação e publicação de 27 informes nos grupos e páginas oficiais do colegiado.  
654 Visita aos parlamentares na busca de apoio para a aprovação da PEC 383/2017,  
655 que vincula 1% da receita líquida da União para a Assistência Social. Também  
656 tivemos a mobilização na Câmara Federal, junto aos parlamentares, na defesa pela  
657 recomposição do orçamento 2023 tendo a base a Lei Orçamentária de 2023  
658 apresentada pelo Governo Federal. E também analisar que, diante dessa lei  
659 orçamentaria de 2023 é possível identificar o déficit que chega a 95% ao se  
660 comparar a lei orçamentária de 2022, como já disponibilizei ao grupo nosso do  
661 conselho esses informes do COGEMAS e vocês vão ver aí também essa relação  
662 dos recursos e o déficit de 95%, de até quase 100%. E queria reiterar também a fala,  
663 diante desse informe, de que na plenária passada foram feitos alguns  
664 encaminhamentos em relação a essa situação e eu queria retomar isso para que a  
665 gente não fique inerte a esse posicionamento com relação a esse déficit. Esses são

666 os informes do COGEMAS e temos também organização para o 5º Encontro Mineiro  
667 do COGEMAS a ser realizado na segunda quinzena de novembro à primeira  
668 quinzena de dezembro. Nós estamos ainda definindo a data, o 5º Encontro Mineiro  
669 do COGEMAS. E mais uma vez reforçar a preocupação do COGEMAS em relação a  
670 esse déficit e o posicionamento nosso enquanto conselho diante desse quadro  
671 lamentável e drástico em relação ao orçamento previsto para 2023. **PRESIDENTE:**  
672 Eu só estou pedindo à Secretaria Executiva para lembrar. A Sirlene falou que o  
673 nosso encaminhamento na plenária passada foi uma nota. E o CEAS fez uma nota e  
674 encaminhou para o CNAS. Foi isso? Esse assunto foi discutido no mês passado e  
675 foi... **MARINETE, COGEMAS:** É só ressaltar isso porque eu não estava no mês  
676 passado. Eu conversei um pouquinho com a Magna. Conversei um pouquinho  
677 lembrando que esse encaminhamento a gente reforça a importância desse  
678 encaminhamento. **SANDRA, SINTIBREF:** É porque ela falou do orçamento federal,  
679 eu lembrei que tem essa discussão. Não me inscrevi no momento certo na inscrição  
680 dos informes. No Conselho Nacional estamos com o mesmo desafio. Eu quero até  
681 fazer, não vou dizer que é uma denúncia, mas uma fala muito séria que pela  
682 segunda vez foi cancelada a reunião da CIT. Há dois meses, porque ela é bimestral,  
683 ela aconteceu só na parte da manhã. À tarde não teve quórum. E a pauta do  
684 orçamento que seria à tarde não pôde ser discutida. Estava previsto agora dia 19.  
685 Um dia antes a gente recebe um informe, um e-mail cancelando a reunião da CIT e  
686 a pauta do orçamento ia entrar porque ela foi amplamente discutida no último pleno  
687 do CNAS. Todo mundo pode acompanhar aí na rede do CNAS, nos canais. Por  
688 quê? Fizemos também isso: cartas, denúncias e até para organismos internacionais  
689 com esse corte absurdo de mais de 95% do orçamento. A gente não sabe o que  
690 está acontecendo, se isso tem a ver com o processo eleitoral, se não tem. Se em  
691 novembro já recompor o orçamento, ou se já é uma estratégia e tem que falar bem  
692 claro: de dismantelar o SUAS e vir uma outra forma de Assistência Social que a  
693 gente não concorda, não é? Paralela. A gente está agora só com expectativas a  
694 respeito disso, mas agindo. Solicitamos e já teve um subgrupo GT lá do CNAS que  
695 já conversou com a Deputada Érika Kokai para fazer um requerimento de uma  
696 audiência pública em novembro. E convidamos, vocês vão ver, vai chegar,  
697 conselhos estaduais, municipais, CONANDA, Conselho da Saúde, Direitos Humanos,  
698 dando visibilidade para vários atores que estão nas políticas públicas do que está  
699 acontecendo com o orçamento. Porque de um lado a gente vê esse tanto de  
700 dinheiro sendo jogado aí nesse momento eleitoral e o que tinha que ser colocado na  
701 lei orçamentária para o congresso votar, chega lá e não nos respondem. Não nos  
702 respondem. Não nos dá, a sociedade civil que está fazendo o contraponto, lógico,

703 porque a gente até entende os conselheiros governamentais lá neste momento, mas  
704 a gente não pode ficar calado diante disso. E para a gente foi uma tristeza muito  
705 grande. O COGEMAS também participa, o FONCEAS, da CIT e que foi cancelado  
706 um dia antes a gente recebe um e-mail falando que não vai ter. Não quer discutir. E  
707 a gente ia colocar a pauta do orçamento porque a gente tem que dar visibilidade  
708 também o que está acontecendo. Eu sempre falo que se está acontecendo correto  
709 vai ter um ponto aqui de prestar execução orçamentária. Vocês vão acompanhando  
710 o CNAS que a gente validou o governo federal na execução orçamentária que foi  
711 mais de 90%. Então o que está dando certo a gente tem que validar e falar: ok. A  
712 diretoria lá da execução atualizou muito a execução orçamentária, mas a  
713 recomposição do orçamento 2022 e 2023, gente, não vai ter SUAS. Vai ter, talvez,  
714 um outro modelo que talvez já está aí no plano, caso esse governo continue. A  
715 gente não sabe. Mas a gente não pode ficar calado diante disso quando você fala  
716 está causando muita angústia, muito estresse. A gente já tomou passo e em  
717 novembro a gente vai ter essa audiência pública. Nós estamos querendo fazer uma  
718 grande mobilização em torno do orçamento porque não tem condição o que está  
719 acontecendo com o orçamento das políticas públicas. Só para completar. Obrigada.

720 **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra. Estou vendo que a Secretaria Executiva colocou  
721 na tela a prorrogação do prazo do GT de Controle Social. Ah, então está. Pois é,  
722 mas é só para a gente aprovar aqui, então, de uma vez. A gente... Sim. Está no final  
723 da pauta uma apresentação do GT, aí a prorrogação entra nisso. Finalizamos os  
724 informes? Alguém mais tem algum informe? Retomando o ponto de pauta. Agora eu  
725 convido a técnica da Secretaria Executiva, a Rosa, para falar da distribuição do  
726 processo de barragem. **ROSALICE - CEAS:** Bom dia, conselheiros. Como todos  
727 sabem, todos os processos de barragem que entram no CEAS, nós fizemos uma  
728 distribuição em maio. Nós fizemos uma lista sequencial dessa distribuição. E  
729 chegaram dois empreendimentos novos no conselho. Um deles, eu já fiz a análise e  
730 a visita. Já tem o parecer. E hoje, como é de regra, a gente vai estar entregando  
731 esse processo. Porém, nós temos uma situação que vamos precisar da deliberação  
732 dessa plenária. Pela lista sequencial, hoje, quem estaria recebendo a PCH Bonfim  
733 de Baixo, que vai ser implantada no município de Abre Campos, seria a Conselheira  
734 Camila da SEAPA. Nós temos na Resolução do CEAS nº 681, o art. 3º, diz que,  
735 diante a algum impedimento do conselheiro, o processo pode ser passado para o  
736 próximo da lista. E a Conselheira Camila está com um impedimento porque ela vai  
737 ser substituída no conselho. Já chegou o ofício da SEAPA informando dessa  
738 substituição, porém não tem um nome do novo conselheiro. Nós trouxemos para  
739 essa plenária avaliar. Nós vamos passar. A proposta é passar esse processo para o

740 Conselheiro Elder, que é o próximo da lista. Nós já estamos com um novo  
741 empreendimento que vai ser instalado no município Formiga, que é de  
742 abastecimento de água. Esse segundo processo que vou entregar para a plenária  
743 em dezembro, passaria para esse novo conselheiro da SEAPA. Só inverteria as  
744 posições dos conselheiros. O Elder assume como relator da PCH Bonfim de Baixo,  
745 hoje. Entregando o processo daqui a 30 dias. E em dezembro o novo conselheiro da  
746 SEAPA, que foi sorteado, assumiria esse novo processo de Formiga. **PRESIDENTE:**  
747 A plenária está de acordo? (Trecho incompreensível – fala fora do microfone)  
748 [01:18:30]. Ponto resolvido. Passo agora para o Conselheiro Lucas fazer o relato  
749 sobre Jequitaiá. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Na plenária  
750 passada... só trazendo um resgate... eu apresentei para esse colegiado um pedido  
751 do empreendedor, CODEVASF e IDENE, a necessidade de prorrogação do prazo  
752 para cumprimento da exigência do Plano de Assistência Social – PAS/Barragem, no  
753 que diz respeito à atuação dos postos de atendimento social, uma vez que lá eles  
754 têm instalados três postos de atendimento com uma única equipe mínima, que faz o  
755 atendimento em três cidades distintas e, por via de consequência, não garante a  
756 proteção da população atingida. Nesse aspecto, nós tivemos uma reunião com os  
757 empreendedores, IDENE e CODEVASF, na semana passada. Foi uma reunião  
758 muito proveitosa. No linguajar popular ‘eu coloquei o pé no barranco’ para poder  
759 delimitar a atuação do conselho, o posicionamento do conselho, principalmente  
760 dessa relatoria em relação a esse processo. Só faço um relato da reunião passada  
761 que havíamos feito uma reunião com os empreendedores solicitando para que o  
762 COPAM retirasse uma condicionante que foi colocada, que avançava para além da  
763 competência legal deles. O CEAS fez o compromisso de encaminhar ofício para o  
764 COPAM para poder reiterar sobre isso e o empreendedor encaminharia também um  
765 ofício para poder solicitar a retirada, reforçando... Reforçando, não. Ele apresentaria  
766 o pedido e o CEAS reforçaria esse posicionamento. O empreendedor não  
767 apresentou esse ofício para o COPAM. E, nesse sentido, eu tive que ter um  
768 posicionamento mais firme com o empreendedor, ressaltando e destacando que  
769 este Conselho Estadual não vai ser procurador de qualquer empreendedor. O CEAS  
770 não vai falar em nome do empreendedor para poder solicitar benefício para o  
771 empreendedor perante outra instituição. Eu firmei esse entendimento até porque nós  
772 somos um órgão de controle de fiscalização e de autorização. Nós não somos aqui  
773 procuradores de qualquer empreendedor, seja ele público ou privado. Esse é o  
774 primeiro posicionamento que preciso externar para vocês. Nesse sentido, foi  
775 solicitado pelo empreendedor uma cópia do nosso ofício que foi encaminhado para o  
776 COPAM. Eu não autorizei o conhecimento desse ofício, uma vez que o

777 conhecimento desse ofício possibilitaria a seguinte posição do empreendedor: “Olha,  
778 nos termos daquilo que foi apresentado pelo Conselho, a gente está pedindo a  
779 suspensão dessa condicionante.” E não pode ser assim. É o empreendedor que tem  
780 por si só solicitar isso e ter o reforço do Conselho Estadual. A gente não pode  
781 inverter os papéis nesse aspecto. Mas, para além disso, o empreendedor  
782 apresentou para a gente um compromisso de restabelecimento e manutenção do  
783 contrato com a empresa que presta o serviço, que contrata os servidores, os  
784 profissionais, os colaboradores que atendem a população, ou seja, assistente social,  
785 psicólogo, advogado e o corpo administrativo dos postos de atendimento, com o  
786 compromisso de manter a aquilo que foi acordado com a população. Qual é o  
787 acordo com a população? Dois postos físicos para atendimento com a equipe  
788 mínima em cada um deles. E a equipe volante para poder atender os municípios que  
789 têm uma menor demanda, ou seja, ele vai adequar o contrato, o termo do contrato  
790 para aquilo que já está acordado dentro do Plano de Assistência Social e que foi  
791 aprovado pelo Conselho Estadual. Nesse sentido, eu reforcei a necessidade do  
792 cumprimento dessa condicionante do Plano de Assistência Social sob pena da  
793 suspensão dos efeitos jurídicos da resolução que autoriza o funcionamento do Plano  
794 de Assistência Social, por via de consequência, a licença de instalação do  
795 empreendimento. Essa reunião contou com a participação do Diretor Geral do  
796 IDENE, e eu vou destacar, já havia feito esse relato na sociedade civil, vou relatar  
797 para todos os conselheiros. O posicionamento que essa relatoria está tendo com  
798 esse empreendimento em específico é no seguinte sentido: só atendo às  
799 solicitações de marcação de reuniões quando respondidos aqueles  
800 encaminhamentos ofertados por esse colegiado. O empreendedor deixou de  
801 responder diversos encaminhamentos feitos por esse colegiado. E eu não acho justo,  
802 nem tampouco plausível, que eu atenda qualquer demanda do empreendedor com o  
803 descumprimento das solicitações feitas por esse colegiado. Em respeito à decisão  
804 do colegiado, em respeito ao institucional desse conselho que tomei esse  
805 posicionamento. Tanto é que a reunião que conseguimos fazer na semana passada,  
806 ela só foi marcada mediante encaminhamento de ofício trazendo informações que  
807 foram solicitadas previamente. E assim vou proceder com o empreendedor daqui  
808 para frente. Deixo aqui externado, porque é preciso recuperar o respeito institucional  
809 com este conselho, uma vez que ele vem sendo desrespeitado justamente pelo não  
810 cumprimento daquilo que foi aprovado e apresentado pelo empreendedor e  
811 aprovado por esse colegiado. Nesse sentido, por que trago a pauta novamente? Da  
812 reunião da semana passada veio um pedido de prorrogação do prazo para  
813 cumprimento da regularidade dos postos de atendimento social. Para além daqueles

814 30 dias que vencem agora no dia 27 ou 29, salvo melhor juízo, eles pediram a  
815 prorrogação desse prazo para cumprimento até o dia 23 ou 21... 21 de novembro,  
816 quatro dias antes do vencimento do contrato. Porque há um compromisso da  
817 CODEVASF, que é quem financia os contratos, do pagamento dos recursos até já  
818 foram feitos até no dia 14/10, para poder cumprir com o compromisso do contrato do  
819 posto de atendimento social. Ou seja, tem um compromisso, já tem o recurso na  
820 conta do convênio, IDENE e CODEVASF, para o cumprimento do contrato para o  
821 próximo ano. Essas alterações seriam para o contrato do próximo ano e, nesse  
822 sentido, se de um lado eu tenho um posicionamento mais firme com relação à  
823 institucionalidade deste conselho, do outro lado também eu tenho um  
824 posicionamento para poder também favorecer, dentro das limitações que o  
825 empreendedor tem colocada para todos nós. A sugestão desta relatoria é de que  
826 seja concedido esse prazo até o dia 21 de novembro, uma vez da comprovação por  
827 parte do empreendedor dos recursos necessários para o cumprimento do contrato e,  
828 por via de consequência, o cumprimento daquilo que foi acordado e aprovado por  
829 este colegiado. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada, Conselheiro Lucas. Acho que a  
830 plenária está de acordo com o encaminhamento do conselheiro. Alguma  
831 observação? Alguma inscrição? Podemos passar para o próximo ponto de pauta?  
832 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Tem que votar, Mariana.  
833 **PRESIDENTE:** Eu perguntei. Tem que votar? Você já não respondeu para eles,  
834 não? Eu entendi que você já respondeu isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
835 **CURVELO - SSVP:** Não. Eu não respondi porque a prorrogação de prazo é  
836 prerrogativa do colegiado. **ROSALICE - CEAS:** E vai ter a resolução alterando  
837 (trecho incompreensível) [01:27:01]. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
838 **CURVELO - SSVP:** E tem a resolução... **ROSALICE - CEAS:** Tem que alterar a  
839 resolução que foi aprovada no mês passado, a Resolução nº 24, que dava o prazo  
840 para eles. Tem que alterar a resolução também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
841 **DE CURVELO - SSVP:** Não. Com relação à Resolução nº 24 não tem que alterar,  
842 não. A Resolução nº 24 altera a original e não tem prazo com relação a essa  
843 prorrogação que foi solicitada anteriormente, não. Foi só o ofício. Esse colegiado  
844 tem que apreciar somente essa prorrogação, que estou ofertando, até o dia 21 de  
845 novembro. **ROSALICE - CEAS:** Conselheiro, “Art. 1º, parágrafo único. Os postos de  
846 atendimento social, instalados no prazo máximo de 30 dias a contar da data da  
847 publicação desta resolução, funcionarão para atender toda demanda relativa ao  
848 cumprimento.” **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Esse prazo  
849 30 dias que está nessa resolução, é o mesmo prazo de 30 dias da resolução original.  
850 É por isso que ele foi mantido, mas não faz relação à solicitação de prorrogação de

851 prazo. Ela não precisa ser alterada, não. São os mesmos 30 dias que estão na  
852 resolução original. É só para esclarecer. Mas, então, precisa ser apreciado pelos  
853 conselheiros a prorrogação até o dia 21 de novembro para o cumprimento, ou seja,  
854 até vencer o contrato e já instituir o novo contrato para mais um período para  
855 garantir a proteção social lá da população dos três municípios. **PRESIDENTE:** Ok.  
856 Esclarecido. Pergunto à plenária se está de acordo com o encaminhamento sugerido  
857 pelo Conselheiro Lucas? Conselheiros que concordam manifestem com a plaquinha,  
858 por favor. Conselheiros que discordam? Conselheiros que se abstêm?  
859 Encaminhamento aprovado e resolvido. Conselheiro Ludson, abstenção. Corrigindo:  
860 todos os conselheiros aprovaram o encaminhamento. Passando para o próximo  
861 ponto de pauta, nós vamos dar continuidade à discussão que foi iniciada ontem na  
862 Comissão Conjunta. Eu vou retomar o ponto de onde paramos. Fizemos, eu acredito  
863 que não precisa voltar no relatório, não. Vamos lá, pessoal. Ontem, na parte da  
864 tarde foi apresentado aqui, em reunião de comissões conjuntas, o relatório do GT  
865 dos CREAS Regionais. Esse grupo de trabalho foi instituído em uma Resolução do  
866 CEAS de julho, a partir das discussões que fizemos em junho, sobre a proposta de  
867 reordenamento de CREAS regionais que a SEDESE apresentou para este colegiado.  
868 Em junho essa proposta foi rejeitada e o encaminhamento foi de que o CEAS  
869 precisava fazer uma avaliação do serviço regionalizado executado pelo estado.  
870 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só uma correção, Mariana.  
871 Não foi rejeitada, ela foi retirada para ser discutida futuramente. **PRESIDENTE:** E  
872 após essa apresentação dessa proposta em junho, no mês de julho foi formado esse  
873 GT. Os conselheiros do GT se reuniram, fizeram visitas in loco, apresentaram esse  
874 relatório ontem na parte da tarde. E o parecer e as recomendações do GT para a  
875 plenária, que estão colocadas em tela, são as seguintes: quanto à avaliação dos  
876 CREAS regionais e a análise da proposta apresentada pela SEDESE, o GT teve  
877 consenso na manifestação favorável ao reordenamento de três municípios  
878 abrangidos pelos CREAS regionais para a municipalização dos serviços.  
879 Considerando critério de tempo de deslocamento superior a duas horas e  
880 manifestação da adesão do gestor municipal quanto às condições para manutenção  
881 da unidade municipal, sendo eles: Palmópolis, Felício dos Santos e Presidente  
882 Kubistchek. Após as discussões da parte da tarde, ontem, foram levantadas as  
883 necessidades de continuidade dos trabalhos desse grupo para avaliação dos  
884 CREAS regionais, considerando que não foi realizado visita ao CREAS de Águas  
885 Formosas e nem foram visitados todos os 25 municípios abrangidos pelos CREAS  
886 regionais. Considerando também algumas manifestações sobre a fragilidade do  
887 controle social nesses municípios de que essa proposta não estaria ainda apta para



888 ser aprovada, antes de abrir as discussões eu quero só reiterar aqui da parte da  
889 SEDESE que essa proposta precisa ser discutida e deliberada hoje, pelo sim ou pelo  
890 não, considerando que isso pressupõe... a aprovação dessa proposta pressupõe  
891 execução orçamentária e financeira de créditos da LOA de 2022. O que significa  
892 isso? Quando a SEDESE fez essa proposta, ela solicitou ao COFIN, à SEPLAG, o  
893 crédito orçamentário suficiente para fazer o reordenamento. Se isso não for  
894 aprovado esse ano, só pode ser novamente analisado em 2023, considerando que o  
895 exercício orçamentário financeiro termina em dezembro e, a partir de novembro,  
896 também não há mais tempo hábil para a gente fazer essa execução orçamentária e  
897 financeira. Eu quero justificar que mesmo diante de uma prorrogação do trabalho do  
898 GT, mesmo da ampliação da avaliação dos serviços que essa deliberação precisa  
899 acontecer hoje por esse motivo. Vou abrir a discussão e quero reiterar o pedido, que  
900 na avaliação da SEDESE o objetivo do GT foi cumprido. A proposta está aqui  
901 apresentada. Abertas as inscrições. Conselheira Gaziele. **GRAZIELE, CRP:** Mariana,  
902 você está dizendo que o orçamento, se ele não for aprovado hoje, se a proposta não  
903 for aprovada hoje, esse orçamento não vem para esse ano, mas é possível ir para o  
904 ano que vem? Desde que solicite a inclusão da LOAS? Ok, esclarecido. Isso já é um  
905 caminho melhor para a gente pensar. O que acontece? Ontem tivemos reunião do  
906 FET e a gente teve mais tempo e mais prazo para discutir inclusive essa questão,  
907 porque nós trabalhadores saímos daqui muito incomodados. Eu vou trazer as  
908 nossas discussões feitas ontem. A primeira questão é que a gente, depois, e aí eu  
909 vou concordar com a Conselheira Juanita, que ela já disse aqui e constantemente  
910 ela diz: “No apagar das luzes.” A gente tem muita dificuldade de construir, inclusive  
911 um pensamento de tomar uma decisão da forma como as coisas são organizadas. A  
912 gente entende dos prazos. A gente entende das demandas, das necessidades, mas  
913 a gente sempre é pego de surpresa e a gente fica com uma dificuldade muito grande  
914 de tomar a decisão. Só recapitulando: quando lá em junho ou julho, se não me  
915 engano, veio esse pedido de municipalização do CREAS, o que acontece? A gente  
916 pede o GT para poder subsidiar a nossa informação. O GT veio. A gente não  
917 discorda que o GT, ele cumpre o objetivo dele e foi isso que eles apresentaram. Nós  
918 concordamos que o GT trabalhou muito bem. Eles trazem essa questão. Mas  
919 também a gente identifica, pelo GT, outras fragilidades. E lá atrás quando a gente  
920 pede esse tempo maior para a gente pensar e essa informação maior, era por quê?  
921 Era trocar a fragilidade do estado pela fragilidade do município. A gente entrava  
922 nessa discussão. E a gente pensando nisso, será que o município daria conta? O  
923 Lucas e Juanita colocaram isso ontem também. E a gente estava nessa discussão  
924 pensando o seguinte: a primeira resolução lá que trata do deslocamento, por

925 exemplo, que trata do suporte da SEDESE, a própria SEDESE descumpre a sua  
926 resolução e reorganiza ela depois pra uma comarca. E até o Cristiano colocou que  
927 foi redefinida, incluindo outros municípios, para não ter essa divisão de comarca.  
928 Para uma comarca não ser responsável para dois municípios distintos, duas  
929 comarcas distintas em relação a isso. E aí eu fiquei pensando depois, a gente  
930 ampliou essa discussão. Era impossível duas comarcas se dialogarem, construir  
931 esse diálogo. Era impossível. É impossível ou houve pouco esforço em relação a  
932 isso? Essa é a primeira questão. Porque a justificativa para poder organizar mais  
933 municípios e da forma como foi feita para ampliar o deslocamento, inclusive de 6  
934 horas que é inviável, essa era a justificativa. A SEDESE tem como dizer para a  
935 gente dessa impossibilidade de dialogar entre duas comarcas ou houve pouco  
936 esforço para que isso acontecesse? E outra questão que a gente também discutiu é  
937 que o caminhar da regionalização já foi feito e conduzido para que não desse certo  
938 da forma como foi construída, da forma como foi caminhado. O que se apresenta no  
939 relatório é que a própria SEDESE não deu o suporte. E a gente continua sem a  
940 condição de dizer se a gente vai trocar a precariedade do estado para a  
941 precariedade do município. Eu não sei muito bem como que a gente vai caminhar,  
942 mas a gente tem muito mais dúvidas do que condição para a gente votar na  
943 municipalização hoje, pelo menos no entendimento de forma geral dos trabalhadores  
944 e no meu entendimento pessoal. **PRESIDENTE:** Conselheira Juanita e depois João  
945 Vítor. É isso? E a dona Arlete. Juanita, Arlete e João Vítor. **MARIA JUANITA,**  
946 **FEAPAES/MG:** Primeiro, falar da expressão, assim, da importância da fala da  
947 Conselheira Grazielle com relação à discussão que foi feita na base da sua  
948 representatividade que demonstra maturidade dos profissionais que fizeram essa  
949 discussão. Segundo, falar também concordando com a Presidente Mariana e com a  
950 Conselheira Grazielle, que o cumprimento do objetivo do GT que foi criado foi  
951 cumprido. Ele nos mostrou uma fotografia que não está colorida, que está em preto  
952 e branco. Esse GT nos mostrou a indicação favorável do reordenamento de três  
953 CREAS regionais. Nos mostrou ainda a continuidade do trabalho desse GT que  
954 deve ser perene ou, pelo menos, continuar enquanto houver regionalização. Mas  
955 nos mostrou também, por outras questões que foram apontadas, indícios ou relatos  
956 que demonstram fragilidade dos SUAS municipais nesses seis municípios visitados.  
957 E esse GT também tomou a decisão ou estratégia, que foi justificada aqui ontem,  
958 considerando o tempo, dificuldade de adesão de conselheiro de fazer o trabalho,  
959 adesão considerando agenda que foi optado por visita somente em seis municípios  
960 em um universo de 25. É uma amostragem muito pequena que no universo somado  
961 desses três indicadores aí, nos dá a segurança da tomada de decisão considerando

962 tudo que está acontecendo no SUAS nesse momento. E com a fala da presidente,  
963 essa responsabilidade de não gasto do recurso não pode ser colocado nas costas  
964 desse colegiado. Em hipótese nenhuma isso não pode ser colocado. Nós estamos  
965 aqui fazendo um trabalho de responsabilidade, de qualidade. Esse problema pode  
966 ser assumido com a SEDESE, mas não pode ser colocado nas costas do CEAS  
967 essa responsabilidade de não gastar esse recurso que foi solicitado, simplesmente  
968 porque o CEAS não aprovou ou aprovou desfavorável. A gente tem que fazer um  
969 controle social com responsabilidade e com qualidade. O que essa conselheira não  
970 tem segurança de aprovar a proposta que foi indicada pelo GT e solicitada pela  
971 SEDESE. Entretanto, eu penso que para fazer o controle social considerando essa  
972 situação que nos foi apresentada, a gente tem que fazer alguma coisa. Uma das  
973 coisas que eu sugiro é a manutenção desse GT ou criar uma comissão específica de  
974 monitoramento de serviços, visto que a SEDESE executa serviço. Se a SEDESE  
975 executa serviço, esse conselho tem que ter uma comissão que faz o controle social  
976 desse serviço, como os conselhos municipais têm. Nós temos 50 municípios hoje,  
977 dos 853, que executam serviços diretamente da SEDESE. Esse conselho não pode  
978 desconsiderar isso. Isso é uma fragilidade no SUAS de MG. Nós temos o Programa  
979 Rede Cuidar que atende 200 ou 300 unidades, que não existe controle social. Então  
980 nós precisamos de uma comissão ou de um GT responsável por fazer esse trabalho.  
981 Onde os conselheiros vão estabelecer um plano de trabalho para fazer essa  
982 fiscalização. O melhor dos mundos é a execução direta do serviço pelo município,  
983 cumprimento da LOAS, a descentralização do comando único, mas esse município  
984 tem que ter condições de executar um serviço da proteção especial onde estamos  
985 falando de violação de direitos. E durante esses anos todos de CREAS regional, nós  
986 não conseguimos apoiar esses municípios para que o serviço seja descentralizado.  
987 Esse CEAS junto com a SEDESE vai ter que fazer uma força-tarefa para que no ano  
988 de 2023 a gente consiga voltar com essa temática de novo e falar: Não, vamos  
989 voltar com a municipalização, mas de forma segura e não como está sendo feita  
990 agora. Foram feitos esforços, tanto pela SEDESE quanto por esses conselhos,  
991 através dos conselheiros que fizeram as visitas. Mas no meu entendimento ainda é  
992 insuficiente para tomada de decisão. **ARLETE, GRAAL:** Eu saí daqui muito  
993 incomodada, ontem, sempre pensando nas apresentações que foram feitas. E hoje  
994 eu cheguei, comentei com algumas conselheiras desse meu incomodo. Mas também  
995 parabeno o grupo de trabalho de ter trazido aqui um retrato muito, muito vivo do  
996 que é a situação dos municípios interioranos. E digo mais, o que foi apresentado  
997 aqui ainda não retrata nem 30% da realidade que de fato é. E é claro que o que  
998 vimos aqui ontem foi um dos municípios visitados. E aí cada um aqui conhece as

999 suas realidades, não só de onde mora, mas também das proximidades ou de onde  
1000 já visitaram. Isso me deixou muito impactada e também surpresa de ter pessoas que  
1001 ficaram surpresas aqui com o que foi apresentado. Porque isso para mim é tão real  
1002 que não me abalou. Eu falei: “É isso aí e muito mais.” Para se ter uma ideia do que é  
1003 a nossa vida no interior e, para além do que foi apresentado, a questão da  
1004 acessibilidade não é só de quem está na comunidade rural. Isso acontece também  
1005 nas áreas urbanas nos municípios no interior. Isso é fato. A outra questão é que eu  
1006 fico pensando, nós temos o exemplo das escolas que foram municipalizadas. Eu  
1007 posso dar depoimento de escolas que foram fechadas logo após a municipalização,  
1008 exatamente porque os municípios não dão conta. E aí eu pergunto e não sei se para  
1009 reflexão ou se alguém vai poder me responder, quanto custa um CREAS regional? E  
1010 quanto custa um CREAS municipal? Porque se o município não dá conta de atender  
1011 nem a demanda imediata ali, como que vai assumir um CREAS? Vai pagar com qual  
1012 dinheiro? Nós estamos falando de financiamento e o controle social precisa de  
1013 dinheiro para que ele possa ser executado. E um outro ponto também que eu trago  
1014 aqui é da fragilidade do controle social que foi dito aqui ontem, e também da boa-  
1015 vontade de que algumas pessoas que foram encontradas nessas visitas que elas  
1016 tendem que isso aconteça, mas nós sabemos que a boa-vontade não atende  
1017 demanda de controle social. Entre o desejo, o fazer, o executar com eficiência e  
1018 efetividade, existe um longo caminho que se chama dinheiro. E para que isso  
1019 aconteça é preciso que esse dinheiro chegue onde dele se tem necessidade. O  
1020 outro ponto que eu trago aqui são as demandas que chegam aqui para nós. E não  
1021 estou dizendo que essa nos pegou assim tão rapidamente, porque ela já foi dita  
1022 anteriormente e a razão da criação dos GTs, é porque agora o GT nos mostram um  
1023 retrato da inviabilidade de a gente votar em favor da municipalização desses  
1024 equipamentos públicos. E aí já falei aqui em outros momentos de como que nós  
1025 temos funcionado muito em função do tempo. E o tempo tem massacrado nossas  
1026 vidas. Só entende isso quem precisa da Assistência Social. Só vai entender isso  
1027 quem um dia precisou ou quem está precisando. Porque, às vezes, muita gente  
1028 pensa que nunca precisou, nem está precisando e que nunca vai precisar. E isso é  
1029 muito perigoso. Isso é um perigo muito grande porque quem está na base, quem faz  
1030 o corpo a corpo, quem vive ali com a criança. E eu sempre trago a figura das  
1031 mulheres porque as filas de CREAS e CRAS, 99% delas são de mulheres. E tem um  
1032 outro recorte, esses rostos têm cor, raça e etnia. Então nós não podemos, enquanto  
1033 conselheiros e conselheiras, ser favorável à municipalização desses equipamentos  
1034 sabendo que nós só vamos prejudicar ainda mais a vida de quem dessa política  
1035 precisa. Eu não estou nem dizendo que são sempre atendidas essas pessoas. Eu

1036 estou dizendo que precisam. Agora, entre precisar e ser atendida, nós teríamos que  
1037 ter um outro pleno. Era isso. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** A primeira pergunta da Grazi,  
1038 hoje, foi se esse recurso no próximo ano estaria disponível. Eu acho que colocar  
1039 insegurança que vive até a nossa política nacional, não sei se a gente terá esse  
1040 recurso novamente aqui pelo desmonte que pode ter a Assistência Social.  
1041 Parafraseando a Baião que não está aqui hoje, mais uma vez, o próximo ano às  
1042 vezes a gente pode ficar com o pires na mão atrás de recurso para poder montar  
1043 equipamento socioassistencial no nosso estado. Então eu parto da premissa, eu  
1044 acho que a pergunta vai até para o Cristiano. Cristiano, não sei se é para você  
1045 mesmo, mas caso seja aprovada a municipalização aqui pelo pleno, vai ter um pós-  
1046 implantação com esses municípios? Vai ter um trabalho com eles pós a implantação  
1047 disso? Vai ter alguma ajuda? “Municipalizamos vocês e agora nós vamos ajudar  
1048 vocês a se estruturarem até conseguirem caminhar com as próprias pernas.” Vai ter  
1049 esse trabalho próximo a esses 25 municípios ou simplesmente vai ser uma  
1050 municipalização e vocês absorvem essas demandas aí fica por si só? Porque eu  
1051 acho que se tiver o pós, se “Vamos municipalizar, mas vai ter um pós”, vai ter um  
1052 trabalho de qualidade próximo a esses 25 municípios que vai ajudar e muito eles  
1053 caminharem com as próprias pernas. Creio eu que a gente pode ter um  
1054 entendimento de votar, sim, favorável. Porque o meu receio de esse recurso não  
1055 voltar mais aqui. A gente tem propostas de diretrizes orçamentárias federais de uma  
1056 redução drástica para a Assistência Social. Como que vai ser o estado de Minas  
1057 Gerais? Como que vai ser o nosso recurso aqui? Então a gente pega e fica refém  
1058 disso. Aquela famosa: “Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. Mas só que  
1059 aqui a gente perde o recurso? Esse que é o meu receio. Mas se tiver um trabalho  
1060 pós-implantação, trazer aqui para a gente que seja ainda hoje mesmo: “Olha, João,  
1061 vai ser feito assim, assim e assim pós-municipalização. Nós vamos ter uma equipe  
1062 próximo a eles. A equipe regional vai estar ajudando a fazer essa implantação para  
1063 que esses municípios possam caminhar com as próprias pernas.” Então esse pós  
1064 vai ser mais importante do que a própria municipalização. Essa é a minha pergunta,  
1065 minha dúvida para que eu possa votar aqui hoje. **LUDSON, CRESS:** Talvez possa  
1066 ser interessante para vocês responderem em bloco, não? Talvez seja interessante  
1067 todo mundo ir para ele responder em bloco. Também está inscrito. Não é para  
1068 responder. Agora entendi. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia, pessoal. Com base no  
1069 diálogo que foi feito aqui ontem e nessas questões que vocês estão apresentando  
1070 aqui hoje, eu anotei algumas coisas aqui. Acho levaria uns dois dias para responder.  
1071 Eu não vou fazer isso. Eu já gosto de falar, não é? Eu não sou mais conselheiro,  
1072 mas já fui conselheiro estadual. Alguns aqui sabem uma pequena parte da minha

1073 história, mas estou na gestão estadual já tem 10 anos. Essa é a terceira gestão.  
1074 Estive na gestão quando no início das discussões sobre a regionalização entre 2011  
1075 e 2014. Estive na gestão passada, entre 2015 e 2018, como técnico apoiando a  
1076 implantação dos serviços regionalizados. E estou finalizando esse ano nessa gestão  
1077 de 2019 a 2022. Poucos aqui sabem da minha história, mas eu falo isso para quê?  
1078 Porque é assim, já tenho uma caminhada e sou técnico. Sou professor efetivo, mas  
1079 estou na gestão lá da SEDESE já esse tempo todo. O primeiro ponto que eu queria  
1080 trazer é o seguinte, já foi falado aqui, mas eu queria reforçar. Parabenizar os  
1081 conselheiros, a Carla, a Lindinha, o Philippe, a Magna, Marinete, que participaram  
1082 durante... ao longo desses três meses depois de junho, de todo o processo de  
1083 discussão sobre a regionalização. E eu queria ressaltar uma coisa aqui e seria bom  
1084 que os conselheiros que participaram desse grupo de trabalho falassem porque  
1085 vocês têm falado muito nessas visitas, que foi o que mais chamou a atenção porque  
1086 realmente foi um trabalho importante, mas o GT não fez só isso. Foram cinco  
1087 reuniões que a gente realizou ao longo desses três meses. Isso gerou um trabalho  
1088 por parte da SEDESE na elaboração de todo o material que foi disponibilizado para  
1089 esses conselheiros. Todas as apresentações estão disponíveis. Cada uma delas a  
1090 gente tratou de aprofundar todo o processo de construção dessa proposta de  
1091 implantação dos CREAS lá em 2015, como que os CREAS funcionam; toda a  
1092 legislação; todo o acompanhamento; dados sobre atendimentos; dados sobre as  
1093 distâncias. Do diálogo que a gente faz com os municípios, eu queria ressaltar isso  
1094 porque esse ponto é importante. Foi falado aqui muito das visitas, mas o GT não fez  
1095 só visitas. O GT estudou a respeito da regionalização e como foi formado por  
1096 conselheiros, faltou a Gabi. Como foi formado por conselheiros e conselheiras eu  
1097 acho que é importante valorizar esse trabalho que eles fizeram. Eu acho que vocês  
1098 estão fazendo isso desde ontem, mas o GT chegou a uma conclusão com base  
1099 nisso. E eles podem falar porque a gente foi muito transparente em todas as  
1100 questões. O segundo ponto é o seguinte: esse trabalho que a gente apresentou,  
1101 essa proposta que foi apresentada pela primeira vez em junho, esse processo de  
1102 avaliação parcial que foi feito pelo GT, a SEDESE vem fazendo isso desde 2019.  
1103 Como vocês sabem, os CREAS regionais estão vinculados à superintendência que  
1104 eu respondo e desde 2019 que a gente vem procurando formas de melhorar a  
1105 qualidade da gestão desses serviços hoje executados. A gente tem 40 profissionais,  
1106 hoje, em quatro CREAS regionais, 25 municípios abrangidos por esses quatro  
1107 CREAS regionais. E toda logística e gestão é feita pelo estado. Isso não é uma coisa  
1108 simples. A gente falou isso no GT. Logística de gasolina para o carro. Contratação  
1109 de profissionais. Substituição de profissionais, material, contrato de impressão, papel

1110 para impressora, material de limpeza, aluguel das casas, IPTU das casas. É um  
1111 negócio supercomplexo. E isso em quatro municípios que estão longe daqui, porque  
1112 estão todos nos vales. A gente sabe das dificuldades que a gente tem. E quando a  
1113 gente propôs a criação desse GT, foi justamente para quê? E isso eu já falei e  
1114 queria reforçar aqui. Nós estamos falando a mesma língua. A gente quer melhorar o  
1115 atendimento. Foi falado aqui mais cedo sobre a precarização do trabalho que o  
1116 estado vem executando e que não adianta jogar isso para os municípios, mas eu  
1117 discordo. Os conselheiros que estiveram nos CREAS regionais viram isso. Não se  
1118 trata da precariedade da gestão estadual em relação a esses CREAS. A gente tem  
1119 problemas. A gente precisa melhorar muita coisa. A gente, talvez, está ainda um  
1120 pouco distante daquilo que a gente gostaria que fosse. Mas eu gostaria de reforçar  
1121 aqui também todo o trabalho feito por assistentes sociais, psicólogos, advogados,  
1122 coordenação, auxiliar administrativa, auxiliar de limpeza, motorista, técnico de  
1123 informática, que são profissionais que trabalham nessas unidades. E, no caso  
1124 desses municípios que a gente está tratando aqui, que são três municípios, os  
1125 gestores já manifestaram interesse e, no diálogo com eles, eles demonstraram a sua  
1126 capacidade de poder implantar um serviço nos seus municípios e a distância desses  
1127 municípios, a gente quer garantir o atendimento dessas pessoas porque a gente não  
1128 consegue estar nesses três municípios todas as semanas. E a gente precisa estar  
1129 com o serviço mais próximo desses municípios. Então não é simplesmente passar a  
1130 responsabilidade para os municípios. É apoiar e caminhar junto com os municípios.  
1131 Foi perguntado aqui no final, todo processo de implantação, ele não acaba quando a  
1132 gente passa o recurso para o município. Mariana falou, na semana que vem 100  
1133 pessoas estão vindo aqui, assistentes sociais, psicólogos, advogados, gestores  
1134 municipais desses 20 municípios que a gente cofinanciou lá em junho para uma  
1135 capacitação. E essa capacitação é continuada, permanente. Todo processo de  
1136 implantação está sendo acompanhado pela equipe da proteção especial da  
1137 SEDESE. Os municípios não vão ser jogados simplesmente para eles implantarem  
1138 os serviços e se virem por aí. É surreal pensar uma coisa dessa. Isso não acontece.  
1139 Então eu queria reforçar aqui a nossa responsabilidade em relação a isso. Não é  
1140 colocar faca no pescoço. Não é colocar aqui a responsabilidade nas costas do  
1141 CEAS porque o CEAS é formado por sociedade civil e governo. É uma coisa só. Não  
1142 é jogar a responsabilidade. Não acho que a discussão, discordo respeitosamente de  
1143 quem falou isso aqui, o tempo, a questão de estar trazendo agora porque, mais uma  
1144 vez: a gente fez essa discussão lá em junho. E esse próprio CEAS deliberou que  
1145 fossem feitas novas discussões ao longo desses três meses. É pouco? Talvez seja  
1146 pouco. Não visitou os 25. Não visitou também porque a gente não conseguia fazer

1147 isso com todos os conselheiros. Eles têm disponibilidades também, mas esse é um  
1148 processo continuado. Mas foram três meses de discussão, três meses de materiais  
1149 que foram compartilhados e, assim, é isso. Eu queria reforçar aqui porque foi falado  
1150 do exercício financeiro, mas é porque é outra gestão. O governador ganhou, mas é  
1151 outra gestão. Começa outra gestão. A gente não consegue garantir esse esforço  
1152 todo que a gente vem fazendo esse ano de recursos, que a gente fez naquela  
1153 pactuação em junho, e fez lá o pleito para conseguir esses seis novos municípios  
1154 agora. Esse esforço todo interno feito junto com a SEPLAG, ele é duro. Ele não é  
1155 fácil internamente. Para conseguir isso é muito difícil. Para finalizar, em seis meses,  
1156 esse ano, a gente saiu de 25 municípios abrangidos por CREAS regionais, mais  
1157 cinco municípios cofinanciados, que dá seis municípios cofinanciados que a gente  
1158 tinha antes de junho. Eram 31 municípios nesse processo de cofinanciamento de  
1159 CREAS regional e CREAS municipal, para 50 municípios. Hoje a gente tem 25  
1160 municípios com CREAS municipais cofinanciados, mais 25 municípios abrangidos  
1161 por CREAS regionais. Foi um salto muito grande que a gente fez esse ano e isso  
1162 precisa ser reconhecido e valorizado. Eu acho que isso é muito importante. Se a  
1163 gente decidir postergar isso, não fazer, não é colocar a responsabilidade para vocês.  
1164 Está, pessoal? Mas, internamente, para discutir isso e conseguir mais recurso, isso  
1165 não é uma ameaça, mas isso dificulta a negociação interna para a gente conseguir  
1166 recurso estadual. Porque a gente tem mais 200 municípios no estado de pequeno  
1167 porte que precisam de cofinanciamento. Queria só deixar essa informação e essa  
1168 reflexão, desculpa o tempo, mas é isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Graziele.  
1169 **GRAZIELE, CRP:** Dona Arlete já fez o encaminhamento. Só reforçar o  
1170 encaminhamento que também saiu da reunião do FET. A gente gostaria de saber  
1171 quanto que custa um CREAS municipal e quanto que custa um CREAS regional,  
1172 para a gente também ter mais condições de avaliar. Por quê? E aí, João, quando  
1173 você pergunta aí, eu estou entendendo que se a SEDESE está interessada em  
1174 municipalizar os CREAS, ela também vai ter interesse, para o ano que vem, para  
1175 poder correr atrás do recurso. Se esse interesse, se ela está apresentando esse  
1176 desejo de municipalizar e eu também concordo. Eu não discordo, não. Eu acho que  
1177 o SUAS é descentralizado. A construção do SUAS está lá na descentralização.  
1178 Então quanto mais a gente tiver serviços municipalizados, é importante para o SUAS.  
1179 É importante para os usuários e trabalhadores. Mas a gente entende que municípios  
1180 de porte I e porte II têm todas as dificuldades orçamentárias. Município que tem  
1181 recurso não tem esse problema, não é? Quer dizer, tem esse problema e vou  
1182 contextualizar a história. Quando a gente aponta as dificuldades e o que acontece  
1183 hoje, a precarização da oferta de serviço, a gente, que somos trabalhadores, que



1184 somos técnicos, a gente reconhece a história, o contexto, então eu acho que as  
1185 pessoas precisam se doar menos porque a gente está falando sim, porque a gestão  
1186 ela representa hoje. Eu vou dizer de uma questão que eu falo para os meus colegas.  
1187 Eu pergunto para os meus colegas lá no município: Você aceitaria ser atendido por  
1188 você mesmo? Eu não aceitaria ser atendida por mim, enquanto usuária, porque o  
1189 serviço que eu presto é precário. E não estou dizendo de mim, Grazielle. Estou  
1190 dizendo de todo o contexto, de toda uma história que me é oferecida. Essa gestão  
1191 não chegou aqui do nada. Ela chegou também com uma carga, então quando a  
1192 gente aponta essa precarização, a gente não está dizendo de pessoas. A gente está  
1193 dizendo de uma história, de um país racista, homofóbico, desigual. A gente  
1194 compreende e entende isso, mas a gente está apontando a gestão que é  
1195 responsável hoje. Eu entendo que se o estado tem interesse de municipalizar, para  
1196 o ano que vem ele vai ter interesse de buscar recursos sim. Ele não tem interesse  
1197 de buscar recurso para os programas que ele mesmo constrói? Então, se ele quer  
1198 municipalizar, ele vai buscar recurso sim. O encaminhamento é esse, está, Mariana  
1199 e Sirlene? Eu gostaria de saber quanto que custa. E se é complexo para o município,  
1200 para o estado que tem recurso, que tem capacidade técnica, imagina para o  
1201 município que não tem recurso, nem capacidade técnica e que está muito mais  
1202 próximo de toda essa história, coronelismo, machismo, racismo. Isso é muito mais  
1203 latente nos municípios. **PRESIDENTE:** A lista de inscritos está grande. Só pegando  
1204 essa questão do custo, isso já foi apresentado aqui nas nossas prestações de  
1205 contas e vou pedir para vocês me ajudarem. O custo de um CREAS regional/mês é  
1206 R\$ 80 mil? Entre R\$ 70 mil e R\$ 80 mil/mês CREAS regional. O custo de um CREAS  
1207 municipal de pequeno porte II, que eu lembro que foi falado na reunião do  
1208 COGEMAS também, estava em R\$ 20 mil a R\$ 30 mil, mas o estado não tem esse  
1209 custo levantado porque vai variar de acordo com o porte do município. Estamos  
1210 falando, essa proposta está falando de três municípios que têm 5 mil habitantes  
1211 aproximadamente. O valor que o estado vai repassar para eles é R\$ 8 mil/mês. O  
1212 gestor municipal assume que ele tem condições de arcar com o serviço e ele tem o  
1213 interesse em fazer isso. Eu quero reforçar algumas questões aqui, mas tentar falar  
1214 até de outra forma. Veja bem, a gente está dizendo o tempo todo que o serviço  
1215 territorializado, local, municipal, ele é a regra. Ele é a prioridade. Ele é o melhor. A  
1216 gente está dizendo o tempo todo que o SUAS carece de recurso, estado e  
1217 municípios estão sofrendo com o desfinanciamento há mais de 4, 5, 6 anos. Não  
1218 temos nem compromisso do governo federal de perspectiva de melhora. O estado  
1219 está trazendo aqui uma proposta de destinação de recurso para município de  
1220 pequeno porte I, que é uma luta que a gente tem feito aqui desde o ano passado,

1221 ano retrasado, que Minas Gerais não tinha sequer um CREAS municipal de  
1222 município de pequeno porte I financiado pelo estado. Isso eu preciso reforçar e  
1223 preciso, sim, chamar a responsabilidade do CEAS porque, para mim, na hora que a  
1224 gente está falando aqui que a gente concorda com os mesmos princípios que o  
1225 serviço para o usuário tem que ser melhorado. O serviço no município tem que ser a  
1226 regra e o CEAS discorda da proposta do estado, para mim é o não pelo não, porque  
1227 fragilidades a gente sabe que tem e a gente vai continuar tendo. E se a gente não  
1228 tiver recurso, a gente não vai superar essas fragilidades. Para mim, a posição desse  
1229 conselho não se justifica porque estamos partindo o tempo todo dos mesmos  
1230 princípios. Estamos reconhecendo o trabalho que foi feito. O trabalho foi in loco. O  
1231 trabalho foi com vistas, com o objetivo de subsidiar o reordenamento, não  
1232 desconsidero o restante que precisa ser feito. Só que a hora que o CEAS nega isso,  
1233 ele está negando a oportunidade de o município de pequeno porte I que quer, que  
1234 se compromete de ofertar o serviço. Da mesma forma que outros municípios foram  
1235 perguntados se querem e falaram que não querem. Não interessa aqui discutir esse  
1236 motivo agora. Agora, a partir do momento que o município aceita o recurso e ele vai  
1237 entrar para a nossa rede aqui de município cofinanciado, apoiado, ele vai sim  
1238 continuar tendo o nosso apoio. Ele vai ter mais recurso porque recurso novo que  
1239 chega para implantar serviço. Quem trabalha em município, quem é gestor aqui  
1240 sabe, isso vai fortalecer o SUAS local e não enfraquecer. Pelo contrário. Eu estou  
1241 dando mais recurso para ele executar. Eu estou cobrando mais responsabilidade do  
1242 gestor. Então eu quero reforçar isso aqui. Dizer que não tem nada no apagar das  
1243 luzes. Isso foi discutido em junho. Foi discutido em julho. Têm quatro meses que a  
1244 gente está fazendo essa discussão. Essa câmara técnica de implantar CREAS  
1245 municipais está acontecendo têm dois anos. Então eu vou discordar, não tem nada  
1246 aqui de última hora. Próximo inscrito é o Ludson. **LUDSON, CRESS:** O que eu  
1247 queria colocar? É que nem os outros colegas já falaram, a gente não está  
1248 discordando da importância de se abrir CREAS municipal. É, de fato, o melhor  
1249 modelo. A questão é que a gente sabe, a gente sabe que os recursos que o estado  
1250 está ofertando não são suficientes para fazer essa implantação. R\$ 8 mil não é  
1251 suficiente. A gente sabe que os municípios não têm capacidade para receber esses  
1252 equipamentos. Não é só uma questão de vontade. É um fato. Basta lembrar da  
1253 gestora que veio aqui e falou que os profissionais dela vão ganhar R\$ 1.500,00. Não  
1254 há capacidade para executar os serviços na imensa maioria desses municípios. O  
1255 dinheiro que o estado manda é muito pouco. Uma pergunta que eu faço é: esse  
1256 recurso ao invés de ser alocado para novas implantações, por exemplo, não poderia  
1257 ser direcionado para os municípios que já foram pactuados CREAS municipais? A

1258 gente sabe, R\$ 8 mil em relação ao custo de um CREAS, mesmo na cidade de  
1259 pequeno não é quase nada. Esses municípios não têm dinheiro para fazer isso. Que  
1260 tipo de benefício está sendo ofertado nesse CREAS? Qual que é o salário do  
1261 profissional? Qual é o espaço que está sendo locado para fazer o CREAS? Na  
1262 maioria das vezes vai ser um espaço locado. Se pintar uma crise no município, será  
1263 que o prefeito não vai mandar todo mundo embora, como sempre fazem na  
1264 Assistência Social? Aí deixa o equipamento com uma ou duas pessoas só para falar  
1265 que ainda existe? É isso que a gente está falando. Eu acho que é nesse sentido que  
1266 a gente fala de trocar a precariedade do estado, a gente sabe que o modelo é  
1267 extremamente precário, sim, pela extrema precariedade do município. A gente não  
1268 precisa ter ilusão. O serviço que está sendo prestado, tanto no CREAS regional do  
1269 estado quanto nos CREAS que estão sendo agora municipalizados, é péssimo.  
1270 Ponto. Não tem para onde correr. O melhor é, ou a gente sair abrindo mais,  
1271 ampliando a municipalização. Essa municipalização precária e ela é precária sim.  
1272 Não vamos ser hipócritas de assumir que ela não é, ou, por exemplo, a gente pode  
1273 melhorar a municipalização que acabou de ser feita. Alguns já foram recentemente  
1274 municipalizados, não dá para aumentar o dinheiro desses? Ou a gente vai  
1275 simplesmente focar em aumentar o número, aumentar o número a qualquer custo?  
1276 Não é? A gente trabalhando ganhando R\$ 1.500,00. Equipamento que não  
1277 consegue dar um benefício. A gente fingir que esses municípios têm capacidade  
1278 porque não têm. Município pequeno, de lugar pobre do estado, não tem capacidade  
1279 institucional. Não precisa nem fazer pesquisa para isso. Não tem orçamento nem  
1280 para a saúde, vai ter para a Assistência Social? Não tem. A gente estava vendo aqui  
1281 na Comissão de Política, de município grande, daqui da Região Metropolitana de  
1282 Belo Horizonte, em que prefeito fundiu 50 secretarias, inclusive a de Assistência  
1283 Social em uma só. Além de fundir 50 secretarias, ele não designou um secretário.  
1284 Assistência social, diretor de básica e especial responde direto para ele. Imagina  
1285 essa realidade no Norte de Minas, no Vale do Mucuri como que é. Esse é o  
1286 questionamento do CEAS. A gente sabe que esse recurso não é suficiente para  
1287 fazer essas aberturas. Independentemente de aprovar ou não, porque tem dinheiro,  
1288 que é o que o João Vítor colocou que é real: o SUAS está sendo completamente  
1289 desfinanciado. Vamos abrir mão disso aqui agora, quando a gente ficar sem nada no  
1290 futuro. Mas o custo que a gente está pagando em termos de precarização de  
1291 trabalho, precarização da oferta, desconsideração das condições éticas e técnicas  
1292 para intervenção social é altíssima. Sempre vamos pagar esse custo? Vai ser para  
1293 sempre? Porque essa conversa sempre é trazida por todos os governos  
1294 basicamente. Não é só por esse, é por todos. Ah, a gente conseguiu aqui um

1295 dinheiro. A gente sabe que não é suficiente ou, então, a gente finge que é suficiente.  
1296 Não estou dizendo que vocês estão fingindo que é porque não é o caso aqui, mas  
1297 muitos governos fingem que é suficiente. Para a gente não perder essa migalha aqui,  
1298 vamos sair implantando e a gente vê depois o que a gente faz. Não é bem assim.  
1299 Acho que a gente precisa tentar superar isso. Seja aportando mais recurso naquilo  
1300 que já existe ao invés de ficar abrindo sem muita responsabilidade, ou então  
1301 conseguir dinheiro de fato para abrir com dignidade. R\$ 8 mil? Gente, no mínimo uns  
1302 R\$ 16 mil, uns R\$ 20 mil. Para município desse porte que não tem um centavo para  
1303 colocar? Tudo bem, enfim. Acho que eram essas as minhas considerações.  
1304 Desculpa o desabafo. **MARINETE, COGEMAS:** Queria trazer algumas reflexões até  
1305 pelo fato de ter participado do GT e reconhecer, conforme a fala do Cristiano, o  
1306 trabalho intenso do GT, tanto nas reuniões quanto também na participação  
1307 específica dos nossos conselheiros in loco. E o GT trouxe para a gente reflexões e  
1308 dizer da questão do objetivo do GT que foi exatamente subsidiar esse conselho em  
1309 relação a esse posicionamento com relação à reordenação. E dizer também que  
1310 essa discussão do CREAS regional não começou hoje. A gente está desde junho  
1311 nesse debate. A CIB já teve reuniões exaustivas em relação a essa discussão.  
1312 Ontem, assim como a Grazielle, também tive uma discussão exaustiva com o  
1313 COGEMAS acerca dessa situação. A gente entende. Eu me posicionei não em  
1314 relação à implantação ou não, mas eu me posicionei em relação em condicionar o  
1315 controle social nessa perspectiva da implantação. Até porque nós reconhecemos a  
1316 nossa fragilidade. E que bom que a iniciativa desse apoio técnico acontecendo já, de  
1317 imediato, 26 e 27 já vai suprir inicialmente esse processo de precariedade também  
1318 do funcionamento do controle social em diversos municípios. Quero comungar  
1319 também que o relatório, ele nos incomoda, e quanto a dona Arlete colocou. Esse  
1320 relatório nos incomoda porque ele traz a precarização do trabalho desses três  
1321 municípios. Eu acho que a gente não poderia deixar de trazer isso aqui porque  
1322 precariza, tanto para o profissional que vocês viram muito bem ontem relatado pela  
1323 Carla como também pelo usuário. E nós não podemos fazer com que esse conselho  
1324 legitime um trabalho de precarização. A gente está querendo fazer, sempre  
1325 reconheci aqui na fala de diversos conselheiros, que o trabalho seja um trabalho de  
1326 qualidade. Mas, por outro lado, eu trago também algumas observações que são de  
1327 agora, que o COGEMAS também vem trazendo enquanto reflexão acerca desse  
1328 processo de municipalização. A própria preocupação de que a gente também  
1329 considere. A gente já viu aí. Já parabenizamos à SEDESE por aquele ranking. O  
1330 COGEMAS também reconhece, em relação aos municípios... uma fala ontem  
1331 também, os municípios que estão no regional, eles estão atendidos, mas a gente

1332 reconheceu através do GT a precarização desse atendimento. Por isso que foi  
1333 sugerida essa proposta de reordenação. Eu queria dizer também, do ponto de vista  
1334 de gestora, que a gente sempre tem que estar muito atento. Tem, sim, aquele  
1335 posicionamento pessoal porque a gente está vivendo na base, lá na ponta a  
1336 realidade. Eu sou do município de médio porte. Eu estava comentando, nenhuma  
1337 das nossas reuniões do GT. Mês passado eu tinha R\$ 600,00 na conta. E isso  
1338 impacta muito porque o município tem como prioridade, sabendo do impacto pós-  
1339 pandemia, da violação de direitos, acaba tendo que entrar também com recurso  
1340 porque o recurso que a gente recebe não dá. Estamos vivendo um momento de  
1341 muitas incertezas, tanto do ponto de vista estadual e principalmente do ponto de  
1342 vista federal. E entendo que nós precisamos ter, sim, um posicionamento bem  
1343 assertivo em relação a essa situação. Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos ter  
1344 esse olhar cuidadoso em relação ao profissional, em relação ao usuário, em relação  
1345 também às construções que foram realizadas. Até porque discutir CREAS regional  
1346 começou desde 2011. Nós não estávamos aqui. Reconhecer também a propriedade  
1347 das pessoas que já vivenciaram todo esse processo ao longo dessa discussão. E ao  
1348 mesmo tempo reconhecer também que todos nós, enquanto GT, fizemos aquilo que  
1349 foi necessário. Porque até então o objetivo era contribuir com o reordenamento. E  
1350 dizer também que a CIB, que tem essa parceria direta nesse debate, já discutiu isso  
1351 exaustivamente. No mês passado não teve reunião da CIB e, pelo que eu vi aqui na  
1352 resolução, o reordenamento dos CREAS regionais a partir do monitoramento e  
1353 avaliação da SEDESE, deverá ser apresentado e deliberado pelo CEAS que poderá  
1354 recomendar revisão à CIB, com recursos novos para cofinanciamento para a  
1355 implantação dos serviços. Até retomei isso para a gente poder entender que essa  
1356 proposta do reordenamento foi literalmente algo reconhecido pela CIB. E não sei se  
1357 vai haver tempo hábil para poder voltar com isso para a CIB. **ELDER, SEDESE:**  
1358 Primeiro ponto, foi sugerido um encaminhamento de criar uma nova comissão. Eu  
1359 gostaria que a gente não discutisse criação de nova comissão agora porque a gente  
1360 está no GT do Regimento Interno. Se a gente cria uma comissão agora, isso vai  
1361 atrapalhar muito os nossos trabalhos. E acho que isso pode ser discutido no  
1362 momento em que estiver discutindo o Regimento Interno mesmo. Eu acho que seria  
1363 um encaminhamento muito ruim para esse momento. O segundo ponto, até pegando  
1364 as discussões que já foram feitas, eu vejo que, dentro dessas discussões tirar o  
1365 município da cobertura do CREAS regional para ele ser municipalizado, vai inclusive  
1366 corrigir erros e problemas que estão acontecendo, como por exemplo o tempo de  
1367 deslocamento ser maior que duas horas. Isso foi muito falado aqui de eles estarem  
1368 distantes. Na hora em que ele é municipalizado, na verdade, a gente está corrigindo

1369 esse problema que foi citado por muitas pessoas. Outro ponto que me deixa  
1370 preocupado, é essa discussão, que está indo para esse lado, de que a gente deveria  
1371 cofinanciar municípios que estivessem com uma gestão boa, uma gestão adequada.  
1372 Todos aqui que vão em municípios pequenos e a dona Arlete falou isso aqui e é  
1373 muito verdade, a situação é bem essa mesmo. Os municípios pequenos têm muita  
1374 dificuldade de prover os serviços de gestão. E se a gente usa esse indicador para  
1375 decidir uma divisão de recursos, esses municípios vão acabar nunca recebendo.  
1376 Inclusive eles precisam receber recursos e capacitação, não apenas recurso,  
1377 justamente para que eles consigam melhorar a sua gestão. E eu tenho uma  
1378 preocupação também, que depois disso, a gente pode não pactuar hoje e estender o  
1379 GT e tal, eu tenho preocupação de que março a gente chegue nas mesmas  
1380 conclusões porque os problemas que foram colocados aqui sobre esse conjunto de  
1381 municípios, eles não vão se resolver em seis meses. São problemas que têm que  
1382 ser resolvidos aos poucos, com apoio da gestão, com capacitação, com orientação e  
1383 com apoio técnico. Eu penso em uma lógica parecida com Aproximação. Quando a  
1384 gente transferiu o recurso para os municípios, a gente faz monitoramento trimestrais  
1385 e semestrais. Esse monitoramento não é só cobrança, não. Monitoramento para  
1386 saber o que está acontecendo, ajudar o município em conseguir executar. E quando  
1387 o município entra no Aproximação, uma das condições que ele aceita é participar de  
1388 ações de apoio técnico periódico justamente para que a gente saiba que ele está  
1389 conseguindo executar o recurso e executar o serviço da maneira adequada. Esse é  
1390 um ponto que a gente tem que levar em consideração. **PRESIDENTE:** Kariny.  
1391 **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Queria frisar em três pontos. O primeiro, em  
1392 parte, eu considero e harmonizo com a fala da Presidenta Mariana, mas eu discordo  
1393 nessa parte porque acredito que a gente não está quebrando os princípios do CEAS  
1394 ao orientar ou sugerir a não aprovação dessa proposta de reordenamento. O  
1395 primeiro ponto é esse. É equivocado achar que a gente está ferindo princípios.  
1396 Segundo ponto é: a gente discutiu bastante sobre a realidade dos municípios. Eu  
1397 fico feliz que o GT tenha ido in loco. Para alguns pode ser novidade, mas para quem  
1398 é técnico lá da ponta, quem já participou de uma equipe volante, de um CRAS rural  
1399 ou de um centro de convivência, vivencia as mesmas dificuldades que a regional  
1400 tem. Eu penso que quando a gente transfere ou pensa no reordenamento desses 25  
1401 municípios e três que aceitaram, a gente está transferindo mais uma sobrecarga de  
1402 dificuldade, de desafio que o município não tem condição de arcar. Seja por má  
1403 gestão, seja por um conselho inoperante ou pouco qualificado, há 'N'N hipóteses.  
1404 Nós precisamos melhorar esses indicadores, sim, dos municípios. O CEAS precisa  
1405 estar mais presente. A gente precisa melhorar o nosso dever de casa como

1406 conselheiro. Ok. Terceiro ponto, pensando rápido não sei se é possível, e eu  
1407 concordo da não aprovação. E concordo com a fala da dona Arlete, da Grazi e de  
1408 outros conselheiros, neste momento a gente não tem condição de aprovar essa  
1409 proposta. Por que não pensar no recurso, uma vez que ele se perde, o exercício  
1410 fiscal termina no dia 31, pensando que não será aprovada de dar um plus, não sei,  
1411 para os recursos de porte dos municípios onde já existe o CREAS regional? Não  
1412 seria uma proposta de não perder? E lembrando, esse conselho aprova janela  
1413 orçamentária. A gente não tem recurso fixo. Não tem aporte fixo, pelo que eu  
1414 entendi nesses nove meses de conselheira. Qual a dificuldade de a gente pensar em  
1415 dar esse plus para os CREAS que já existem? O que dificulta? Eu não consigo  
1416 entender. Eu, particularmente, entendo o discurso, mas absorver isso para uma  
1417 realidade prática, eu vejo inoperante. Eu vejo que vai engessar. E eu tenho uma fala,  
1418 que concorda com a Conselheira Grazi, que é colocar uma sobrecarga de trabalho  
1419 para o trabalhador do SUAS, porque é ele que vai enfrentar um CREAS sucateado,  
1420 um CREAS sem política pública eficaz. Vai estar um discurso lindo. Nós ampliamos  
1421 a cobertura regional para municipal, xis municípios estão recebendo financiamento.  
1422 Zema, bla, bla, bla. É um lindo discurso. A gestão é linda. O discurso é lindo, mas a  
1423 gente precisa colocar o pé no chão. Não sei se o governador está envolvido, mas é  
1424 esta gestão. Está bom? Eu finalizo a minha fala. Não tem como aprovar essa  
1425 proposta. Quem pensa o contrário, vota a favor de acordo com o que tem de  
1426 conhecimento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** A  
1427 discussão traz em todos nós animosidades, é claro, mas eu acho que a gente  
1428 precisa tratar da questão com um pouco mais de racionalidade. Levando em  
1429 consideração diversos aspectos que estão permeando toda essa discussão e  
1430 também aqueles requisitos que a legislação coloca para todos nós. Primeiro ponto  
1431 específico: a questão da regionalização. É claro que o modelo que foi implementado  
1432 por Minas Gerais precisa ser aprimorado porque ele foge ao padrão da realidade  
1433 que é o estado de Minas. Isso é algo que é uníssono entre todos nós, tanto governo  
1434 quanto sociedade civil. Nessa discussão toda aqui, nós estamos colocando na  
1435 balança, pelos argumentos que foram apresentados, de um lado a qualidade do  
1436 trabalho, do trabalhador e da proteção dessa população e do outro lado as  
1437 condições que o município tem para poder oferecer o mínimo e o básico para que  
1438 esse serviço consiga ser executado. Não são matérias e discussões antagônicas  
1439 entre si. Elas devem ser levadas em consideração em conjunto porque nós estamos  
1440 falando de uma política pública. Uma política pública precisa ser aprimorada sobre  
1441 todos esses aspectos. Mas, para além disso e trazendo um posicionamento técnico  
1442 também que gosto sempre de fazer, eu gostaria de alertar sobre a omissão de um

1443 ator muito importante na celebração desse reordenamento. Quem é esse ator? A  
1444 CIB. A CIB deveria ter se manifestado sobre esse reordenamento. Vou fazer um  
1445 resgate histórico. Em junho, Resolução nº 4/2022 da CIB, um de seus artigos diz que  
1446 a CIB não trataria sobre a reordenação e que isso seria uma matéria a ser discutida  
1447 pelo Conselho Estadual. Eu lembro que à época eu bati muito na tecla de que a CIB  
1448 deveria se manifestar. Lembro e rememorando na ata 274<sup>a</sup>, eu lembro que fiz um  
1449 puxão de orelha para a CIB de que ela deveria se manifestar e o CEAS deveria  
1450 corrigir naquilo que ele entendesse que deveria ser aprimorado. Nesse sentido,  
1451 trazendo sobre essa atuação da CIB, eu preciso trazer aqui que uma das  
1452 competências da CIB está na pactuação. Está pactuar a estruturação e a  
1453 organização da oferta de serviço de caráter regional. De onde que extraio essa  
1454 competência? Está lá nas orientações para pactuação da regionalização dos  
1455 serviços de alta e média complexidade emitido pelo Ministério de Desenvolvimento  
1456 Social e combate à fome, à época, em 2015 esse documento. Para além disso, eu  
1457 vou trazer uma competência que está esculpida no Regimento Interno da CIB. Art. 4º,  
1458 inciso IV: “Pactuar medidas para aperfeiçoamento da organização e do  
1459 funcionamento do SUAS no âmbito regional.” A CIB deveria ter se debruçado sobre  
1460 esse reordenamento e ter trazido uma manifestação, um posicionamento com  
1461 relação a esses três municípios que têm o interesse de sair da proteção do CREAS  
1462 regional. Mas, para além disso, eu preciso destacar... Perdi o raciocínio. Com a fala  
1463 aqui eu perdi o raciocínio. A CIB mandou para cá se esvaindo da responsabilidade  
1464 de fazer essa pactuação. E lembrando que isso é a competência da própria CIB para  
1465 poder ser discutido ou aprimorado aqui pelo Conselho Estadual. E nós temos  
1466 precedentes da própria CIB mesmo sobre esse reordenamento. E eu vou citar aqui a  
1467 Resolução nº 2/2015, na qual a CIB pactua o reordenamento de quatro CREAS  
1468 regionais existentes no estado. Eram duas unidades que permaneceriam regionais:  
1469 Morada Nova e Águas Formosas. E a unidade do CREAS regional que seria  
1470 transformada em 4 unidades municipais: Monte Alegre de Minas, Canápolis, Padre  
1471 Paraíso e Paineiras, ou seja, não há justificativa para que a CIB tenha se omitido do  
1472 posicionamento com relação ao reordenamento desses três municípios. Para além  
1473 disso, eu gostaria de sugerir e tentando dar encaminhamento. Primeiro, a  
1474 manifestação da CIB com relação a esse reordenamento, por ser competência legal  
1475 deste órgão. Para além disso, que o estado possibilite ou viabilize, no sentido da fala  
1476 da Kariny, a contratação de mais um técnico para esse município que tem uma  
1477 dificuldade no atendimento dessa população. Ou seja, cada município é referenciado  
1478 por um técnico, então se a gente consegue reforçar a equipe técnica que dá suporte  
1479 para esses municípios, por via de consequência a gente está tentando aprimorar até



1480 uma decisão definitiva deste colegiado, a proteção social especial de média  
1481 complexidade. Esse é o meu posicionamento. **PRESIDENTE:** Gabriele. **GABRIELE,**  
1482 **SEDESE:** Eu vou ser breve porque o Elder também já contemplou a minha fala. Eu  
1483 acho que nem é o caso de fazer defesa contrária, a favor. Eu acho que a gente tem  
1484 que chegar ao final dessas discussões e tentando tirar o que foi dito e para a gente  
1485 caminhar. Eu acho importante a fala de todos os conselheiros, mas me preocupa  
1486 alguns posicionamentos, algumas questões. Por exemplo, CEAS mandou para a  
1487 CIB. O CIB manda para o CEAS. Essas instâncias precisam caminhar juntas para  
1488 esse sistema fluir, para a Política de Assistência Social não ser penalizada. A gente  
1489 ter cuidado até com esses encaminhamentos, com esses diálogos, então faz junto,  
1490 enfim. Pensar em um encaminhamento melhor para essas situações porque um ficar  
1491 jogando para o outro também não vai resolver o problema. Acho que foi muito falado  
1492 da questão da descentralização, do federalismo, lembrar que esse recurso é para  
1493 cofinanciamento. O recurso não é para manter a unidade no município. O sistema foi  
1494 desenhado para que tenha recurso municipal, estadual e da União nessa gestão.  
1495 Dizer que foi muito aqui falado da questão da oferta. Pensando na vigilância, a gente  
1496 precisa pensar na oferta baseada na demanda. Todas as falas aqui estão falando da  
1497 fragilidade da oferta, da questão da capacidade de gestão e eu acho que a gente  
1498 esquece um pouquinho da demanda que é esses municípios desde lá de 2015 foram  
1499 os mais vulneráveis, elencados lá no IVN, que era o indicador de vulnerabilidade. As  
1500 violações de direito, independentemente da aprovação ou não aqui da proposta, elas  
1501 continuam acontecendo no território. Esses municípios continuam fazendo os  
1502 atendimentos com a estrutura que eles têm. A gente não aprova mais recurso e nem  
1503 menos recurso. A violação de direito está escancarada lá e ela continua existindo e  
1504 eles precisam atender de alguma forma. Eu acho que é a gente tentar pensar as  
1505 duas coisas. Também fico preocupada de a gente falar: “Ah, quando não tem gestão  
1506 ou quando o conselho é fraco a gente não pode implantar serviço.” Isso é um  
1507 argumento que os governos que não priorizam o SUAS, adorariam. A gente para de  
1508 expandir aqui. Não tem mais expansão nenhuma. Não tem aceite. Não tem  
1509 cofinanciamento mais porque existem fragilidades nos territórios. A gente ter cuidado  
1510 nessas falas pensando no nosso papel mesmo, de fortalecer o sistema e não criar  
1511 argumentos para que ele seja destituído. **PRESIDENTE:** O Ludson, depois a  
1512 Grazielle. A gente pausa para o almoço e volta no início da tarde já para os  
1513 encaminhamentos. Está, gente? **LUDSON, CRESS:** Só para pontuar que, primeiro  
1514 lugar, eu acho que a maioria dos conselheiros da sociedade civil, a gente não é  
1515 contra a municipalização. A municipalização com qualidade é um ótimo caminho.  
1516 Agora, a pergunta que eu pontuo, inclusive a municipalização já foi uma questão

1517 para mim. Eu já cheguei a externar aqui, mas dado o estado dos debates, eu acho  
1518 que a gente superou isso. A questão é a seguinte, a SEDESE sabe o quanto de  
1519 dinheiro que ela tem que aportar em um município de pequeno porte I ou pequeno  
1520 porte II para que ele tenha condições de prestar o serviço? Essa é uma pergunta.  
1521 **PRESIDENTE:** Deixa eu te falar uma coisa. Você não entendeu. Quando a gente  
1522 fala de cofinanciamento não é o estado e a União (trecho incompreensível) [2:38:07]  
1523 financiando esse (trecho incompreensível) [2:38:09]. **LUDSON, CRESS:** Eu conheço  
1524 a questão do cofinanciamento. **PRESIDENTE:** Então, mas isso que você está  
1525 perguntando não vai existir nunca. **LUDSON, CRESS:** Tem que existir sim. Quanto  
1526 que eu tenho que cofinanciar para que o município, junto com os seus próprios  
1527 recursos, tenha a condição mínima de gerir o serviço com alguma qualidade? Essa  
1528 pergunta precisa ser feita porque... eu queria até dar um exemplo aqui que eu vivi no  
1529 meu município, em relação a serviço de convivência. Nova Lima há uns 5 anos  
1530 funcionava assim: a gente tem R\$ 100 mil para financiar o serviço de convivência.  
1531 Eu faço um edital e viro para a entidade assim: "Entidade, tem R\$ 100 mil aqui. Se  
1532 vira." Eu preciso atender 300 meninos. Se vira. Esse é o dinheiro que eu tenho." Eu  
1533 sinto que o estado está fazendo isso. Eu tenho R\$ 500 mil. Municípios de pequeno  
1534 porte I que querem CREAS, se virem. Vai dar R\$ 8 mil para cada um. Vocês estão  
1535 declarando que dão conta. E assim como a entidade, é lógico o município vai  
1536 declarar que dá conta porque está todo mundo desesperado pelo recurso. Então se  
1537 vire. Não pode ser assim. A gente tem que pensar o orçamento dos municípios é  
1538 muito limitado, principalmente com esses de pequeno porte I e II. A capacidade de  
1539 investimento é pequena. Sabendo disso, qual é o básico que o estado tem de  
1540 fornecer para esse município? R\$ 8 mil, gente? Na minha visão é quase que uma  
1541 piada. Para esse tipo de serviço, não, é para qualquer município. Se a gente não  
1542 quiser ter uma assistente social e um psicólogo ganhando R\$ 1.500,00, um CREAS  
1543 sem benefício, sem carro para transporte da equipe, alugado em qualquer lugar.  
1544 Essa é a discussão. A gente vai implantar a qualquer custo? Eu faço essa pergunta.  
1545 É a qualquer custo? É de qualquer jeito? Só porque o município declarou? E tem  
1546 uma proposta que está colocada. Por que não investir esse recurso nos CREAS  
1547 municipais que já são cofinanciados? São quantos, Mariana? Só para a gente saber.  
1548 Os CREAS municipais da SEDESE que já cofinancia. **PRESIDENTE:** 25. **LUDSON,**  
1549 **CRESS:** Por que a gente não pega esse recurso e divide entre esses municípios  
1550 que estão ganhando essa miséria de R\$ 8 mil. A gente sabe que não dá conta. É  
1551 isso. **PRESIDENTE:** Eu vou passar para a Grazielle e vou encerrar para o almoço.  
1552 **GRAZIELE, CRP:** Só pontuar uma questão que foi falada aqui algumas vezes. O GT  
1553 está trabalhando muito há quatro meses. A Carla terminou o relatório dela na quarta-

1554 feira à noite. Ela apresentou para a gente ontem. A plenária foi informada do  
1555 trabalho do GT ontem. Chegou para a gente ontem para a gente iniciar, para a gente  
1556 ter uma discussão ontem, para a gente tomar uma decisão hoje. O GT está  
1557 trabalhando há quatro meses e trabalhando muito. Muitas reuniões. Mas a plenária  
1558 começou a ser esclarecida a partir de ontem. Isso a gente precisa pontuar. Sim. Ok.  
1559 E é isso que eu falei lá no início, quando fui a primeira a falar, como a gente,  
1560 trabalhador, tivemos mais tempo porque a gente teve uma reunião seguinte, a gente  
1561 conseguiu ampliar a nossa discussão. A plenária não teve o tempo que o  
1562 trabalhador teve para ampliar a discussão. Teve mais tempo inclusive que a plenária  
1563 para trazer outros questionamentos. E eu reitero o encaminhamento do Ludson.  
1564 Reitero o encaminhamento da Kariny. Por que a gente também não pega esse  
1565 ranking? A gente já apresentou o ranking dos municípios que tiveram o maior índice  
1566 de violação, que não têm nenhum tipo de suporte. Mal ou bem, os municípios que  
1567 estão regionalizados, eles têm algum tipo de acompanhamento. A gente já  
1568 identificou as fragilidades. A gente já identificou que precisa ser melhorado. Isso é  
1569 claro, mas eles têm algum tipo de atendimento. Agora, tem município que não tem  
1570 nenhum. Eu reitero o encaminhamento do Ludson, da Kariny, incluindo a questão do  
1571 ranking, daqueles municípios que têm maior fragilidade e maior violação de direitos.  
1572 **PRESIDENTE:** Agora pausa para o almoço. A gente volta às 13h10, no máximo. -----  
1573 -----FIM DA 1ª PARTE -----  
1574 **PRESIDENTE:** Eu já tenho duas inscrições. Vou pedir para as pessoas que  
1575 quiserem se manifestar agora, para a gente concluir a discussão e partir para os  
1576 encaminhamentos. Esperando os conselheiros tomarem assento. Têm duas  
1577 inscrições. Eu vou abrir mais uma rodada e vamos tentar já partir para os  
1578 encaminhamentos. Quem pediu inscrição foi a Marcela e depois o Daniel.  
1579 **MARCELA, SEDESE:** Boa tarde. Eu só queria falar uma coisa muito específica. Só  
1580 porque a dona Arlete, quando a senhora falou, dona Arlete, da municipalização das  
1581 escolas. Eu fiquei pensando muito por que eu conheço um pouco do que foi o  
1582 projeto municipalização das escolas. A senhora falou que ficou preocupada por  
1583 causa que a senhora conhece escolas que, depois do projeto municipalização, já  
1584 fecharam. É só porque o que a gente está propondo aqui é diferente e eu acho que  
1585 é só uma coisa para ressaltar. De novo, todo mundo sabe, mas só para ressaltar.  
1586 Diferente do que foi proposto no modelo de municipalização das escolas, o que a  
1587 gente está propondo aqui é um modelo de cofinanciamento fixo. Pagamentos  
1588 mensais. Esses novos CREAS municipais cofinanciados, esses municípios  
1589 receberiam um cofinanciamento mensal continuado, então é uma expansão do  
1590 cofinanciamento estadual em geral. O estado vai aumentar recursos que estão

1591 colocados no FEAS. Em um primeiro momento já é isso. É um aumento dos  
1592 recursos investidos na Assistência Social. E o segundo é que é um compromisso  
1593 mensal que se institui agora e continua, então é diferente do modelo que foi  
1594 proposto. É só lembrar disso também. **PRESIDENTE:** Daniel. **DANIEL,**  
1595 **CMAS/BARBACENA:** Primeiramente comentar com vocês, pedir desculpa por não  
1596 ter me manifestado antes, presidente, e fazê-lo neste momento. Mas eu não poderia  
1597 me furtar a essa fala, uma vez que algumas palavras que foram proferidas um tanto  
1598 quanto me preocupa. Quando alguns conselheiros se manifestam no sentido de que,  
1599 às vezes, é preferível não ter o serviço do que tê-lo de maneira precária. Eu fico me  
1600 perguntando, hoje no país, se a gente passar realmente a avaliar o SUS que tem um  
1601 percentual obrigatório repassado e ele é um caos. E a Assistência Social nem isso  
1602 tem, ainda assim as pessoas preferem manifestar, imagina se não houvesse o SUS,  
1603 ainda que de maneira precária? Nós veríamos diversas pessoas pelas ruas  
1604 morrendo nos passeios de uma maneira completamente desassistida. Então me  
1605 preocupa muito essa fala porque, comentava até ali atrás com a Sandra, imagina  
1606 isso chegando lá no governo federal? Se fossemos nos ater ao cofinanciamento do  
1607 município para que realmente a gente pudesse transferir recurso. Eu acho que,  
1608 talvez nenhum município hoje teria condições. Eu fico muito preocupado com essa  
1609 situação e, em decorrência disso, eu gostaria de pedir a vocês, como já falei lá no  
1610 início quando iniciamos essa discussão, que pelo menos este conselho desse a  
1611 oportunidade daquilo que é estabelecido constitucionalmente. Existem alguns  
1612 critérios e algumas estruturas que são de competência do município. O gestor tem  
1613 que ser ouvido. A gente tem que saber se realmente o gestor está propenso a fazer  
1614 a implementação desses serviços porque, senão, a gente está tirando dele a  
1615 oportunidade. E amanhã nós vamos ser, entre aspas, responsáveis por não deixar  
1616 com que esse serviço chegue até a outras pessoas que precisam. Sinceramente  
1617 falando, eu sei que o SUAS hoje é extremamente deficitário. Não recebe um  
1618 percentual fixo. É uma vergonha em um país como o Brasil com tanto recurso, a  
1619 gente ainda está chorando migalhas. Mas eu prefiro ele da forma como está do que  
1620 não existir. E quando eu ouço isso dos conselheiros, me preocupa muito conselheiro  
1621 dizer que prefere que não exista o recurso, ainda que de forma precária, e prefere  
1622 que não tenha o serviço. Isso foi falado aqui hoje. Eu gostaria até de saber do  
1623 pessoal da SEDESE se tem esse levantamento, viu presidente? Com relação aos  
1624 municípios que já fizeram essa escolha porque eu penso que nada melhor do que  
1625 ouvir esses municípios, ouvir esses gestores que estão lá na ponta para que eles  
1626 manifestem. Porque muitas vezes nós não sabemos da condição financeira e  
1627 orçamentária daquele município e, às vezes ele tem, sim,, condições de manter os

1628 serviços. A gente sabe que o que é repassado hoje é pequeno, mas é o que a gente  
1629 tem. O pouco com Deus é muito. E eu prefiro esse pouco do que não ter nada. Eu  
1630 acho que é o momento de a gente deixar algumas ideologias de lado, alguns  
1631 discursos que são muito bonitos na fala. E eu falei isso no meu primeiro dia no  
1632 CEAS, que aqui no conselho muitas vezes eu vejo diversas discussões e confesso  
1633 que até, em alguns momentos eu penso mesmo em abandonar o conselho,  
1634 sinceramente por essa questão. Eu vejo que muito se discute, mas pouco é  
1635 produtivo. Na ponta as pessoas continuam da mesma forma. E eu, quando me  
1636 candidatei a essa vaga, pensava que aqui iríamos ter debates e temáticas para  
1637 mudar a vida das pessoas. E a gente perde duas, três horas discutindo alguns  
1638 assuntos que, sinceramente, na minha singela opinião e com a devida vênia a  
1639 opiniões adversas, eu acho que não vai nos levar a nada. Mais do que definir algo, a  
1640 gente poderia escutar esse gestor e dar a oportunidade para que ele fosse ouvido.  
1641 Porque ninguém melhor do que ele para dizer se ele tem ou não condição de  
1642 cofinanciar o serviço que está sendo oferecido. Muito obrigado. **PRESIDENTE:**  
1643 Obrigada, Daniel. Eu queria só repetir um comentário que a gente fez aqui na  
1644 reunião de junho sobre os valores que os municípios estão recebendo hoje. E  
1645 pegando o exemplo da Marinete, que ela falou aqui do nosso lado de novo.  
1646 Município de João Monlevade, que é um município de médio porte, recebe R\$ 5 mil  
1647 de cofinanciamento para CREAS. Na mesma época, eu lembro que a gente fez a  
1648 mesma pergunta para Barbacena, para Fabriciano, para quem está aqui  
1649 representando município, quanto que os municípios hoje estão recebendo de  
1650 cofinanciamento. E que todo mundo já sabe, isso é aqui reiteradamente repetido,  
1651 que os municípios estão arcando, sim, com o maior custo dos serviços da  
1652 assistência porque estamos vivendo um desfinanciamento por parte do governo  
1653 federal. E, na medida que esse CEAS reprova o repasse de recurso para município,  
1654 ele está fortalecendo o argumento, eu acho que é o que o Daniel acabou de falar. A  
1655 gente está retirando o recurso da Assistência Social por questões aqui e vou repetir  
1656 o que eu disse: a gente concorda que a municipalização é a melhor estratégia. O  
1657 gestor foi ouvido. Até para responder à pergunta do Daniel. No caso aqui que a  
1658 gente está falando, de três municípios: Palmópolis, Felício dos Santos e Presidente  
1659 Kubistchek. Os três gestores municipais manifestaram interesse. Os três foram  
1660 ouvidos pelos conselheiros do CEAS na visita in loco, então isso foi feito por  
1661 conselheiros do CEAS. Além de já terem sido feitas inúmeras reuniões com todos  
1662 esses municípios por parte da SEDESE para discutir a melhor estratégia para o  
1663 município, se é ele ficar dentro do serviço regional ou se é ele ofertar o serviço  
1664 municipal. E tem uma questão que foi colocada aqui que eu esqueci de responder.

1665 Acho que foi o Ludson que falou assim: “Pega esse dinheiro e dá para os outros  
1666 municípios.” Veja bem, eu estou falando aqui de R\$ 24 mil. Vocês acham que R\$ 8  
1667 mil é pouco? R\$ 24 mil é pouquíssimo também em um universo de cofinanciamento  
1668 de CREAS municipais. Uma coisa é a gente brigar por aumentar a parcela. A nossa  
1669 parcela é calculada com base na do governo federal. O governo federal, o valor que  
1670 ele repassa é R\$ 8 mil. O que ele deveria repassar, e ele... R\$ 6.500,00, o governo  
1671 federal repassa R\$ 6.500,00. O estado já está passando mais que o governo federal.  
1672 O governo federal deveria passar os R\$ 6.500,00, mas ele não passa, que é o caso  
1673 que eu já citei aqui que é o município de Monlevade, médio porte, pequeno porte,  
1674 que hoje todos estão recebendo 40% do financiamento, desde 2019. Primeiro ponto:  
1675 a gente já tem o valor mínimo estabelecido. Uma coisa é a gente brigar para  
1676 estabelecer um valor melhor para os próximos anos. Claro que nós concordamos  
1677 com isso, depende de pleito orçamentário. Só que o que nós estamos tratando  
1678 nesse momento é reordenamento de CREAS, fortalecimento do serviço. A gente  
1679 ainda está trabalhando com a execução mínima de CREAS municipal de município  
1680 de pequeno porte I em Minas Gerais. Eu acho que é isso que vocês têm que  
1681 entender. A gente tem que dar um passo de cada vez. Olha para a nossa realidade.  
1682 A gente ficar olhando para o mundo ideal, a gente tem que subir um degrau de cada  
1683 vez aqui. A gente precisa começar. Hoje, com o esforço que a gente fez, a gente  
1684 conseguiu 20 municípios. O nosso universo é de 600 de pequeno porte I. É de 200  
1685 já indicados com grande incidência de violações de direitos. Mais esses que estão  
1686 indicados desde 2015. A gente tem que olhar e ver o percurso que a gente já  
1687 percorreu também. Se foi falado aqui diversas vezes: a regionalização foi um passo  
1688 errado dado pela SEDESE, que esse conselho aprovou aqui em 2015 ou 2016. A  
1689 gente está trazendo aqui oportunidade de correção de rumos. Eu acho que é isso  
1690 que tem que ser considerado. Peço mais uma vez que a gente não leve esse  
1691 discurso para outro caminho porque a proposta é clara. Ela é objetiva. Ela está  
1692 fundamentada. Ela tem um histórico que já foi percorrido aqui nesse conselho,  
1693 inclusive considerando o histórico da regionalização. Próxima inscrição é o Lucas,  
1694 depois Simone. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É para  
1695 fazer coro com o pedido do Daniel para ouvir o gestor. Eu gostaria de ouvir a  
1696 manifestação do COGEMAS, enquanto representação dos gestores neste conselho.  
1697 Eu acho importante ter o posicionamento do COGEMAS com relação a esse  
1698 reordenamento, até porque como nós não temos um parecer do CIB que seria  
1699 gestão e gestores, gestão estadual e gestores municipais, seria oportuno a gente ter  
1700 uma manifestação do COGEMAS. Qual é o entendimento do COGEMAS? O  
1701 posicionamento institucional do COGEMAS. **MARINETE, COGEMAS:** Nós tivemos,

1702 após o relatório ontem, um momento de discussão no COGEMAS. E a gente  
1703 percebe que o COGEMAS... vou falar que eu cheguei no COGEMAS no ano  
1704 passado, mas essas discussões vêm sendo pautadas desde 2011, 12, 13, que o  
1705 COGEMAS, através do José Crus, através da Ivone, já vem pautando essa  
1706 discussão dos CREAS regionais. Pautando toda essa questão, essa preocupação. O  
1707 que o COGEMAS entendeu na discussão que nós tivemos ontem, que o CEAS,  
1708 realmente, ao exercer esse controle social automaticamente ele vai propor o  
1709 reordenamento. É o que nós entendemos. E, ao mesmo tempo, embora não haja  
1710 tempo hábil e tenha outro desafio porque a CIB não reuniu no mês passado, que  
1711 essa proposta de reordenamento ou essa proposta feita pelo CEAS, que ela seja  
1712 recomendada à CIB. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só  
1713 para eu entender. O posicionamento do COGEMAS é pelo reordenamento e que  
1714 esse reordenamento seja feito pelo CEAS e encaminhado para o CIB. O  
1715 posicionamento do COGEMAS é favorável ao reordenamento. **MARINETE,**  
1716 **COGEMAS:** É esse. Ele entende que o controle social pode propor o reordenamento.  
1717 Entendeu? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas eu  
1718 preciso... **MARINETE, COGEMAS:** Porque na verdade, o que ele entende é que  
1719 como é uma instância de controle social, inclusive eu acho que foi legitimada através  
1720 do GT a questão do reordenamento. Quando você monitora, quando você avalia,  
1721 automaticamente você vai interpelar nas questões. Ponto. Agora, isso tem que ser  
1722 recomendado à CIB para que a CIB debruce, para que a CIB faça todas as análises  
1723 em relação a essa proposição. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**  
1724 **SSVP:** Eu entendi e não entendi por que o COGEMAS não tem um posicionamento  
1725 dizendo que o CEAS tem que decidir. E que o CEAS tem que voltar depois para a  
1726 CIB. **MARINETE, COGEMAS:** O CEAS identifica, a gente enquanto COGEMAS,  
1727 entende que o CEAS identifica a necessidade do reordenamento e recomenda à CIB.  
1728 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas o COGEMAS não tem  
1729 um posicionamento se deve ser reordenado ou não? **MARINETE, COGEMAS:** É  
1730 isso mesmo, porque na CIB a gente já discutiu sobre isso. Deixa eu tentar ver aqui.  
1731 Na CIB... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas a  
1732 representante do COGEMAS é a Marinete. **MARINETE, COGEMAS:** Eu não sei, a  
1733 Magna também se quiser manifestar. Eu acho que a Magna pode manifestar. Mas  
1734 deixa eu colocar. Essa discussão tem sido exaustiva desde a CIB. Eu já pontuei isso  
1735 aqui. O que eu entendi e o que a gente discutiu ontem também de uma forma  
1736 exaustiva é o seguinte: o COGEMAS entende que o CEAS, enquanto instância de  
1737 controle social, ele pode analisar, ou seja, fazer o que nós fizemos enquanto GT. Ele  
1738 pode, de uma certa forma, poder o reordenamento sim. Agora, o que o COGEMAS

1739 define é que ele tem que fazer para que essa recomendação vá para a CIB, para  
1740 que a CIB possa pactuar ou não. Eu acho que a própria Resolução 4, ela traz isso: o  
1741 reordenamento dos CREAS regionais, a partir do monitoramento e avaliação da  
1742 SEDESE, deverá ser apresentado e deliberado pelo CEAS, que poderá recomendar  
1743 revisão à CIB com recursos novos. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**  
1744 - **SSVP:** Ou seja, o COGEMAS não tem posicionamento porque... **MAGNA,**  
1745 **COGEMAS:** Eu espero que vocês me escutem porque hoje a garganta não está  
1746 muito boa e ainda mais com a máscara. Só colocando para vocês. Toda essa  
1747 questão de reordenamento, isso já foi discutido junto com o COGEMAS e a CIB em  
1748 uma discussão que participamos muito enfática. Foi uma reunião das 14h00 às  
1749 19h00 da noite. Correto? E nessa questão quando é dito aqui com relação à questão  
1750 do reordenamento, eu gostaria de colocar para vocês, enquanto fazendo parte na  
1751 questão desse grupo de trabalho que foi colocado com relação a isso, a gente  
1752 entende todas as cidades ou todas aquelas questões que elas necessitam.  
1753 Enquanto colegiado de gestores, o COGEMAS, o que trabalha em cima disso e  
1754 ontem, nas nossas discussões novamente, é o seguinte, Lucas. Diante de todas as  
1755 questões de tudo que já foi falado, mas falando particularmente com relação ao  
1756 COGEMAS. Em se tratando de reordenamento, o questionamento que é feito é com  
1757 relação ao porquê das três cidades, esses três municípios. Nós temos 25 municípios  
1758 que fazem parte dos CREAS regionais. Três manifestaram que querem ir para o  
1759 CREAS municipal. Com relação aos três que o estado coloca que estariam lá no  
1760 ranking e buscando esses três, COGEMAS não é contrário a nenhuma  
1761 municipalização, então três novos que querem entrar. Questionamento do  
1762 COGEMAS é com relação a esses três, ao reordenamento, o que você está  
1763 questionando. Se for colocar com relação ao COGEMAS, ele vai questionar também,  
1764 como nós trouxemos. Isso, o Cristiano aqui sabe, que foi em várias reuniões com ele  
1765 que voltei de novo essa questão. O questionamento do COGEMAS é justamente  
1766 relacionado a todos os questionamentos que vocês fizeram aqui. Esses três que  
1767 querem estar vindo, por que seriam esses três? Juanita, ontem, quando vários  
1768 outros questionaram diante de todos eles. No GT a gente entende a questão dessa  
1769 necessidade de ser, mas é questionado também com relação ao fato de que nós  
1770 não conseguimos ir em todas. O que o COGEMAS decide? Marinete está colocando  
1771 ali com relação a essa questão por ela estar nessa representação que quando nós  
1772 tivemos a reunião da CIB foi colocado de trazer aqui para dentro do CEAS, para que  
1773 aqui dentro do CEAS a gente pudesse discutir com relação quais seriam os critérios  
1774 para o reordenamento. Dentro disso que a gente trabalhou dentro da CIT para que  
1775 voltasse com relação. O que o COGEMAS coloca é que para mantermos três novos,



1776 tranquilo. Mas esses três que estão, nós temos que voltar para ver quais seriam os  
1777 critérios deles. Quais são os critérios para eleger esses três diante de 25 municípios  
1778 que fazem parte dos regionais? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**  
1779 **SSVP:** O posicionamento do COGEMAS é pelo não reordenamento neste  
1780 momento? Por que não tem claros os critérios utilizados? **MAGNA, COGEMAS:**  
1781 Perfeito. Perfeito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ótimo.  
1782 **MAGNA, COGEMAS:** Deixa eu colocar aqui uma questão porque fica muito dúbia.  
1783 Cristiano que está aqui, que eu participei de todo o grupo de trabalho e vai falar  
1784 assim: “Estamos incoerentes com a questão do grupo de trabalho dentro do que a  
1785 gente fez.” Eu tenho aqui hoje e gostaria só de registrar, Carla, Philipe, Lindinha e  
1786 Jacqueline, que fizeram esse trabalho, desde ontem que todo mundo está colocando  
1787 que não tem nada contra ao que elas fizeram e, claro, todo trabalho. Mas elas estão  
1788 se sentindo tristes como se esse trabalho fosse... foi trazido para cá uma proposta,  
1789 gente, de recomendações que nós colocamos. O que Daniel colocou ali é muito  
1790 triste nós pensarmos: “se está ruim, fica ruim, pior se não tivesse”. Gente, não pode  
1791 realmente ter. Isso já são palavras, Daniel, que é para dentro do COGEMAS isso sai  
1792 conosco. São situações que, às vezes, todos nós comentamos. Nossa, se está ruim  
1793 é preferível ficar a não ter. Todo mundo já falou essa frase em algum momento da  
1794 vida, mas a gente tem que repensar. No trabalho que Cristiano levantou e toda  
1795 equipe. Eu vou colocar Cristiano e Gabriele porque fizeram um trabalho fantástico  
1796 com relação a essa situação. Aqui, em junho, a discussão era por que esses três?  
1797 Porque foram os três que manifestaram. Se têm 25, três que manifestaram com isso.  
1798 Eu coloquei para o Cristiano na reunião. Nós, enquanto estamos no grupo de  
1799 trabalho e qualquer um de vocês se tivessem ido presenciado todo esse trabalho,  
1800 vocês iriam dizer assim: “Realmente, precisamos fazer esse reordenamento porque  
1801 as cidades estão sofridas.” Porque uma coisa, Lucas, a gente que está na ponta  
1802 trabalhando. Hoje estou gestora, mas eu sou assistente social no município, uma  
1803 coisa é a gente ver, outra coisa é teoria. Quando a gente tem a vivência, você vai  
1804 virar e falar assim: “Eu quero que seja feito o reordenamento.” E quando eu trago  
1805 para cá, eu e Marinete, que participamos desse grupo de trabalho das reuniões on-  
1806 line que fizemos quatro e aqui duas reuniões presenciais, nós não podemos ignorar  
1807 o trabalho que foi feito deles. Nessa questão de trabalho, eu espero que vocês  
1808 estejam entendendo as vezes a questão dúbia que a gente as vezes fica com ela.  
1809 Porque se você vai no trabalho, se você ver o que essas meninas fizeram, e eu não  
1810 fui porque não tenho condições de ficar mais dois, três dias fora. Você vai dizer,  
1811 Lucas, que se faz necessário fazer esse trabalho quando você vivencia e vê o que  
1812 elas fazem. Agora, quando você pergunta: colegiado? Eu e Marinete estamos aqui

1813 representando um colegiado que se conversa e tem pensamentos as vezes que a  
1814 gente tem que analisar. Eu não passo isso no meu município. Eu sou município de  
1815 grande porte. Mas só quero referenciar que quando foi falado do repasse, esse ano  
1816 eu tive mais de 40% o repasse que veio do governo federal com relação ao CREAS,  
1817 até o mês passado eu só tinha recebido R\$ 14 mil durante todos esses meses,  
1818 então a gente vê todas as dificuldades. Espero que vocês entendam o que as vezes  
1819 eu, enquanto pessoa, assistente social, tenho a posição e quando a gente está em  
1820 um colegiado que a gente coloca. Eu acho super válido a questão em uma mesa  
1821 aqui cada um tem o seu ponto de vista e nós vamos ter que resolver. Não é o  
1822 dinheiro ficar para depois. O que hoje estamos discutindo e pode ser feito? É difícil  
1823 sim, porque Juanita e várias pessoas colocaram que chegou... a Grazi falou muito  
1824 bem, chegou hoje, ontem na mesa o relatório, para nós também porque diante de  
1825 todas as conversas, o relatório final nós fomos ver junto com vocês, porque todas  
1826 elas gente, para poder fazer a visita foi em horários difíceis e também para  
1827 apresentar o relatório. Espero que tenham conseguido entender um pouco dentro do  
1828 que eu expliquei a questão dúvida. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**  
1829 **SSVP:** Magna, não é nem dubiedade. Uma coisa é a atuação do conselheiro  
1830 atuando em nome do CEAS para poder emitir um relatório. Outra coisa é o  
1831 posicionamento institucional que a gente pediu. Não há dubiedade. Não precisa se  
1832 preocupar com relação a isso. Você trouxe aquilo que é o entendimento da sua  
1833 representação, que eu pedi a manifestação. E você trouxe também o trabalho que  
1834 foi conferido a você enquanto membro do GT, então não tem dubiedade nenhuma.  
1835 Obrigado. **PRESIDENTE:** Ludson. **LUDSON, CRESS:** Eu só queria pontuar o  
1836 seguinte. Eu acho que a gente vai ter que chegar em um consenso aqui agora. Mas  
1837 o que eu queria falar é principalmente para o futuro. Eu ouvi a fala do colega gestor  
1838 e eu fico preocupado em a gente sempre, sempre ficar preso na mediocridade desse  
1839 discurso do que é que a gente vai lidar apenas com o que a gente tem e nunca,  
1840 nunca vamos pensar na qualidade dos serviços, nunca vamos pensar no básico. A  
1841 gente tem que ter a consciência de que a gente está colocando um serviço péssimo  
1842 por outro serviço péssimo. É só isso que a gente precisa ter a consciência. A  
1843 Mariana disse o seguinte, que a gente está trocando, que no passado a SEDESE  
1844 cometeu um erro com a regionalização. Quero dizer que não, a SEDESE cometeu o  
1845 erro da regionalização precária. A gente tinha um direcionamento do plano do  
1846 governo federal que dizia que o máximo de cidades poderiam ser referenciadas por  
1847 um CREAS regional. E hoje os CREAS regionais referenciam mais do que o dobro  
1848 disso. O dobro ou mais que o dobro. A gente tinha uma série de questões que  
1849 deveriam ser acertadas e a SEDESE atropelou, em outros governos, essas

1850 questões todas para alcançar o maior número de municípios possível a partir de  
1851 uma base regional. Esse foi o erro: não compreender o modelo. O erro foi não  
1852 compreender os limites orçamentários. Porque se eu tenho pouco, eu vou fazer  
1853 pouco, mas eu vou procurar fazer o pouco direito. Agora nós estamos cometendo  
1854 outro erro. A gente está partindo para o incentivo da municipalização, regionalizar  
1855 municipalizando. Vamos deixar o serviço mais próximo do usuário, mas o serviço vai  
1856 ser péssimo como já é. Hoje não vai ter mais o problema das seis horas, mas vai ter  
1857 o problema de não ter o benefício, de não ter carro, de ter o técnico ultra precarizado  
1858 ganhando R\$ 1.500,00. E aqui se fala muito em ouvir o gestor, mas a gente precisa  
1859 lembrar que o gestor veio aqui. E a gente viu o tamanho da precariedade que é. O  
1860 gestor veio aqui. A gente constatou o nível absurdo de precariedade e falta de  
1861 condição. Para mim, não se abre serviço a qualquer custo. É isso. Eu acho que, sim,  
1862 a gente tem que chegar a um consenso hoje para usar o recurso. Se for abrir essa  
1863 municipalização, que se faça. Mas eu, Ludson, não faço nenhuma aprovação, mas  
1864 um futuro de expansão de regionalização. A gente tem que entender aonde a gente  
1865 quer chegar. A gente vai continuar expandindo na lógica do quanto pior, melhor.  
1866 Porque é isso que estamos fazendo. Ou a gente vai para o futuro quando surgir uma  
1867 nova oportunidade de recurso e pensar em como a gente vai ampliar o recurso  
1868 daquilo que existe. A SEDESE não tem demonstrado que tem condições financeira e  
1869 administrativa de expandir o número de CREAS regionais. Já que não dá para  
1870 expandir com o mínimo de decência que pelo menos a gente expanda com  
1871 qualidade. É só isso que a gente está discutindo. Para que no próximo ano não  
1872 venha mais uma rodada de expansão com base nesses valores. Não. É isso, que  
1873 não venha uma rodada de expansão com base nesses valores absurdos. Regional,  
1874 não, municipal. Eu vou deixar bem claro. Se a SEDESE não conseguir um valor  
1875 decente para os municípios, decente, R\$ 16 mil, algo que a gente tenha o mínimo de  
1876 segurança de que não vai ter um profissional recebendo R\$ 1.500,00, que não vai ter  
1877 um CREAS com uma gota de capacidade de dar um benefício para o cidadão,  
1878 qualquer coisa que tenha o mínimo de qualidade no serviço, se vocês não  
1879 conseguem fazer isso, conceituem em utilizar os novos recursos que vocês  
1880 conseguirem para melhorar aquilo que já existe. É isso. Vocês vão ter 28 CREAS  
1881 regionais no ano que vem, se a gente aprovar esses agora. Vão ser 28 CREAS  
1882 municipais, desculpe. 28 CREAS municipais no ano que vem. E se vocês  
1883 conseguirem uma nova rodada de recurso, que utilizem essa nova rodada de  
1884 recurso para ampliar o cofinanciamento porque, gente, R\$ 8 mil não dá. É um  
1885 absurdo. É uma imoralidade para uma cidade pequena. Temos que sair do mundo  
1886 da fantasia. Essas cidades não têm capacidade institucional de implementar serviço

1887 com qualidade e a responsabilidade, nesse caso, é do estado, não é do município. O  
1888 município não tem capacidade estrutural. É o estado que tem que agir de maneira  
1889 suplementar. O estado agora está diante de município sem capacidade institucional  
1890 simplesmente porque eles querem. A gente sabe que gestor dificilmente recusa  
1891 verba. Quem é entidade, eu falo isso a partir de todos os municípios que eu trabalhei,  
1892 e aí fica muito fácil fazer essa transferência. Muito complexo para o estado, vamos  
1893 passar para o município. E o município fica feliz com R\$ 8 mil e o usuário que pague  
1894 o preço. Ele paga o preço hoje, no CREAS regional, no deslocamento e vai pagar o  
1895 preço do serviço precário executado pelo município. O que a gente quer é que a  
1896 gente consiga pelo menos estabelecer o básico e não fique nessa expansão feita da  
1897 pior forma possível e a qualquer custo sempre. **ARLETE, GRAAL:** Eu fiquei  
1898 pensando se falo, se não falo, mas eu prefiro pecar por falar do que sair daqui sem  
1899 mais uma vez registrar a minha posição com relação a isso. Eu não gosto e aqui  
1900 também não trago (trecho incompreensível) [00:32:21] dos meus gostos. Eu não  
1901 gosto quando as palavras são colocadas de forma dúbia. E vou repetir o que a  
1902 Magna falou. Dúbia, aqui nesse momento para mim foi essa questão do pouco ou  
1903 nada. Eu, enquanto conselheira, não estou aqui para colocar o meu voto no pouco  
1904 ou no nada. Eu estou aqui para colocar o meu voto no mínimo que é o que o povo  
1905 precisa. E o muito não desperdício, não. É o necessário. Eu estou falando disso. A  
1906 outra questão também que eu quero colocar é que ao estar aqui, ao ser indicada  
1907 pela instituição que eu estou aqui, e ao estar aqui e fazer parte deste colegiado, não  
1908 penso em abandonar. E eu não abandono é porque eu assumi esse compromisso  
1909 aqui. Se eu tiver que dizer não, é não. E se eu dizer sim, é sim. Eu não vou me furtar  
1910 a dizer que eu não concordo. Eu não concordo. E eu não concordo porque eu vivo  
1911 isso todos os dias. Isso não quer dizer que eu seja contra e nem a instituição que  
1912 estou aqui representando seja contra a municipalização, não. Não é disso que nós  
1913 estamos falando. Nós estamos falando da qualidade do serviço. Nós estamos  
1914 falando da capacidade de efetivação desse trabalho que tem que chegar onde ele é  
1915 necessário. Nós estamos falando disso. Nós não podemos, e estou falando esse  
1916 'nós', mas eu quero me colocar aqui enquanto conselheira, de dizer que qualquer  
1917 coisa serve para atender quem precisa. Nós estamos aqui para dizer: "Olha, isso  
1918 aqui não serve para atender e eu não vou fortalecer a precariedade do atendimento  
1919 para poder dizer que tem um atendimento. Eu estou aqui para defender a qualidade  
1920 do serviço público. Eu estou aqui para dizer que as pessoas que acessam esse  
1921 serviço não é porque elas têm prazer de enfrentar fila, de ir pelas madrugadas, de  
1922 sair de suas casas e andar quilômetros e quilômetros para chegar a uma porta de  
1923 um CREAS e depois você dizer: "Você volta depois. Hoje não tem Internet. Não.

1924 Você volta depois porque tem Internet, mas está fraca. Roda, roda, mas ninguém  
1925 consegue acessar nada”, “Ah, não. Você não trouxe as cópias? Você tem que ir tirar  
1926 as cópias do documento”. Poxa vida, a pessoa não tem dinheiro nem para chegar ali.  
1927 Ele tem que chegar lá e ainda tem que levar cópia de tudo quanto é documento e  
1928 inventar mais, para poder dizer: “Você volta amanhã”, “Ah, mas não deu para ir?”  
1929 Igual eu acompanhei um caso recentemente: “Você sabe me dizer se esse caso foi  
1930 atendido?”, “Não, você que tem que me responder. A demanda foi para você”, “Não,  
1931 porque a gente estava sem carro”. Eu falei: Pois é, eu fui a pé com a pessoa e a  
1932 gente pediu uma ajuda e resolveu o caso. Porque aí, sabe? A pobreza nos coloca  
1933 em um lugar de pedir esmola para dois, quem realmente se compromete com a vida  
1934 das pessoas. A gente pede esmola para dois e o estado não está aqui para dar  
1935 esmola a ninguém. Ele está aqui para cumprir o papel dele. Por isso que eu digo: eu  
1936 não voto nem pelo pouco e nem pelo nada. Eu voto pelo direito. Eu voto pela  
1937 democracia e o direito das pessoas de ter acesso a essa política. E a outra questão  
1938 que eu quero colocar é o seguinte: o prefeito foi ouvido. E o povo que acessa esse  
1939 serviço? Esse povo foi ouvido? Eles falaram? Elas, essas pessoas falaram da  
1940 qualidade desse serviço que é colocado? Então, gente, nós não podemos ficar  
1941 ouvindo essa desculpa unilateral, não. Eu quero dizer de novo e até disse agora na  
1942 hora do almoço, para alguns que estiveram conosco agora no almoço que a gente  
1943 parabeniza o trabalho feito. O retrato é tão fiel que nós estamos discutindo isso  
1944 desde ontem. Hoje a gente chega a um lugar porque estamos aqui é defendendo, ou  
1945 vota ou não vota. E eu já dei o meu voto. Eu não voto. **PRESIDENTE:** Cristiano e  
1946 depois a Sandra. E a gente encerra depois da Magna. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa  
1947 tarde, pessoal. Primeiro que eu quero pedir desculpas das minhas reações porque,  
1948 realmente, esse tipo de debate eu gosto de participar, apesar de sofrer muito, mas já  
1949 faço isso há muitos anos e também como professor, em sala de aula, isso é o que  
1950 no dia a dia o professor vivencia na sala de aula, esse tipo de debate. E hoje, ainda  
1951 mais com a dificuldade adicional na sala de aula, mas eu tenho alguns pontos e,  
1952 dona Arlete, nós estamos falando a mesma coisa. **ARLETE, GRAAL:** (Trecho  
1953 incompreensível) [00:38:06] vou sair daqui (trecho incompreensível). **CRISTIANO,**  
1954 **SEDESE:** Ô dona Arlete. Eu acho que é isso. A gente está fazendo as coisas aqui  
1955 não é só racional, a gente tem muitas emoções envolvidas aqui e eu entendo isso.  
1956 Mas, em cima da fala da dona Arlete, eu queria de novo reforçar isso. Nós estamos  
1957 falando a mesma coisa. E eu acho que esse é o principal assunto que estamos  
1958 discutindo aqui, que é a qualificação do atendimento porque o principal interessado  
1959 aqui não é o gestor, não é a SEDESE, não é o conselho, é o usuário. É lógico que  
1960 para quem me conhece um pouco sabe que no nosso trabalho lá dentro, o meu

1961 trabalho já que essa pauta está muito comigo, o meu objetivo desde o início de  
1962 qualquer discussão que a gente faz sobre isso é o usuário. É o atendimento. A gente  
1963 precisa melhorar muito, Ludson, em várias coisas. Isso que a gente trouxe aqui  
1964 agora, para mim, é um avanço muito grande. É recurso para a assistência. Eu só  
1965 queria chamar a atenção, não quero controlar a fala de ninguém. Vocês falam, se  
1966 manifestam da forma como vocês pensam, de acordo com as suas vivências, mas é  
1967 preciso pensar de uma maneira mais ampla. Nós estamos em um cenário muito  
1968 complexo e a gente não tem bola de cristal. Eu não posso afirmar que o município  
1969 de Felício dos Santos vai executar um serviço precário. Eu não posso dizer isso,  
1970 gente. Eu não tenho bola de cristal. Eu posso ter argumentos, posso ter estudo, mas  
1971 eu não tenho como garantir isso. Não tenho. Nenhum desses três municípios. Eu só  
1972 queria registrar isso porque senão a gente condena um município nesse momento  
1973 porque a gente entende que o cenário em Minas Gerais é este de precarização e  
1974 que o município não vai dar conta. Acho complicado, sabe? É só para registrar isso.  
1975 Obrigado. **PRESIDENTE:** Sandra. **SANDRA, SINTIBREF:** Dando continuidade um  
1976 pouquinho a reflexão da dona Arlete, é difícil porque diversas vezes a gente chega  
1977 no pleno e não só aqui, como no governo federal e municipal que eu já participei,  
1978 que a sociedade civil fica impressionada e gera uma tensão porque: “Olha o que  
1979 vocês estão fazendo. Vocês não estão aprovando e município vai ficar prejudicado.  
1980 Olha o que vocês estão fazendo que o usuário na ponta vai ficar prejudicado”. Mas  
1981 eu falo e essa questão do valor, que eu fico me perguntando de como chegaram a  
1982 esse valor de R\$ 8 mil, e que é mais do que o do governo federal. Ninguém nem  
1983 sabe o que vai ser o orçamento do governo federal que está 95% cortado nesse  
1984 momento. Mas eu sei que no último pleno, eu já dou um informe que teve a plenária  
1985 lá e o trabalhador ficou em evidência, que a gente chamou um a reflexão (trecho  
1986 incompreensível) [00:41:00] com teórica lá Adailza Sposati. Eu falei em nome dos  
1987 trabalhadores e eu já comecei a fala com o seguinte, pegando a fala da Simone  
1988 Albuquerque, da Sposatti, eu sei que é uma coisa que a faz para falar bonito, mas  
1989 eu já comecei falando: Eu, nós, não, aspas, trabalhadores, não vou ser a moça que  
1990 o governo paga para levar aos pobres.” Eu escutei isso no banco da faculdade há 25  
1991 anos atrás, na PUC, porque a gente estudava lá bonitinha. A gente era considerado  
1992 assim. No tempo lá atrás que tinha a Legião Brasileira de Assistência e ainda fiz o  
1993 recorte: “Não estou aqui falando mal daquele tempo que fui usuária. Fui usuária na  
1994 pessoa da minha avó.” Falei isso no pleno nacional. Porque ela foi lá pegar leite na  
1995 fila da LBA e agradeço porque a Maria Madalena, irmã da minha mãe, morreu.  
1996 Dentro da roça morreu. A minha mãe sobreviveu, eu estava lá para falar daqui. Falei  
1997 na frente da professora. A Maria Madalena, eu escutei a minha avó, minha mãe

1998 falando: “A Madalena não escapou.” Eu disse: “Nó, mãe, ainda bem que você  
1999 escapou porque eu estou aqui falando disso.” Ok. A gente tem que ver, quando  
2000 falam que a gente não tem essa bola de cristal para saber, mas a gente pode apurar  
2001 se diante do que está tendo... gente, o Brasil afora, não só em Minas, tem assistente  
2002 social nos municípios do Rio de Janeiro, por exemplo, a gente socializa, estão  
2003 ganhando R\$ 100,00 a mais que o salário mínimo. Estão precarizados. Está  
2004 acontecendo o adoecimento não só por conta dessa questão de acesso  
2005 precarização ao salário, mas eu sinalizei lá na minha fala na primeira contradição  
2006 que a gente tem que olhar enquanto técnicos que estão lá e eu ainda falei: Eu pude  
2007 percorrer os códigos de ética de pelo menos cinco profissões. Fui lá no sociólogo, fui  
2008 no psicólogo, fui no nosso assistente social. E está lá: equidade, liberdade, justiça  
2009 social, de alguma forma falando de direito humanos. Qual que é o nosso que está no  
2010 código de ética? E que um dos motivos do adoecimento que a gente está  
2011 adoecendo aqui também é que de repente nós não estamos conseguindo fazer o  
2012 que... eu citei a frase da Iza, é importante falar, que nós trabalhadores além de ser a  
2013 espinha dorsal que a Simone Albuquerque falou e validou nesse pleno aqui, que eu  
2014 estava aqui no outro pleno, no outro mandato, ela fala que nós somos os  
2015 trabalhadores... olha como ela nos empodera, que temos a capacidade de identificar  
2016 as contradições que a gente vê, sociais. Daí a gente vai, faz a leitura e pode propor  
2017 para o gestor, político, melhores condições. Como a gente pode estar fazendo isso?  
2018 (trecho incompreensível) [00:43:25] leitura se estamos precarizados, se nós estamos  
2019 desvalorizados, doentes, que é isso que está acontecendo nos municípios. A gente  
2020 está com equipes reduzidas, que eu tive apoio dos fóruns. Pedi apoio no fórum  
2021 estadual e represento o grupo. Eu não vou lá falar por mim sozinha. FET me ajuda  
2022 aí. Leonardo Cury, Rodrigo, que já foi presidente desse conselho, tudo me ajudaram  
2023 para construir uma fala para a gente passar o recado. Então é assim, quando a  
2024 gente vê, não é que a gente está ficando assim: nossa que sociedade perversa e  
2025 cruel que não está aprovando. Mas, assim, o gestor também ele tem que parar e  
2026 pensar, quando vai propor fazer um estudo que vai garantir. Já está escrito e  
2027 constatado a precarização que está lá na ponta, que esse dinheiro não dá recurso. A  
2028 gente, não é que a gente quer falar ‘não’ para essa possibilidade. Não sei como  
2029 vamos chegar ao consenso da sociedade civil, mas tem que estar atento e os  
2030 gestores têm que fazer isso quando propõe porque ele propõe. Então assim, quando  
2031 vem com esse recurso e fica nessa saia justa aqui com a sociedade civil que vai ser  
2032 prejudicada. Eu falei mais aqui sobre o trabalhador porque o foco, o representante  
2033 do trabalhador aqui e falei disso lá porque a gente não está conseguindo (trecho  
2034 incompreensível) [00:44:33] nessa questão do orçamento, quando fala do governo

2035 federal aqui toda hora. Vocês não sabem como que já tem conselheiro lá, eu sou da  
2036 Comissão de Financiamento, não traz nada para a gente. Não responde. Um dia  
2037 antes cancela a reunião da CIT que a gente ia pegar pesado na questão de dar uma  
2038 resposta para a gente o que é isso 95% de orçamento cortado e, assim, não  
2039 respondem. Um dia antes fala: “Não vai poder porque as agendas estão  
2040 coincidindo.” Agendas do governo, não é? Que não é a nossa da sociedade civil. E  
2041 simplesmente cancelam a reunião da CIT. Estão querendo ganhar tempo para  
2042 passar o processo eleitoral? Não sei, mas o que está sendo feito é isso. Porque toda  
2043 hora cita o recurso do governo federal aqui é muito baixo mesmo. A gente sabe. O  
2044 desmantelamento o que que está acontecendo com o financiamento. Até a própria  
2045 presidente falou aqui do desfinanciamento da Assistência Social do governo federal  
2046 é uma verdade. Mas eu não posso deixar de falar, eu aponto enquanto  
2047 representante de trabalhador, a precarização é na ponta. E falei disso na nacional.  
2048 Isso tudo eu acho que vai juntando elementos aqui para estar falando: “Gente, esse  
2049 dinheiro, isso é um absurdo.” Mas vamos ver o que a gente continua discutindo aqui  
2050 e debatendo. Obrigada. **PRESIDENTE:** A Magna e depois a gente encerra?  
2051 Podemos partir para o encaminhamento? Ok. Desculpa, encerramos na Simone.  
2052 **MAGNA, COGEMAS:** Desculpa hoje que a voz está das piores e é o dia que eu  
2053 resolvi falar. Eu quero só colocar para vocês aqui porque as vezes fica a situação.  
2054 Quando eu coloquei a palavra dúvida e que gente a pode ter vários entendimentos  
2055 com relação a isso, para que vocês possam me entender, jamais nem eu, Magna,  
2056 assistente social e gestora do município de Conselheiro Lafaiete, participante e  
2057 membro da diretoria do Colegiado de Gestores do COGEMAS, tenho aqui a questão  
2058 de ser dúvida de ter duas falas ou dois entendimentos naquilo que foi feito. Eu  
2059 participei do grupo de trabalho dos CREAS regionais desde o início. E muita da  
2060 discussão aqui que se está tendo as vezes a gente está mudando o foco. A gente  
2061 começa a falar de uma coisa e muda. As recomendações que trouxeram ali são  
2062 simples e a gente foi levando para todo o outro lado. Então, nas recomendações do  
2063 grupo de trabalho tem três para serem... se vai ser feito o reordenamento e três para  
2064 irem para o municipal. Entendo perfeitamente que não tem nenhum conselheiro aqui  
2065 contra a questão de expansão dos CREAS que se faz urgente e necessário, mas a  
2066 gente também olhar... o Ludson mesmo quando faz as colocações dele, a gente tem  
2067 que ver também o papel de nós, gestores, no comando de toda essa precariedade  
2068 que a gente vem enfrentando. Então a gente as vezes colocar a culpa é só do  
2069 governo federal, estadual, nós temos a parcela do municipal. Quando eu falo aqui  
2070 com vocês enquanto gestora, eu tenho representatividade aqui. A Crislayne que faz  
2071 parte do município e sabe de todas as dificuldades. E ontem foi muito colocado aqui



2072 com relação à responsabilidade. Ela é minha servidora. Agora ela não está mais na  
2073 secretaria, não, mas se quiser falar da pessoa da gestão. Ela tem competência para  
2074 colocar isso. Eu estou colocando no sentido de a gente poder ser breve e rápido. No  
2075 que a gente precisa de fazer? Às vezes eu observo, vocês podem ver que eu fico  
2076 mais calada, mas as vezes os assuntos aqui, eles mudam o foco do que está se  
2077 querendo fazer. O grupo de trabalho que foi feito da regionalização, ele tem toda a  
2078 sua competência no sentido de todo o trabalho que a gente fez. E o que foi  
2079 apresentado aqui foram recomendações para que a gente possa ver. Vai seguir com  
2080 esse? Não. Por esse e esse motivo. Vai seguir assim? Pronto. Nós ficamos na tarde  
2081 de ontem, um período da manhã e, para encerrar, à tarde. Então o que eu quero  
2082 colocar aqui para vocês, eu não sou dúvida na questão das minhas colocações. Eu  
2083 sou dúvida no sentido de quando mostra para vocês o que a gente vê para um lado  
2084 quem vai ser reordenado e quando a gente vivencia a situação e vê se prefeitos  
2085 manifestaram, eles não manifestaram diretamente no grupo de trabalho. Eles já  
2086 manifestaram ao estado interesse. Eles devem saber, assim espero como já  
2087 colocado a gente não tem como prever a pessoa de cada um de todas as  
2088 dificuldades que enfrentam. Agora, os CREAS regionais nós temos que dar os  
2089 parabéns por tudo que eles tentam fazer e eles se esforçam, e que o estado viu e eu  
2090 queria muito aqui colocar, da mesma forma que eu falei das meninas, o Cristiano  
2091 que está nesse trabalho, desde 14, Cristiano? Que você já falou? 12 ou 14, 13,  
2092 acertei. De todas as dificuldades e o esforço que se faz para poder conseguir  
2093 melhorar. Então vamos igual ao CEAS para amanhã a gente não ter que ficar assim:  
2094 “Lá em 2012, uma turma aprovou isso.” Em 2022 o Conselho Estadual aprovou, não  
2095 aprovou, determinou, não determinou. Fez a proposta xis, fez a recomendação.  
2096 Todo mundo ciente. Eu creio. Eu conversei e já tinha conversado com o Cristiano, a  
2097 gente traz as nossas polemicas. E a mesa é para a gente poder polemizar, mas que  
2098 aquilo aconteça realmente de uma forma sadia. Não vamos atender a todos, mas  
2099 quando coloca todos nós, sociedade civil e governo, a gente temos as nossas  
2100 limitações para que a gente possa atuar de boa forma com relação a essa situação.  
2101 Enquanto gestora municipal eu coloco a responsabilidade diante dos repasses que o  
2102 governo tem feito para nós municipal, governo federal, e a gente tem que saber  
2103 trabalhar isso. Então todos os outros municípios também têm que saber atuar e nós  
2104 aqui fazermos o papel de fiscalização, de acompanhamento, de apoio a esses  
2105 municípios. E registrar os parabéns, fiz isso no grupo, a todo o grupo de trabalho.  
2106 Espero que tenham entendido. Obrigada. **PRESIDENTE:** Simone. Depois da Simone  
2107 encerrou ou é a Juanita? Depois da Simone encerra e a gente vai para o  
2108 encaminhamento de votação. **SIMONE, CMAS/BH:** Fiquei aqui pensando como é

2109 que fala, meu Deus do céu? E aí eu vou falar. Primeiro, eu vou tentar resumir.  
2110 Cristiano diz dez anos que ele está nessa luta. E eu fiz 44 anos e vendo a situação  
2111 de vulnerabilidade até hoje. O que é 10 perto de 44? Quantos dos meus que  
2112 precisaram morrer porque a assistência não chegou? E quando eu fui eleita no meu  
2113 território e chegando aqui também, eu fico pensando se tivesse um grupo desse de  
2114 GT, parabenizando os meus pares, que conseguiu, porque foi através da fala delas,  
2115 da apresentação que a gente viu as falhas. Porque se tivesse escrito, talvez, eu não  
2116 teria tido atenção de quando eu ouvi a emoção delas. Quando eu consigo ver uma  
2117 companheira minha dizendo da florzinha bonitinha e aí eu fico me atentando, e a  
2118 vida? A florzinha está florindo. E as pessoas que estão morrendo? A apresentação,  
2119 para mim, foi o que ganhou o dia de ontem. Que bom que não foi no papel. Porque o  
2120 papel, ultimamente, está sendo imprimido tão pequenininho que a gente nem  
2121 consegue acompanhar. Eu, Simone, não ia ler. Fico pensando também quando o  
2122 Daniel traz a situação de que é melhor o pouco, mas o que é pouco? Porque para  
2123 você como gestor pode ser muito, mas para a gente não está chegando. E assim  
2124 como não está chegando, a gente está lutando para que não chegue pior do que  
2125 está chegando agora. E a gente tem que sair desse comodismo de achar que está  
2126 fazendo muito para o usuário. Que está muito, não está muito. Ouvir o gestor. Foi  
2127 perguntado. Vamos ouvir a sociedade civil. Vamos ouvir os usuários. Não tem um  
2128 GT voltado para ouvir os usuários. Vamos ouvir gestores. Gestores não sabem da  
2129 minha realidade. Sabe por quê? Porque eles não entram dentro da minha casa. Eles  
2130 sabem o que eu falo. Quando eu chego lá no CRAS, muitas vezes sou induzida. Já  
2131 disse isso antes, até menti para conseguir seja lá o que for. Na base lá, de chegar lá  
2132 e falar: Hoje eu tenho um arroz. E, muitas vezes, nem tenho. Por motivo de  
2133 vergonha ou não, é diferente. Tem que sair dessa zona de conforto de que vamos  
2134 passar. Que bom que a gente está lutando. Que bom que esse precário não vai  
2135 chegar. Estou me manifestando aqui. Não vou votar a favor, não é por causa disso  
2136 ou daquilo, é porque eu não aguento mais a minha população morrer. Eu não  
2137 aguento mais a minha população ter que ficar de madrugada nas filas debaixo de  
2138 chuva. Mulheres com crianças, não tendo onde deixar os seus filhos e arrastando  
2139 aquele tanto de criança. E, muitas vezes, chegando ao CREAS e não ter nem um  
2140 pão para poder comer. Porque antigamente tinha, hoje nem tem. É essa a realidade  
2141 que a gente está dizendo. A gente está dizendo aqui para vocês que não estamos  
2142 aprovando, não é desmerecendo o trabalho do GT não. Não é desmerecendo a  
2143 Lindinha. Não é desmerecendo Philipe. Não é desmerecendo ninguém. Mas a gente  
2144 também não pode sair daqui com a culpa, sabe? “Ah, mas porque em 2015, em  
2145 2000 e tal foi aprovado lá.” A nossa realidade agora é outra. E 2024 vai ser outra.

2146 Tudo que a gente está aprovando agora talvez em 2024 eles vão olhar para trás e  
2147 falar: “Gente, esse povo foi louco de aprovar esses trem aqui.” E aí a gente tem que  
2148 evoluir. A gente está voltando para trás. Eu estou me sentindo uma tartaruga só  
2149 voltando para trás. É um discurso que está sendo desde ontem cansativo, mas é um  
2150 cansativo, a gente está falando de vidas. A gente está falando de realidade. Eu acho  
2151 que a gente precisa realmente colocar humanidade para fora. Não podemos  
2152 continuar da maneira que está. Ficar ali só... E aí a gente sentindo culpada porque  
2153 cada hora que o Cristiano vem aqui: “Eu sou professor, professor.” Que bom que  
2154 você é professor. Eu não sou professora. Eu sou usuária. E tenho orgulho de ser  
2155 usuária. E tenho orgulho de estar defendendo aqui. Entende? Porque está dolorido.  
2156 Eu perguntei: eu estou na sala de aula com professor? O professor falou e eu vou  
2157 ter que assumir o ato dele e não vou ter concordância? É o que ele quer e acabou?  
2158 Não. Eu estou aqui me manifestando contra, declarando que estou contra porque o  
2159 que foi me apresentado não me convenceu porque a realidade que me  
2160 apresentaram é diferente do que está me mostrando aqui. Vamos tentar achar  
2161 caminhos, mas não fazer a gente sair daqui e eu não vou sair daqui culpada. Eu  
2162 votar contra. Se 2024 der merda, eu estou contra ainda. Enquanto não tiver  
2163 mudança, eu vou ser contra. É isso que eu queria dizer para vocês. Obrigada.  
2164 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só para poder dizer e  
2165 apaziguar os corações dos membros do GT é que se a gente toma esse  
2166 posicionamento é porque o relatório foi muito bem-feito. É a partir do relatório que  
2167 diagnostica a defasagem de qualidade no serviço, e não estou falando do trabalho  
2168 ofertado pela SEDESE, mas da estrutura que tem essa defasagem, é porque o  
2169 relatório conseguiu demonstrar isso para nós, é que a gente toma esse tipo de  
2170 posicionamento. É porque o trabalho foi muito bem-feito. Ainda que a gente precise  
2171 acompanhar um pouco mais, ter um pouco mais de clareza, principalmente no  
2172 número de municípios que foram visitados, ampliar esse diagnóstico, mas o trabalho  
2173 do GT foi muito bem-feito e é por isso que a gente toma esse posicionamento.  
2174 **PRESIDENTE:** Último, vamos lá. **DANIEL, CMAS/BARBACENA:** Simone, pode ter  
2175 certeza de que eu, lá na minha cidade enquanto gestor, se você procurar saber  
2176 sobre Barbacena, você vai verificar o que a Assistência Social tem feito lá. Eu sou  
2177 um daqueles que não aceita tudo isso que você mencionou, a pessoa ir para a fila e  
2178 ficar lá esperando porque muitas vezes ela não tem sequer o dinheiro para ir. Ainda  
2179 mais na minha cidade, que é uma cidade onde tem uma extensão territorial muito  
2180 grande. O que estou dizendo não é nada sobre isso. O que estou mencionando é  
2181 algo com relação a este momento, o que nós temos a votar é isso ou aquilo. A  
2182 minha defesa é com relação a votar em cima desse tópico que está sendo feito hoje.

2183 Não tem nada a ver com relação ao usuário. Até porque lá na minha cidade vendo a  
2184 vulnerabilidade das pessoas eu inaugurei um restaurante popular lá. Só para você  
2185 ver que na realidade não tem nada a ver com o usuário, tem a ver com relação a  
2186 essa temática. E quando eu expresso aquela questão do conselho, às vezes ficar na  
2187 retórica e nada ser feito, é uma pergunta que até faço, Mariana. Foi dito aqui em  
2188 outras oportunidades e aqui, acredito têm outras pessoas que representam os  
2189 conselhos de Assistência Social. Foi dito aqui nessa plenária que o trabalho de  
2190 alguns assistentes sociais foi precarizado. E aí fica aquela pergunta e é nisso que eu  
2191 falo: será que alguma atitude foi tomada? Alguma notificação foi enviada aquele  
2192 município para saber o porquê ele está precarizando? É disso que eu falo porque,  
2193 muitas vezes aqui no conselho, a gente fala, mas é só na teoria. Na prática nada  
2194 acontece. É disso que eu reclamo aqui dentro porque essa é uma pergunta,  
2195 presidente, que eu gostaria que me respondesse para eu não ficar nessa dúvida. Foi  
2196 dito aqui há 90 dias atrás que alguns assistentes sociais estariam ganhando  
2197 R\$ 1.500,00. Eu sei que tem um piso para pagamento. E aí? Os conselhos fizeram  
2198 alguma coisa com relação a essa questão? O que foi feito? Traga isso para nós  
2199 porque eu acho muito importante. A gente sempre fica no discurso e não toma  
2200 conhecimento de quais foram as atitudes efetivamente tomadas. A minha resignação  
2201 aqui, Simone, não é com relação ao usuário, não. Eu estou aqui para defender o  
2202 usuário porque o usuário realmente merece ser defendido. Eu sei o que as pessoas  
2203 passam na ponta porque estou diuturnamente com elas, lutando por moradia que o  
2204 governo federal cortou. O Programa Minha Casa Verde Amarela, na faixa de 0 a 3,  
2205 eles não têm feito isso. Na minha cidade tem um déficit habitacional de 2.500  
2206 moradias e nada foi feito. E nada é feito. A gente sabe dessa realidade e a gente  
2207 lamenta. Só que a gente tem que ser o homem realista, o homem do nosso tempo.  
2208 Hoje, o que a gente tem é isso. Concordo. Aceito o seu voto. É um direito seu de  
2209 votar, como é um direito dos outros votarem como eles entendem que devam votar.  
2210 Mas a gente não pode, e aqui eu gostaria de pedir uma coisa muito encarecida, é  
2211 passar para a pessoalização porque atrás de uma fala do Cristiano existe uma  
2212 pessoa. Quando a gente comenta uma questão, de uma certa forma, isso pode  
2213 magoar o colega. Só assim para a gente poder se ater aos detalhes e se ater às  
2214 falas com relação ao que está sendo julgado e jamais falar com relação a isso.  
2215 Entende? Obrigado. **SIMONE, CMAS/BH:** Tenho direito de resposta? Que bom que  
2216 Barbacena está funcionando. Parabéns. Tudo que eu direcionei ao Cristiano e a  
2217 você e a todos os outros que faço a fala é para a pessoa mesmo. Se é sentimental,  
2218 se ele vai levar para o coração, ele tem direito, porque eu também levo para o  
2219 coração as coisas que eu quero. E o que eu não quero, eu descarto. E eu entendo

2220 também que aqui ele está como representante do governo, então a minha fala está  
2221 direcionada a um representante do governo. Todas as falas que ele fez, não foram  
2222 direcionadas à Simone, foram direcionadas ao conselho e eu faço parte desse  
2223 conselho. A nossa colega também saiu daqui chorando e aí? Mas ela vai ter que  
2224 aprender a lidar, tanto é que a gente não levantou daqui reunidos e fomos consolar.  
2225 A gente vai deixar ela viver o momento dela e se ela for capaz de voltar, ela volta, se  
2226 não a gente dá continuidade. Certo? E outra coisa, se a gente ficar aqui também  
2227 para ficar passando gelo, eu estou no local errado. Sabe? Porque eu sou dessa  
2228 maneira e eu vou falar daquilo que me dói. Que bom que em Barbacena está  
2229 acontecendo esse tanto de coisas, mas a gente não está falando de Barbacena.  
2230 Que bom que deu certo em Barbacena. E as outras três? Porque dá certo em  
2231 Barbacena, nós vamos apoiar aqui? Então está bom, vou votar aqui. E se não der  
2232 certo? A culpa vai ser de quem? Do conselho? Do gestor? Ou do conselho? De  
2233 quem estava aqui? Eu acho que a gente tem que crescer no diálogo. A gente  
2234 precisa de crescer no diálogo. Que bom que está dando certo, mas o pouco com  
2235 Deus é muito, para mim não funciona. Para mim, o pouco com Deus não é muito. Eu  
2236 quero mais. Eu quero qualidade. Eu quero qualidade mesmo porque está pouco. E  
2237 tudo para nós aqui está sendo sofrido. E se tiver que ser sofrido assim, vai ter que  
2238 ser. A gente vai compactuar com isso. Mas eu não vou temer fala nenhuma e  
2239 quando eu direcionei a minha fala para o Cristiano, foi porque isso também  
2240 incomodou escutar as colocações dele. E eu acho que quando ele vem para cá, ele  
2241 vem preparado também para saber o que espera ele aqui, assim como a gente vem.  
2242 Eu não venho aqui só para ser passada a mão na cabeça, não. Minha fala foi  
2243 direcionada. Se ele quiser compreender, beleza. Se ele quiser até conversar, estou  
2244 disposta, mas eu me posicionei aqui como uma conselheira eleita e com a minha  
2245 realidade. É isso que eu apresentei aqui. **PRESIDENTE:** Gente, vamos lá. Plenária,  
2246 já discutimos exaustivamente. E o que estava em discussão era reordenamento dos  
2247 CREAS regionais com a municipalização do atendimento da PSE de média nos  
2248 municípios de Palmópolis, Felício dos Santos e Presidente Kubistchek. Coloca  
2249 proposta 1, proposta 2. É isso que vocês estão falando? Vamos lá. **KARINY, BEM-**  
2250 **ESTAR DO MENOR:** Antes da abertura de votação, eu e a Grazi conversamos, a  
2251 Grazi pode me auxiliar. Nós vamos fazer a retirada da proposta, transferir o recurso  
2252 para equipamentos já existentes. Nós vamos retirar a proposta e manter a do Lucas.  
2253 **PRESIDENTE:** Proposta do Lucas, fala por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2254 **DE CURVELO - SSVF:** Têm duas vertentes: obter a manifestação da CIB sobre o  
2255 reordenamento, mas é claro que antes disso, a proposta numerada lá como 2, de  
2256 que o estado possibilite a contratação de mais um técnico para esses três

2257 municípios, ao invés de fazer o reordenamento. Ou seja, a proposta é do não  
2258 reordenamento neste momento e que o estado consiga passar recurso para que ele  
2259 tenha mais um técnico para poder tentar amenizar a falta de cobertura com  
2260 qualidade da atual equipe. **PRESIDENTE:** A primeira proposta, só voltando aqui  
2261 para a questão de esclarecimento. A primeira proposta é a da SEDESE que é o  
2262 reordenamento dos CREAS com a municipalização do atendimento desses três.  
2263 Coloca as três na tela, fazendo favor, porque aí fica claro. Só para esclarecer, isso  
2264 que o Lucas está propondo não existe no Plano de Regionalização, então a gente  
2265 também aqui não vai, estou colocando o posicionamento da SEDESE, a gente teria  
2266 até que discutir porque o que a gente está falando o tempo todo de oferta de serviço  
2267 regional é em cima do Plano de Regionalização. Criar uma coisa nova aqui sem a  
2268 gente também alterar o plano que já está previsto para ser alterado até julho do ano  
2269 que vem, para mim eu acho que não é uma questão que dá para ser considerada  
2270 porque a gente não tem nenhuma avaliação técnica disso. Tira lá em cima, por favor,  
2271 porque a gente nem chegou a discutir a ampliação dos CREAS municipais. A gente  
2272 nem chegou nesse ponto. Isso estava no encaminhamento. Foi o encaminhamento  
2273 do GT. Tudo bem. **LUDSON, CRESS:** Mariana, só uma dúvida. Vai votar a proposta  
2274 1 e a 3 porque a proposta de manter o GT, ela é uma outra coisa que a gente pode  
2275 deliberar depois dessa votação? **PRESIDENTE:** Proposta 1 é a proposta do grupo  
2276 de trabalho que é o reordenamento com ampliação. Proposta 2 é de manter o  
2277 trabalho do grupo e essa questão da comissão, eu gostaria de chamar a atenção  
2278 para o que já foi colocado que o regimento interno, ele está em fase de elaboração.  
2279 Criação de comissão tem que ser previsto no regimento interno. Acredito eu que não  
2280 é o caso de a gente propor comissão aqui nesse momento. **MARIA JUANITA,**  
2281 **FEAPAES/MG:** Eu queria sugerir que a gente acrescentasse na proposta do Lucas,  
2282 peço autorização ao conselheiro de a gente inserir: manter o GT de  
2283 acompanhamento dos CREAS regionais, para que ele incorpore a proposta 3 do  
2284 Lucas. E com relação à comissão, no meu entendimento se o CEAS, se a SEDESE  
2285 executa serviços diretamente, esse conselho tem que ter uma comissão de  
2286 acompanhamento de serviços e programas. Nós temos o programa Aproxima SUAS  
2287 que já tem muitos anos, não tem acompanhamento, controle social desse CEAS,  
2288 exceto de recurso financeiro que é transferido. Rede Cuidar que não é  
2289 acompanhado por esse conselho e nem os CREAS regionais e nem as Casas Lares.  
2290 Eu volto a reportar aqui a importância desse CEAS ter uma comissão de  
2291 acompanhamento de serviços e programas e benefícios, porque para o orçamento  
2292 que vem a SEDESE colocou ação lá de transferência de renda, inclusive a pedido  
2293 desse colegiado. Que seja esse GT temporariamente e depois a criação de uma

2294 comissão específica, porque a gente tem muita execução direta de serviços e  
2295 programas pelo estado. Lucas, pode incorporar na sua proposta? Ok. Incorpora na  
2296 proposta do Lucas, por gentileza. **PRESIDENTE:** Só que a proposta do Lucas vai ter  
2297 que ser destrinchada. São 5 propostas porque é tudo diferente. Manifestação da CIB  
2298 é uma coisa. Essa questão de contratação de técnico é o Plano de Regionalização.  
2299 Isso está dentro do plano. Isso é regionalização. Tem uma resolução do CEAS que  
2300 aprova o plano, inclusive. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós vamos abrir uma  
2301 votação, sugerido pelo Conselheiro Lucas, que pode alterar inclusive esse artigo da  
2302 regionalização da Resolução do CEAS. Não vejo nenhum impedimento com relação  
2303 a isso, considerando a problemática que foi discutida aqui agora. **PRESIDENTE:** Eu  
2304 discordo. Isso precisa de avaliação técnica, sim. O plano é um documento extenso.  
2305 Lá tem exatamente o que é a referência técnica, o que é atribuição de cada  
2306 município, o que é atribuição do estado, como que isso funciona. Eu discordo. Isso  
2307 não é assim, não. A gente não sai tomando decisão sem embasamento técnico, não.  
2308 Ainda mais para um grupo específico de municípios, só porque foi discutido aqui  
2309 uma proposta para três municípios. Aí está refazendo uma coisa, alterando um  
2310 plano? Eu discordo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A discordância é importante  
2311 no diálogo, não é? Senão a gente não cresce nas tomadas de decisões e nos  
2312 diálogos mesmo que a gente continua mantendo. Tem opinião de um, de outro, e o  
2313 diálogo permanece. Na verdade, esse pleno aqui, ele é efetivo nas suas decisões.  
2314 Aqui ninguém está falando em mudança de função de técnico de referência,  
2315 mudança do desenho da referência técnica da proteção especial. O que se está  
2316 apresentando na proposta do conselheiro é aumentar o assessoramento técnico, a  
2317 oferta técnica no município vinculado de CREAS regionais. Não tem nenhuma  
2318 mudança com relação a isso, não é? E se há uma deliberação, depois você pode  
2319 pedir a palavra, Conselheira Gabriela. Se há o contrário do gestor com relação a  
2320 isso, é a proposta do Conselheiro Lucas, a não ser que ele retire. **PRESIDENTE:**  
2321 Vocês vão ter que esclarecer isso depois. Vocês desenham essa proposta, inclusive  
2322 considerando a resolução do Plano de Regionalização, porque para mim está  
2323 incoerente. Eu acho que vocês vão ter que abrir o plano aqui agora para entender o  
2324 que é referência técnica. **GABRIELE, SEDESE:** É porque como as propostas se  
2325 juntaram, realmente fiquei na dúvida inclusive com essa fala de agora. O que eu  
2326 entendi que o Lucas estava pedindo era um profissional a mais, tem uma referência  
2327 técnica cofinanciada. Eu entendi que o pleito era mais um profissional para  
2328 atendimento às famílias. Você falou de assessoramento técnico, por isso que eu não  
2329 entendi. Você falou assessoramento técnico, então você me desculpe porque eu não  
2330 entendi. A proposta vai ser, ao invés de uma referência técnica cofinanciada, duas,

2331 só nos três municípios? Com qual critério? Porque isso não foi produto do grupo de  
2332 trabalho. **PRESIDENTE:** Eu vou pedir à Secretaria Executiva... vamos fazer o  
2333 seguinte, eu vou até mudar o encaminhamento. Eu acho que já que está chegando a  
2334 esse ponto, nós vamos retirar a proposta de votação porque isso que vocês estão  
2335 propondo aqui não tem coerência com o Plano de Regionalização. O conselho  
2336 precisa entender o que é referência técnica para propor. E o plano está falando de  
2337 25 municípios. Não se trata aqui de aumentar referência técnica para município sem  
2338 critério. O critério estava sendo reordenamento do serviço. É diferente. Eu vou retirar  
2339 a proposta da SEDESE porque eu já entendi que o conselho não está disposto a  
2340 votar. Ela já foi rejeitada por todos os motivos aqui expostos. Acho que não cabe  
2341 fazer inclusão de uma proposta sem discussão técnica, sem embasamento, então a  
2342 SEDESE retira a proposta e a gente pode seguir para o próximo ponto de pauta.  
2343 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Questão de ordem.  
2344 Questão de ordem para cumprimento do regimento. Uma vez apresentada a  
2345 proposta, Mariana, ainda que você retire a sua, você tem que colocar a próxima em  
2346 votação. **MARINETE, COGEMAS:** Eu queria fazer uma segunda proposta. Eu não  
2347 sei se seria viável a gente fazer o seguinte: fazer um desdobramento da proposta da  
2348 SEDESE. Que seria, primeiro, ampliação dos CREAS municipais e, segundo, seria o  
2349 reordenamento dos CREA regionais. Não sei seria o caminho. Separar. **MARIA**  
2350 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeira coisa o Lucas já colocou que era a questão de  
2351 ordem que eu ia colocar, então já foi agraciada com a fala dele. A segunda coisa,  
2352 presidente e secretária, esse conselho não está se furtando a votar na proposta da  
2353 SEDESE, ao contrário. Essa proposta foi arduamente discutida aqui. Criado um GT.  
2354 Apresentado o resultado. Os conselheiros só têm condições de votar por causa do  
2355 GT e por causa do relatório apresentado. Desconsiderando a sua fala, que a decisão  
2356 desse colegiado é o não pelo não. Foi demonstrado aqui, ontem e hoje, que não é o  
2357 não pelo não. É uma decisão tomada baseada nas informações apresentadas e  
2358 narradas pelos conselheiros que participaram aqui, participantes do GT que primeiro  
2359 apresentaram uma amostragem pequena de pesquisa realizada, em um universo de  
2360 25, pesquisaram 6. Dos 6, 3 falaram que têm interesse da municipalização. Desses  
2361 3, o GT apresentou fragilidade no SUAS local. Segunda coisa, do não controle social  
2362 desse CEAS priorizando esses municípios, esses 25 que fazem parte do CREAS  
2363 regional, da mesma forma que têm outros programas aí. Em hipótese nenhuma esse  
2364 colegiado está se furtando de votar. Só não vota na proposta apresentada pelo  
2365 gestor porque entende que essa não é a melhor proposta. Só isso. Eu gostaria de  
2366 registrar isso aqui. **PRESIDENTE:** Eu já entendi. O que eu estou colocando é que se  
2367 a proposta que a SEDESE apresentou, ela não tem condições de ser apreciada,



2368 essa proposta que o Lucas está colocando, ela também não tem condição porque a  
2369 gente não tem embasamento. Eu não tenho aqui estudo técnico. A gente teria que  
2370 alterar o Plano de Regionalização. Eu estou colocando com relação à proposta que  
2371 o Lucas colocou. É isso que estou colocando. Eu acho que se não tem condição de  
2372 discussão da proposta da SEDESE, não precisa continuar. Não precisa discutir o  
2373 resto agora. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho que é  
2374 importante clarear aqui. E eu trouxe muito claro, pelo menos no meu entendimento.  
2375 A primeira proposta seria a sugestão dessa contratação de mais um técnico e essa  
2376 discussão ser levada para a CIB para ser pactuada lá. A manifestação que eu dei  
2377 aqui neste colegiado foi de que falta respaldo de pactuação da CIB. Não é uma  
2378 aprovação direta, mas isso tem que ser pactuado na CIB. Até porque tudo que diz  
2379 respeito ao Plano de Regionalização tem que ser pactuado na CIB. E mais do que  
2380 isso, eu preciso também reforçar o argumento que foi trazido aqui pela Magna.  
2381 Quais são os critérios que foram estabelecidos para poder escolher esses três  
2382 municípios? Para o COGEMAS não ficou claro. Para o CEAS também não ficou  
2383 claro. Se a questão é de requisitos, nós temos que pontuar sobre isso. O primeiro  
2384 passo é a sugestão dessa contratação de mais um técnico para esses municípios. E  
2385 isso tem que ser levado para pactuação dentro da CIB, para depois retornar para o  
2386 CEAS, para a gente poder convalidar ou não. Até mesmo verificando a necessidade  
2387 ou não de alteração do Plano de Regionalização, que foi aprovado por uma  
2388 resolução do Conselho Estadual. **PRESIDENTE:** Então, só para esclarecer, a letra  
2389 'B', ela é uma sugestão para ser discutida na CIB. Rosa, faz o favor de juntar. A letra  
2390 'B' sai. Pactuação na CIB sobre reordenamento com a sugestão. É isso que está lá?  
2391 Pergunto para a plenária se o que está colocado na tela é o que vai para a votação?  
2392 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só alterar o texto. A  
2393 contratação de mais um técnico de referência para atendimento desses municípios  
2394 que têm essa dificuldade que foi colocada aqui, ou do tempo de deslocamento da  
2395 equipe técnica. **SIRLENE - CEAS:** (Trecho incompreensível) [01:21:34] município  
2396 (trecho incompreensível). **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**  
2397 Do município também porque é a população do município que é atendida.  
2398 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [01:21:42]:** Município ou CREAS? **LUCAS,**  
2399 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Município porque o técnico de  
2400 referência fica no município. **PRESIDENTE:** A plenária está esclarecida? Podemos  
2401 colocar em votação? Abre a planilha, por favor, Rosa. Coloca as duas propostas na  
2402 planilha. A gente vota uma e depois vota a outra, está? Proposta 1. **LUCAS,**  
2403 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só uma questão de ordem. A  
2404 proposta 1 vai ser dividida conforme foi apresentado pela Marinete ou serão as duas

2405 propostas juntas? Até porque nós não discutimos sobre a ampliação dos CREAS  
2406 municipais. **PRESIDENTE:** É verdade. É isso que eu estava falando no início. O  
2407 governo, SEDESE, junto com o grupo de trabalho, está de acordo com a proposta  
2408 completa. Se a plenária entender que é possível votar a proposta 1 completa, ok.  
2409 Senão... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É pré-requisito a  
2410 discussão da matéria antes de votar, então tem que ser discutido a ampliação.  
2411 **PRESIDENTE:** Então retira esse ponto, por favor, Rosa. E isso não entra para  
2412 discussão até porque o tempo também não vai nos permitir. **ROSALICE - CEAS:** A  
2413 proposta 1 é o reordenamento dos CREAS regionais? **PRESIDENTE:** Isso. É isso aí.  
2414 **MARINETE, COGEMAS:** Pois é, mas a gente pode fazer a proposta enquanto  
2415 COGEMAS de fazer essa separação, o desdobramento? Não pode? **PRESIDENTE:**  
2416 O que o Lucas está colocando é que isso (trecho incompreensível) [01:24:00]. Vai  
2417 ter que abrir a discussão deste ponto aí. **MARINETE, COGEMAS:** Entendi. **MARIA**  
2418 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Quem está digitando a proposta de reordenamento da  
2419 municipalização, para colocar lá conforme indicação do GT, que são os municípios  
2420 de Felício dos Santos. Ah, está. Ok. **PRESIDENTE:** A pergunta. Vamos votar  
2421 primeiro essa e depois vamos discutir as outras propostas. Ok? A Marinete tem uma  
2422 terceira proposta. **MARINETE, COGEMAS:** A minha proposta era dividir. **LUCAS,**  
2423 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Já dividiu. Está certo. São só duas.  
2424 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Questão de ordem, Presidente. A Carla, suplente  
2425 da dona Arlete, chegou. E a gente pede que ela tome posse como titular, visto que a  
2426 nossa vice-presidente passou mal com determinadas falas aqui. **LUCAS,**  
2427 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Veja bem. Nós já discutimos a  
2428 ampliação. Beleza. **ELDER, SEDESE:** Já discutimos o reordenamento. **LUCAS,**  
2429 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Já discutimos o reordenamento.  
2430 Fatiamos conforme sugestão da... depois a gente continua a discussão da  
2431 ampliação e depois vota de novo. Acabou. **PRESIDENTE:** Podemos começar a  
2432 votação? Os conselheiros estão esclarecidos? A gente vai votar primeiro o  
2433 reordenamento dos CREAS regionais e a municipalização do atendimento desses  
2434 três municípios. Depois a gente vai passar para as outras. Vai ser nominal. Ok?  
2435 Pode abrir e chamar, Rosa. Eu mesmo começo? **ROSALICE - CEAS:** Mariana, você.  
2436 **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela  
2437 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Érika? Daniel? **DANIEL, CMAS/BARBACENA:**  
2438 Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Lígia, Secretária de Saúde. As duas estão  
2439 ausentes. Marinete? **MARINETE, COGEMAS:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2440 João Vítor, SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2441 João Vítor, Caeté? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:**

2442 Vinícius? **VINÍCIUS, SEF/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Cleuza?  
2443 **CLEUZA, SES/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Camila? **CAMILA,**  
2444 **SEAPA/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Carla? **CARLA, FASEMIG:** Vou  
2445 me abster. **ROSALICE - CEAS:** Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu voto  
2446 não. Não pelo não, é pelo respeito aos usuários e aqui muito bem representado pela  
2447 Simone. **ROSALICE - CEAS:** Reprova. Graziele. **GRAZIELE, CRP:** Eu voto não.  
2448 **ROSALICE - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2449 Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2450 Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pela reprovação.  
2451 **ROSALICE - CEAS:** Ludson? **LUDSON, CRESS:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2452 Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação. O não pelo não, como  
2453 foi dito aqui pela nossa presidente. Votar não pelo não, em respeito ao usuário e em  
2454 respeito ao trabalho que o GT fez e que mostrou para a gente os problemas  
2455 existentes hoje nos CREAS regionais. **ROSALICE - CEAS:** Marilene? **MARILENE,**  
2456 **FETAEMG:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Simone? **SIMONE, CMAS/BH:**  
2457 Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Nós tivemos duas aprovações de suplentes. 9  
2458 aprovações e 8 reprovações, 1 abstenção. **PRESIDENTE:** 9 aprovações? Não  
2459 entendi. Desce a tela porque está em fórmula. Que ótimo. **ROSALICE - CEAS:** Têm  
2460 2 suplentes que votaram, 9 e 9. **PRESIDENTE:** Eu que desempato? Está no  
2461 regimento? Então, pela aprovação. Está desempatado. Foi aprovado o  
2462 reordenamento. **ROSALICE - CEAS:** Vocês querem que eu fale os nomes para tirar  
2463 a dúvida? **PRESIDENTE:** Não. Eu acho que ficou claro porque todo mundo votou.  
2464 Pode conferir. **ROSALICE - CEAS:** Eu vou falar os nomes. **PRESIDENTE:** Pronto,  
2465 gente? Volta a pauta, fazendo o favor. Agora nós vamos discutir o segundo ponto  
2466 que é... Aprovado. Mas ela contou, não foi, não? Eu entendi. Eu perguntei: pronto?  
2467 Sim. Eu perguntei para vocês: eu que desempato? **ROSALICE - CEAS:** Vamos abrir  
2468 o regimento aqui. **PRESIDENTE:** Ok. Conferir o regimento interno. Ok. Eu entendi  
2469 que você tinha me respondido. Você está olhando, Sirlene? **PRESIDENTE:** Lucas, o  
2470 regimento diz que cabe ao presidente o desempate. **SIRLENE - CEAS:** Artigo 5º, do  
2471 inciso II: "Compete à presidência..." **PRESIDENTE:** Está resolvido? **SIRLENE -**  
2472 **CEAS:** "Artigo 5º, inciso II. Em caso de empate na votação de alguma matéria, esta  
2473 será rediscutida, na mesma plenária, para esclarecimentos e submetida a uma  
2474 segunda votação cabendo ao voto da presidência o desempate, caso não se resolva  
2475 o impasse." **PRESIDENTE:** Abre a planilha de votação de novo. Gente, precisa de  
2476 nova discussão? **ROSALICE - CEAS:** Conselheiros, eu vou apagar. **LUCAS,**  
2477 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vai ter nova votação. Volta à estaca  
2478 zero. O inciso II fala de nova discussão, rediscussão da matéria e reabertura do

2479 processo de votação. Tem que ser colocada a matéria de novo em discussão, para  
2480 poder convencer. **GRAZIELE, CRP:** Carla e Marinete estão com dúvida, não é? Eu  
2481 acho que (áudio ruim) [01:34:28] questão... **MARINETE, COGEMAS:** Deixa eu só  
2482 pontuar aqui. Na verdade, a dúvida porque a gente tinha proposto enquanto  
2483 COGEMAS fazer a divisão das duas propostas. Isso foi o que me confundiu porque,  
2484 na verdade, a gente legitima enquanto COGEMAS o trabalho do GT. A gente não  
2485 tem dúvida. O GT, inclusive subsidiou todo esse trabalho e a ideia nossa, enquanto  
2486 COGEMAS que a gente foi discutindo em linhas gerais, é dividir a proposta. Primeiro  
2487 discutir a municipalização e depois discutir o reordenamento. Só que... Pois é, isso  
2488 aí é que eu confundi no momento que eu fiz a minha votação. Foi exatamente isso  
2489 que eu confundi. **LUDSON, CRESS:** Só para esclarecer, gente. A Mariana pode me  
2490 corrigir se eu estiver errado, mas eu acho que todo mundo vai concordar com isso,  
2491 Marinete, não tem como dividir. Uma coisa está atrelada a outra, então a  
2492 municipalização é... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não,  
2493 Ludson. Nós estamos falando é porque têm dois momentos da discussão. O  
2494 primeiro é o reordenamento e a municipalização desses três. E tem a ampliação da  
2495 municipalização de mais três que está separado. **MARINETE, COGEMAS:** É porque  
2496 a proposta do COGEMAS era desmembrar e isso que me confundiu. **LUDSON,**  
2497 **CRESS:** Mas a proposta que foi trazida aqui. Deixa eu só entender aqui agora. Não  
2498 está em debate aqui. A proposta que está em debate, gente, só para eu entender. A  
2499 proposta que está em debate agora (trecho incompreensível) [01:36:00] não é o  
2500 caso. **MARINETE, COGEMAS:** É porque a proposta do COGEMAS era o  
2501 desdobramento. Era a proposta. **LUDSON, CRESS:** Sim. **MARINETE, COGEMAS:**  
2502 Só que depois fechou na proposta da SEDESE só pelo reordenamento.  
2503 **PRESIDENTE:** Gente, vamos fazer silêncio, por favor. Eu vou aguardar o silêncio. A  
2504 reunião está suspensa. O que o Lucas está pedindo não tem condição desse jeito,  
2505 não. Gente, a discussão está reaberta. Eu vou passar a palavra para a Marinete.  
2506 Depois para a Carla e a gente abre as inscrições. **MARINETE, COGEMAS:** A  
2507 confusão que eu fiz, no primeiro momento da votação, é porque a proposta do  
2508 COGEMAS é que a gente fizesse um desdobramento da proposta da SEDESE.  
2509 **LUDSON, CRESS:** Mas o que você quer dizer com isso que a gente não está  
2510 entendendo? **MARINETE, COGEMAS:** Que é reordenamento. **LUCAS, CONSELHO**  
2511 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa eu explicar, Ludson. O GT discutiu as duas  
2512 propostas apresentadas pela SEDESE. O reordenamento e a ampliação que será  
2513 discutida futuramente. É isso que o COGEMAS está pedindo. Para, primeiro, o  
2514 reordenamento que vai ter a municipalização desses três e têm mais três municípios  
2515 que estão pedindo, que vão participar da ampliação da municipalização, e nós

2516 vamos ainda discutir. É isso. Está lá no relatório que foi apresentado. A proposta 1  
2517 foi vinculada, é por isso. Estava escrito lá na tela que a proposta estava junto e ela  
2518 pediu para desmembrar. Só isso. **MARINETE, COGEMAS:** Pessoal, agora que as  
2519 dúvidas, as questões foram pontuadas, a gente pode encaminhar para votação? Vai  
2520 discutir? Vou esperar a Mariana voltar e a gente continua. Eu queria só saber se  
2521 ainda tem dúvida, se ainda tem alguma coisa. **PRESIDENTE:** Já esclareceu? A  
2522 discussão está encerrada? Abertura de planilha de votação novamente, é isso?  
2523 Proposta em votação. Reordenamento dos CREAS regionais com a municipalização  
2524 do atendimento de Palmópolis, Felício dos Santos e Presidente Kubistchek.  
2525 **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela  
2526 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Daniel? **DANIEL, CMAS/BARBACENA:** Pela  
2527 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Marinete? **MARINETE, COGEMAS:** Pela  
2528 reprovação. **ROSALICE - CEAS:** João Víctor, SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG/MG:** Pela  
2529 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** João Víctor, Caeté? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Pela  
2530 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Vinícius? **VINÍCIUS, SEF/MG:** Pela aprovação.  
2531 **ROSALICE - CEAS:** Cleuza? **CLEUZA, SES/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE -**  
2532 **CEAS:** Camila? **CAMILA, SEAPA/MG:** Pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Carla  
2533 Valério? **CARLA, FASEMIG:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Gabriela?  
2534 **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Grazielle.  
2535 **GRAZIELE, CRP:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Pela  
2536 reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Pela  
2537 reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2538 **CURVELO - SSVP:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Ludson? **LUDSON,**  
2539 **GRESS:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Juanita? **MARIA JUANITA,**  
2540 **FEAPAES/MG:** Pela reprovação pelos motivos já expostos. **ROSALICE - CEAS:**  
2541 Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Simone?  
2542 **SIMONE, CMAS/BH:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Agora foram 8 a favor e  
2543 10 contra. Desculpa, gente, foram 11 a favor. **PRESIDENTE:** Agora, então, a outra  
2544 proposta. **ROSALICE - CEAS:** A outra também vai para a planilha? **PRESIDENTE:**  
2545 Agora eu pergunto à plenária: vai votar a proposta do Lucas e depois volta para a  
2546 Marinete? Correto? **ROSALICE - CEAS:** Vai ser aberta a planilha de votação?  
2547 **PRESIDENTE:** Vamos lá. A proposta agora de que o reordenamento seja pactuado  
2548 na CIB. **ROSALICE - CEAS:** Só um minutinho que a gente está preparando a  
2549 planilha aqui. É porque a gente tem que preparar outra planilha. Mariana, pode ler  
2550 que a Sirlene vai preparar. **PRESIDENTE:** A proposta que vai para a votação da  
2551 plenária agora. Pactuação na CIB sobre o reordenamento dos CREAS regionais  
2552 com sugestão de que o estado possibilite contratação de mais um técnico de

2553 referência desses municípios que têm dificuldade para o atendimento dessa  
2554 população, devido à distância e outros fatores. E manter o GT para  
2555 acompanhamento estabelecendo um plano de trabalho para fiscalizações. **MARIA**  
2556 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu peço para tirar a palavra 'fiscalização' e colocar 'os  
2557 apoios'. Obrigada. **PRESIDENTE:** Rosa, por favor. A plenária está esclarecida para  
2558 votar? Abrindo a planilha de votação. Quando a Secretaria Executiva estiver pronta,  
2559 me sinaliza? A plenária agora passa para a votação da segunda proposta, por favor.  
2560 Posso começar? Mariana, Sedese, pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Elder?  
2561 **ELDER, SEDESE:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Daniel? **DANIEL,**  
2562 **CMAS/BARBACENA:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Marinete? **MARINETE,**  
2563 **COGEMAS:** Proposta do COGEMAS, pela aprovação. **ROSALICE - CEAS:** João  
2564 Víctor, SEPLAG? **JOÃO, SEPLAG/MG:** Pela reprovação. **ROSALICE - CEAS:** João  
2565 Vítor da Silva, Caeté? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:**  
2566 Vinícius? **VINÍCIUS, SEF/MG:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Cleuza? **CLEUZA,**  
2567 **SES/MG:** Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Camila? **CAMILA, SEAPA/MG:**  
2568 Reprovação. **ROSALICE - CEAS:** Carla Valéria? **CARLA, FASEMIG:** Pela  
2569 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela  
2570 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Reprova. Graziele. **GRAZIELE, CRP:** Pela  
2571 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Pela aprovação. **ROSALICE**  
2572 **- CEAS:** Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Pela aprovação. **ROSALICE -**  
2573 **CEAS:** Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Pela  
2574 aprovação. **ROSALICE - CEAS:** Ludson? **LUDSON, CRESS:** Aprovação.  
2575 **ROSALICE - CEAS:** Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação.  
2576 **ROSALICE - CEAS:** Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** Pela aprovação.  
2577 **ROSALICE - CEAS:** Simone? **SIMONE, CMAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:**  
2578 11 a 8. Encerrada a votação. A discussão da segunda parte da discussão  
2579 acontecida no GT, que é a ampliação. Retoma o GT, por favor, só para resgatar  
2580 porque eu esqueci. Eu vou pedir ao próprio GT agora para retomar a apresentação,  
2581 porque essa parte não foi discutida. Quem em nome do GT vai falar? Philipe, você  
2582 vai continuar essa parte ou a Carla? O parecer do GT tinha várias recomendações.  
2583 A discussão até agora estava apenas na primeira. Quem vai fazer a apresentação,  
2584 conselheiros? **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA [00:05:35]:** Presidente,  
2585 questão de ordem. Gostaria que a apresentação fosse bem sucinta para a gente não  
2586 perde tempo. **PRESIDENTE:** Só para ficar claro. O documento tinha aquelas  
2587 recomendações que não chegaram a ser discutidas. Estou vendo uma certa  
2588 dificuldade aqui. A minha proposta seria de retirada disso já que a gente demorou  
2589 até aqui para discutir a primeira parte. Esse relatório, salvo engano, não estou

2590 conseguindo ver tudo, ainda tinha mais 5 encaminhamentos. Um encaminhamento  
2591 com 5 recomendações. Eu vou sugerir aqui, retira isso de pauta. Os conselheiros  
2592 vão ler e vai voltar no mês que vem para discussão porque o primeiro  
2593 encaminhamento já foi para a CIB. Considerando as discussões que aconteceram  
2594 aqui, o segundo encaminhamento também ia ser voltar isso para a CIB, porque isso  
2595 tem que ser pactuado na CIB. Eu retiro de pauta para a próxima plenária e isso tem  
2596 que voltar para a CIB também, porque aí está falando de pactuação. **LUCAS,**  
2597 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Questão de ordem, Presidente. A  
2598 matéria iniciada a discussão, ela só pode sair da discussão com pedido de vista  
2599 aprovado pela plenária. Ela não pode ser retirada da pauta. **ELDER, SEDESE:** Eu  
2600 peço vistas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Tem que ser  
2601 aprovado, agora. **ELDER, SEDESE:** Peço vistas porque os conselheiros não leram  
2602 ainda, por todos os pontos que foram discutidos hoje. E, principalmente, nós temos  
2603 uma outra pauta que é PPAG, que também é muito importante, a discussão é no dia  
2604 3. É importante que todo mundo esteja apto para fazer essa discussão. Peço vistas  
2605 da matéria. **PRESIDENTE:** A plenária pode votar o pedido de vistas do Conselheiro  
2606 Elder? Está esclarecida? Até a próxima plenária. **ELDER, SEDESE:** Ordinária.  
2607 **PRESIDENTE:** É. Conselheiros que concordam com o pedido de vista do  
2608 Conselheiro Elder? Conselheiros que discordam? Conselheiros que se abstêm? A  
2609 matéria foi retirada da discussão. Próximo ponto de pauta. Plenária, ordem, por favor.  
2610 Silêncio. Próximo ponto de pauta é com a Comissão de Orçamento, sobre audiência  
2611 pública do PPAG que vai ser revisada na Assembleia Legislativa, no dia 3 de  
2612 novembro. E a Comissão de Orçamento junto com a Comissão de Monitoramento se  
2613 reuniram ontem para discutir o que o CEAS vai levar para a Assembleia. Vou passar  
2614 para a Conselheira Juanita, coordenadora da Comissão de Orçamento. **MARIA**  
2615 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Vou pedir ajuda aos meus colegas que estiveram comigo.  
2616 O tempo foi muito curto, considerando todo o processo de análise, mas a decisão foi  
2617 equânime nas propostas que estão vindo aqui. Eu já registrei que essa análise que  
2618 está sendo apresentada aqui foi feita por mim, entretanto teve as contribuições dos  
2619 conselheiros, ontem, no dia da reunião. E teve também as contribuições da  
2620 Comissão de Deliberação de Conferência que participou conosco, que ajudou e  
2621 colaborou com nas prioridades que vão ser apresentadas aqui. As prioridades para  
2622 elas serem apresentadas aqui pela comissão, elas partem da análise da LOA que o  
2623 governo mandou para a Assembleia e por isso a necessidade de ter feito essa  
2624 análise com antecedência. Nós pesquisamos no site da SEPLAG e a LOA que foi  
2625 para a Assembleia, ela tem dois programas que envolvem recursos da Assistência  
2626 Social, novamente, como no ano passado. É o programa 065, chamado de

2627 Aprimoramento da Política Estadual de Assistência Social. E o programa 026, de  
2628 Enfrentamento aos Efeitos da covid. Lá dentro desse programa tem uma ação que é  
2629 da Assistência Social. Nós temos no universo 13 ações no orçamento do estado que  
2630 dizem respeito à Assistência Social. Dentro da unidade orçamentária SEDESE, ela  
2631 tem várias unidades, vários orçamentos dentro da unidade dela. E nessas duas  
2632 unidades orçamentárias FEAS e SEDESE, 348298, encontram-se recursos da  
2633 Assistência. Essa análise parte dessas duas unidades orçamentárias. Esse é o  
2634 quadro-resumo das ações existentes, tanto no programa 065 quanto no programa  
2635 026. Essa primeira parte vai ser só no programa no FEAS, na unidade orçamentária  
2636 FEAS. E no outro quadro na unidade orçamentária SEDESE. Nós temos dentro  
2637 desse quadro as ações que foram aprovadas, considerando a Resolução do CEAS,  
2638 da última plenária, Resolução CEAS nº 27 que aprovou os parâmetros do orçamento  
2639 que o governo apresentou, que a SEDESE apresentou aqui para esse conselho,  
2640 onde nós aprovamos a proposta com algumas inclusões. E eu trago aqui para vocês  
2641 a análise dessas inclusões que foram acatadas pelo governo, acatadas parcialmente  
2642 e que não foram acatadas. No âmbito do orçamento do FEAS, a proposta do  
2643 governo é R\$ 98.388.083,00. A primeira ação Aproximação SUAS, ela vem  
2644 novamente com uma janela orçamentária, ou seja, um programa do governo sem  
2645 recurso que, provavelmente, no início do ano vai chegar emenda para ser aprovada  
2646 nesse colegiado. A segunda ação é Atendimento em Situação de Emergência –  
2647 Ação 1066, que também vem com uma janela orçamentária de R\$ 1.000,00 e um  
2648 município atendido. Ação 4129 – Capacitação, Apoio Técnico e Gestão do SUAS,  
2649 com um aporte de R\$ 1.325.970,00 com 15 mil pessoas qualificadas. Ação 4130 –  
2650 Regionalização e Proteção Social Especial. Com aporte orçamentário e financeiro de  
2651 R\$ 6.816.607,000, com 51 municípios atendidos. É sobre essa pauta que estávamos  
2652 votando agora mesmo. Ação 4131 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade,  
2653 R\$ 8 milhões, 56 unidades de acolhimento. Ação 4132 – Piso Mineiro Fixo, R\$ 81  
2654 milhões, 853 municípios cofinanciados. Ação 4133 – Apoio ao Controle Social, valor  
2655 de R\$ 497 mil, 59 reuniões plenárias e conferências realizadas. Ação 4534 – Piso  
2656 Mineiro Variável como janela orçamentária, um município financiado. Ação 4535 –  
2657 Rede Cuidar, janela orçamentária com 60 unidades socioassistenciais. Ação 5005 -  
2658 ali o número está errado - Transferência de Renda para Famílias em Situação de  
2659 Vulnerabilidade Social, janela orçamentária, uma família atendida. E por fim a 1049  
2660 – Ações assistenciais para população em situação de vulnerabilidade. Esse já entra  
2661 o programa 026, que é o programa que foi criado na época pela Assembleia para  
2662 combater à covid, com uma janela orçamentária também. Esse orçamento do FEAS  
2663 para o ano que vem, que está na Assembleia e que nós vamos no dia 3 pleitear



2664 recursos para incrementar esse orçamento. E nós temos duas ações, que também  
2665 são de recursos da Assistência Social, vinculadas ao programa 065, aprimoramento  
2666 da política estadual que foi vinculado à unidade SEDESE, ou seja, não está dentro  
2667 do orçamento do FEAS, que é a 2081 – Assessoramento à política estadual de  
2668 Assistência Social com aporte de R\$ 7 milhões. Meta física é uma ação de apoio à  
2669 gestão institucional realizada. E a 4226 - Apoio financeiro e material aos serviços  
2670 socioassistenciais, que é uma janela orçamentária. Meta física é uma organização  
2671 da sociedade civil, município, consórcio público apoiado. Juntando orçamento do  
2672 FEAS + SEDESE, o orçamento da Assistência Social no estado passa por esse  
2673 valor R\$ 101 milhões. O ponto ali está errado, como eu falei para vocês nós fizemos  
2674 sem revisar, pelo tempo que foi feito à noite, têm algumas questões aqui que vou  
2675 corrigir na minha fala. Esse orçamento que está lá na Assembleia. E aqui eu vou  
2676 apresentar para vocês um comparativo considerando a proposta que o governo  
2677 trouxe para cá e o que nós aprovamos nesses parâmetros para fazer as  
2678 considerações. Eu acho importante também a gente fazer essa análise. Nesse  
2679 universo, nós temos a ação primeira que é o Aproxima SUAS, que é uma janela  
2680 orçamentária. Nós tínhamos feito um pleito de alterar o público-alvo da ação e foi  
2681 atendido pela SEDESE, então essa ação na nossa Resolução nº 27 foi atendida.  
2682 Ação 1066 – Atendimento à situação de emergência. Nós tínhamos aprovado a  
2683 manutenção da descrição original do nome da ação que era Transferência de renda  
2684 para famílias em situação de vulnerabilidade social. E uma previsão de orçamento  
2685 de R\$ 2 milhões, considerando o número de famílias no Cadastro Único e em  
2686 extrema pobreza. Foi atendido parcialmente pela SEDESE, porque foi criada essa  
2687 ação. Mais abaixo eu vou mostrar para vocês, mas veio como uma janela  
2688 orçamentária, ou seja, não tem... obrigatoriamente a gente não sabe se vai ser  
2689 executada, se vai ter vontade política do gestor do governo de aportar recurso. Ação  
2690 4129 – Capacitação e apoio técnico. A resolução do CEAS deliberava em manter a  
2691 meta física de 15 mil pessoas qualificadas no ano. A proposta da SEDESE veio  
2692 alterando essa meta. Foi atendida. Ação 4130 – Regionalização. A proposta, o  
2693 parâmetro que foi aprovado pelo CEAS foi incluir, aumentar o orçamento somando o  
2694 valor de R\$ 60 mil + R\$ 1.340.000,00 + R\$ 17.152,00 para ampliar, se eu não me  
2695 engano, 201 CREAS regionais. Não foi atendido esse pleito, que está lá na  
2696 Assembleia. Não atendeu. Ação 4131 – Proteção social de alta complexidade. Esse  
2697 CEAS deliberou fazer um reajuste nas parcerias com as organizações da sociedade  
2698 civil que executa, aumentando o orçamento de R\$ 1.800.000,00. Também não foi  
2699 atendido. Ação 4132 – Piso Mineiro. Não tinha nenhuma alteração para isso, então  
2700 não se aplica se foi atendido ou não. Na verdade, a deliberação desse CEAS era

2701 pagamento de 12 parcelas, no valor de R\$ 2,40 por família, considerando a base de  
2702 dados do CadÚnico de maio/2022, totalizando, estimando orçamento de R\$ 14 mil  
2703 acréscimo do ano passado. Ação 4133 – Ação do controle social. O pleito foi  
2704 atendido parcialmente. Esse CEAS pediu alterar a meta física que o governo propôs  
2705 para 35, nós ampliamos para 59, considerando os encontros dos fóruns, URCMAS,  
2706 então essa meta foi atendida. Mas a inclusão de orçamento de R\$ 1 milhão para  
2707 realização da Conferência Estadual no ano passado não foi atendida, por isso que  
2708 está atendida parcialmente. Ação 4534 – Piso Mineiro Variável. Ela foi atendida  
2709 parcialmente, por quê? A proposta que veio do governo aqui era tirar essa ação do  
2710 orçamento, entretanto, esse CEAS aprovou pela manutenção do orçamento e  
2711 inclusão de orçamento considerando o que era pago antes na rede histórica. Então  
2712 ela entrou no orçamento como uma janela orçamentária, por isso que foi atendida  
2713 parcialmente. Ação 4535 - Programa Rede Cuidar. A deliberação desse CEAS foi  
2714 prever o cofinanciamento no valor de R\$ 12 milhões para manutenção das ações do  
2715 programa para atender 100 unidades. Não foi atendida. Ação 7005 – Transferência  
2716 de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, é aquela ação que lá no  
2717 primeiro quadro a gente falou que ela foi atendida parcialmente, entretanto ela  
2718 entrou como uma janela orçamentária. Ação 1049 - Ações assistenciais para  
2719 população em situação de vulnerabilidade. Foi atendida parcialmente também  
2720 porque a ideia do governo, inicialmente, era tirar essa ação porque a covid já tinha  
2721 passado. E na aprovação desse conselho era manter a ação orçamentária e  
2722 orçamento para atender as pessoas em situação de rua, conforme os dados do  
2723 CadÚnico. Foi mantida a ação, mas ela entrou como janela orçamentária. Ação 2081  
2724 e 4226, essas ações não estão no FEAS, então não passam no controle social  
2725 desse conselho. Nós tínhamos pedido na resolução do CEAS transferir essas duas  
2726 ações da unidade orçamentária SEDESE para unidades FEAS. Por que estou  
2727 apresentando esse quadro comparativo aqui para vocês? É o que nós vamos  
2728 trabalhar no ano que vem e é o que nós vamos trabalhar lá na Assembleia, no dia 3,  
2729 na busca de buscar articulação para incrementar esse orçamento. Esse é o universo  
2730 da avaliação das deliberações que o CEAS aprovou na Resolução nº 27. Duas  
2731 foram atendidas pelo governo, cinco não foram atendidas, cinco parcialmente e uma  
2732 não se aplica porque não tinha deliberação nesse conselho, então caso algum de  
2733 vocês tiver alguma dúvida com relação a isso. A proposta que está chegando aqui  
2734 para vocês é considerando toda essa avaliação que foi feita. E a comissão  
2735 apresenta sete prioridades, entendendo que são muitas prioridades que a gente tem.  
2736 E quando a gente vai com muitas prioridades para a Assembleia, tende não  
2737 conseguir todas, mas é uma avaliação que esse colegiado é supremo para fazer. Eu

2738 trago aqui a decisão da comissão que é: prioridade 1 - emendar o orçamento na  
2739 ação do controle social em um milhão para a realização da Conferência Estadual.  
2740 Esse recurso não foi garantido pelo estado que tem a responsabilidade de realizar a  
2741 conferência em parceria com o CEAS. Como não veio do estado essa garantia, nós  
2742 temos que correr atrás dos deputados para emendar o nosso orçamento, senão não  
2743 tem conferência presencial no ano que vem. Prioridade 2, que a comissão entendeu,  
2744 é a ação 7005, criada nova, que é transferência de renda para famílias em situação  
2745 de vulnerabilidade. Solicitar apoio dos participantes lá da revisão do PPAG, da  
2746 sociedade civil e dos deputados, em emendar o orçamento em R\$ 2 milhões para  
2747 estabelecer um benefício de transferência de renda para as famílias de Minas Gerais.  
2748 Estabelecer um programa próprio de transferência de renda. É, R\$ 2 milhões.  
2749 Prioridade 3 é emendar o orçamento na ação 4130, que é da regionalização, então  
2750 esse conselho aqui não é o não pelo não. Está buscando aumentar o orçamento  
2751 para atender a demanda dos municípios da proteção especial, que o gestor não  
2752 conseguiu garantir no orçamento, que é aumentar 201 municípios de pequeno porte  
2753 I com CREAS, de acordo com a própria proposta da SEDESE. Aumentar o  
2754 orçamento no valor de R\$ 18 milhões. Prioridade 4, que é a ação 4534, é do Piso  
2755 Mineiro Variável. Emendar o orçamento para começar o financiamento da rede  
2756 histórica, considerando que essa ação está no vácuo, ninguém sabe falar. O gestor  
2757 não sabe. A CIB não sabe e nem esse CEAS sabe. O que nós recebemos também  
2758 no apagar das luzes foi a planilha do passivo, que eu coloco aqui para vocês, de  
2759 acordo com a SEDESE, são 101 municípios que eram financiados pela rede  
2760 histórica que hoje é Piso Variável, Piso de Assistência Social Variável, que dá um  
2761 valor de R\$ 8 milhões. Esses 101 municípios recebiam financiamento de... 46  
2762 municípios... Não veio isso na planilha da SEDESE. A gente teve que quebrar a  
2763 cabeça para fazer. Vieram 46 municípios que eram financiados com serviço de  
2764 convivência para o idoso, no valor de R\$ 627 mil. 11 municípios eram financiados  
2765 com acolhimento institucional/Casa de passagem, R\$ 1.296 milhão. Os municípios  
2766 eram financiados com acolhimento institucional idoso, R\$ 360 mil. Esse,  
2767 particularmente é Belo Horizonte, porque eu gravei o nome. É um município só, não  
2768 tem como esquecer. 32 municípios eram financiados com serviço de convivência  
2769 para 6 a 15 anos, R\$ 2.364 milhões. 27 municípios eram financiados com migrante  
2770 no valor de R\$ 1.194 milhão. Quatro municípios com serviço de abordagem, R\$ 292  
2771 mil. Nove com serviços de família acolhedora R\$ 316 mil. E cinco municípios com  
2772 acolhimento institucional/Casa Lar, R\$ 1.652 milhão. O total que dá 101 municípios  
2773 no valor de R\$ 8 milhões está no vácuo desde 2016, de acordo com a planilha de  
2774 passivo encaminhado pela SEDESE. A dívida da SEDESE a esses municípios é

2775 R\$ 24.279.836,40. Que seja colocado nessa prioridade, eu já peço licença aos  
2776 participantes da comissão, de já colocar o valor de R\$ 8.093.278,80 considerando a  
2777 planilha que eu consegui analisar ontem à noite, que não tinha conseguido analisar  
2778 na reunião de comissão. Aqui, com relação ao piso variável, que a gente tem  
2779 resistência de o governo em manter esse piso e foi uma defesa desse CEAS na  
2780 manutenção dessa ação. É porque esse CEAS precisa dar uma resposta ao SUAS  
2781 de Minas Gerais, se vai acabar ou não com esse recurso, com essa rede histórica  
2782 que foi largada e que não existe informação, nem aqui no CEAS, nem no gestor,  
2783 enfim. Isso é uma coisa. A segunda coisa é que a gente tem algumas questões que  
2784 Casa de Passagem não existe mais. Casa Lar para pessoa com deficiência não  
2785 existe mais. Migrante não existe mais. Que isso é anterior ao SUAS, mais do que  
2786 nunca mostra a nossa fragilidade que a gente não deu conta de fazer os  
2787 reordenamentos necessários e as mudanças necessárias para essa rede histórica.  
2788 Esse conselho junto com a SEDESE tem que debruçar em um estudo para dar uma  
2789 resposta à sociedade do que vai ser feito com a Rede Cuidar. A transformação do  
2790 Piso Variável que foi definido, na época, mas não foi implementado. Ela continua no  
2791 vácuo. Prioridade 5, que é da proteção especial de alta complexidade para o  
2792 reajuste das parcerias para oferta de acolhimento para pessoas com deficiência  
2793 egressas da extinta FEBEM, no valor de R\$ 1.800 milhão, conforme Resolução nº 27.  
2794 Prioridade 6 é para transferir as ações 2081, 4226, da unidade SEDESE para  
2795 unidade FEAS. Prioridade 7 é emendar o orçamento para o Piso Fixo para atender  
2796 R\$ 3,00 por família cadastrada, considerando a base de dados do CadÚnico de  
2797 agosto de 2022. Esse é o trabalho da comissão que é apresentado aqui, para  
2798 definição desse pleno do que nós vamos defender lá na Assembleia no dia 3. Pela  
2799 minha prática... pela minha experiência, desculpa, quanto menos prioridade levar, a  
2800 gente tem mais chance de conseguir. Fica aí para vocês pensarem nas prioridades  
2801 que a comissão traz. **PRESIDENTE:** Inscrição eu já tenho: Elder, Lucas e depois  
2802 Roberta. Mais alguém? Eu já estou fazendo (trecho incompreensível) [00:29:48].  
2803 **ELDER, SEDESE:** A gente participou da reunião como Comissão de Monitoramento,  
2804 eu, Gabi, Simone, Carla acho que estava também. Se eu esqueci de alguém,  
2805 desculpa. A gente discutiu muito que dentro das deliberações de conferência,  
2806 porque a ideia da reunião conjunta foi analisar as deliberações de conferência e ver  
2807 quais seriam as prioridades com base nela. Têm dois pontos que aparecem muito  
2808 nas deliberações. O primeiro é o aumento do financiamento, inclusive em algumas  
2809 deliberações especificamente por meio do Piso Mineiro Fixo. E o segundo,  
2810 regionalização dos serviços da proteção social especial. Na nossa discussão a gente  
2811 conseguiu colocar. O primeiro ponto que eu gostaria de colocar é que, por atender

2812 todos os municípios, eu entendo que o Piso Fixo não deve ser a última prioridade.  
2813 Eu acho que ele deve subir. Ele tem que ficar entre as primeiras. E o outro ponto  
2814 também que eu coloco é que eu acho que em uma negociação faz mais sentido  
2815 você levar mais propostas para você negociar do que você levar poucas. Se você  
2816 leva poucas, se você tem um não, você não vai ter mais como negociar. Acredito  
2817 que todas devem ser levadas e proponho que o piso, ele suba pelo menos ficar  
2818 entre as três primeiras prioridades e não ser a última. **LUCAS, CONSELHO**  
2819 **CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Eu vou fazer coro com o Elder na questão do  
2820 Piso Mineiro de Assistência. Colocaria ele até como primeiro tópico, como primeira  
2821 prioridade, até porque nós estamos falando de recurso de financiamento para os  
2822 municípios, para poder dar conta de executar os serviços na ponta. Isso também é  
2823 deliberação de conferência que é preciso ser priorizada. Mais do que isso, nessa  
2824 ação do Piso Mineiro Fixo, por exemplo, eu vi que atualização do valor per capita ou  
2825 por família? R\$ 3,00 por família e a base de cálculo tem que ser a base já  
2826 estabelecida pelo CEAS, que é maio do ano anterior. Acho que esse termo tem que  
2827 ser alterado porque ele está usando a base de agosto. Pode ser que maio do ano  
2828 que vem, a gente espera que não, mas esse número de famílias cadastradas tenha  
2829 aumentado. **PRESIDENTE:** Eu quero reforçar e reiterar o que a SEDESE já expôs  
2830 aqui em momentos anteriores. O Piso Mineiro Fixo, ele é o recurso que atende os  
2831 853 municípios. Ele tem a base de cálculo a partir do Cadastro Único, então é de  
2832 acordo com a quantidade de famílias que o município cadastra, atualiza, atende e  
2833 acompanha. A gente entende que a prioridade nº 1 é o que precisa ser fortalecido  
2834 como cofinanciamento que atende todo o estado e de acordo com a realidade local,  
2835 uma vez que considera a base do CAD, é o Piso Mineiro Fixo. Essa é a posição da  
2836 SEDESE. Estou reiterando para ficar bem claro. **ROBERTA, SEDESE:** Boa tarde.  
2837 Eu também vou falar aqui da questão do Piso Mineiro Fixo, baseado na Resolução  
2838 do CEAS que aprovou a revisão do PPAG e da LOA, que deliberou sobre isso. Aqui  
2839 no inciso IV está falando da ação 4132, o requisito que foi, a recomendação que o  
2840 CEAS dispôs foi exatamente o que eu vou ler para vocês: “Previsão de pagamento  
2841 das 12 parcelas do Piso Fixo no valor de referência de R\$ 2,40 por família,  
2842 considerando a base do Cadastro Único para programas sociais do governo federal,  
2843 o CadÚnico, de maio de 2022, estabelecido o valor mínimo de R\$ 2.000,00 por  
2844 município, considerando estimativa orçamentária de R\$ 14.122.329,60.” Ocorre que  
2845 nós não tivemos aprovação, nós não tivemos orçamento suficiente para atualização  
2846 da base de dados, então foi colocado na resolução do CEAS que a prioridade seria,  
2847 que o pleito a recomendação à SEDESE seria a atualização da base de dados com  
2848 o valor de R\$ 2,40. O artigo 2º da mesma resolução dispõe: “O CEAS, por meio da

2849 sua Comissão de Orçamento, participará das discussões do PPAG e da LOA na  
2850 Assembleia Legislativa de Minas, devendo aquela considerar as recomendações  
2851 dispostas nesta resolução.” Só observar que, assim, trazer ao pleno que a  
2852 disposição não está conforme resolução e o que estava disposto seria obedecido.  
2853 Obrigada. **PRESIDENTE:** Elder. Mais alguém? **ELDER, SEDESE:** Eu sugiro corrigir  
2854 a prioridade 7, para que ela fique de acordo com a resolução. Também sugiro que  
2855 ela passe a ser prioridade 1, mas o texto da prioridade que está com 7 passar a ser:  
2856 “Emendar orçamento para cumprir o disposto na Resolução CEAS nº 3/2022” e  
2857 colocar entre parêntesis: valor de referência com base. **INTERLOCUTOR NÃO**  
2858 **IDENTIFICADO [00:35:37]:** (trecho incompreensível). **ELDER, SEDESE:** Estimativa,  
2859 não é? E pelos cálculos, se manter os R\$ 2,40, ficaria em torno de R\$ 20 milhões.  
2860 Mas a gente pode deixar o valor maior porque a gente não sabe quanto que vai  
2861 aumentar no CadÚnico. E tenho o índice também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
2862 **DE CURVELO - SSV:** Desculpa furar a fila, nem sei se tinha alguém inscrito. Essa  
2863 resolução fala também da atualização anual. A atualização é do valor e também da  
2864 base de dados. Não é o cálculo em cima dos R\$ 2,40 e de maio de 2022, mas  
2865 também atualização anual desse negócio. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Eu  
2866 deixo você falar antes de mim. Eu estava inscrita, mas eu acho que a mesa está  
2867 dispersa e não viu a minha solicitação. Na verdade nós discutimos isso na comissão  
2868 ontem, Lucas, mas não chegamos ainda nem no pleito dos R\$ 3,00, que é  
2869 deliberação de conferência. Inclusive, todas as ações de financiamento que estão aí  
2870 colocadas, nós identificamos três deliberações de conferência que estão agraciadas.  
2871 Se eu não me engando, a deliberação 4614, mas eu sugiro aqui que a gente abra  
2872 para votar nas prioridades senão a gente vai alongar muito igual a discussão  
2873 primeira. Primeiro, eu acho que a presidente tem que conduzir da seguinte forma,  
2874 algum conselheiro... uma sugestão, presidente: tem outra prioridade que gostaria de  
2875 apresentar, considerando a análise que foi colocada aqui, senão partir para a  
2876 votação. Cada um vota nas prioridades e a que ganhar vai em ordem de prioridade.  
2877 Essa é a minha sugestão para a gente tentar agilizar a discussão. **GABRIELA,**  
2878 **CMAS/SALINAS:** Eu só gostaria de fazer o registro que a proposta nº 1, quando ela  
2879 foi discutida sobre apoio ao controle social no trabalho entre as duas comissões  
2880 ontem, é pela tentativa de tentar arrecadar recurso. Óbvio, que é o que a gente tem  
2881 falado aqui. Porque nas nossas discussões com relação a orçamento, o estado não  
2882 garantiu recurso para realização de conferência, que é uma obrigação, no meu  
2883 entendimento, de que deveria ter garantido esse recurso. É só para poder fazer esse  
2884 registro aqui. **PRESIDENTE:** Veja bem, só considerando o que a Conselheira  
2885 Juanita falou, temos três conselheiros que pediram para prioridade 1 se tornar o Piso

2886 Mineiro Fixo. Mais algum conselheiro tem proposta? Eu pergunto: podemos  
2887 considerar essa proposta de colocar como prioridade 1 o Piso Mineiro Fixo e votar  
2888 as prioridades na ordem em que estão dispostas na tela? A plenária está  
2889 esclarecida? **ROBERTA, SEDESE:** Observação, tem que ser corrigido a prioridade,  
2890 que está disposto na prioridade do piso. **PRESIDENTE:** Eu não entendi. Secretaria  
2891 Executiva, posso continuar? É porque estou querendo entender se a Secretaria  
2892 Executiva está com dúvida. **ROSALICE - CEAS:** Não. **PRESIDENTE:** Não?  
2893 Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**  
2894 Gostaria de elencar mais uma prioridade, que vem também das conferências, que é  
2895 a realização de concurso público para servidores estaduais. A SEDESE, ainda que  
2896 pese o empenho de todos os servidores, ela está sucateada porque não tem muitos  
2897 profissionais para dar conta das demandas que são apresentadas. Acho que deva  
2898 ser uma prioridade também a realização de concurso público para fomentar mais  
2899 servidores para conseguir garantir o atendimento com um pouco mais de celeridade  
2900 para os municípios. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu vou dar um  
2901 esclarecimento para o Conselheiro Lucas assim: nas ações que está a proposta da  
2902 LOAS não tem como incluir essa deliberação da conferência, considerando as ações  
2903 que já foram para a Assembleia. A não ser que o que a SEDESE falou aqui que a  
2904 ação 2081, ou a 4226, que não estão no FEAS, está na SEDESE é para pagar  
2905 recursos humanos. A não ser que a gente emende essa ação, mas ela não está no  
2906 FEAS. Então eu não sei se... entendeu, Lucas? Eu acho que a prioridade 2 nossa  
2907 deveria ser transferir essas ações da SEDESE para o FEAS porque não passa por  
2908 aqui já há muitos anos. **PRESIDENTE:** Se tiver consenso nas prioridades, a gente  
2909 vota todo mundo. A primeira pergunta que eu fiz e que eu entendi que todos  
2910 concordaram foi: o Piso Mineiro Fixo pode ser colocado como prioridade 1? Porque  
2911 três conselheiros sugeriram. Ninguém se manifestou contra. Tem uma conselheira  
2912 que não concorda. Nós vamos votar. Vamos votar prioridades. **MARIA JUANITA,**  
2913 **FEAPAES/MG:** É isso que eu sugiro, que coloque o quadro e coloque as votações.  
2914 Por exemplo, a minha prioridade é a conferência no ano que vem, senão não  
2915 teremos conferência. Eu acho que é votar as prioridades mesmo e até na votação já  
2916 está definido o ranking de prioridades ali que nós vamos tentar defender na  
2917 Assembleia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu quero  
2918 sugerir. Anuncia o nome da ação, coleta a votação de cada uma delas e depois  
2919 ranquear a que tiver mais votos e pronto. **PRESIDENTE:** Prioridade 1, para o Piso  
2920 Mineiro Fixo. Conselheiros que concordam, levantem o crachá, por favor. E a  
2921 Secretaria Executiva faz a contagem. 11 conselheiros pela prioridade do Piso  
2922 Mineiro Fixo. A maioria já ganhou. Prioridade 2, proposta: apoio ao controle social e

2923 é a proposta que veio da comissão. A proposta da Conselheira Juanita é mudar. Não  
2924 é isso, Juanita? Que está lá embaixo na 7, porque eu não estou vendo ela. **MARIA**  
2925 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, da forma como está sendo conduzida a  
2926 votação, eu acho que vai estar muito confuso para os conselheiros. Eu acho que não  
2927 tem que ler a prioridade. Eu acho que tem que ser as ações e cada conselheiro vai  
2928 votar, vamos dizer assim, qual é a prioridade 1 para aquele conselheiro, senão eu  
2929 acho que não vai ficar claro para os conselheiros. Nós temos que arrumar outra  
2930 forma de votação. **PRESIDENTE:** A proposta do Lucas e o que a Rosa está falando,  
2931 é que cada conselheiro vote em três. A plenária concorda? Só três, então cada  
2932 conselheiro vai escolher três. Você tem que registrar o nome de cada conselheiro aí.  
2933 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Questão de ordem,  
2934 Presidente. A minha sugestão é que cada conselheiro seja detentor de três votos, ou  
2935 seja, ele vai priorizar três das ações que estão colocadas, três das sete, e cada qual  
2936 vai votar três vezes. Na medida em que a gente for coletando o voto para cada uma  
2937 das ações, vai ser escalonada qual teve mais voto e vai ser estabelecida a ordem de  
2938 prioridade, como é feito no processo da conferência para deliberações. Simples  
2939 assim. **ELDER, SEDESE:** Eu concordo, mas eu peço que seja nominal para  
2940 organização, cada conselheiro fala as suas três prioridades. Eu acho que vai ser  
2941 muito mais eficaz. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Eu  
2942 considero que nós estamos em um espaço democrático e o conselheiro não vai  
2943 votar mais de três vezes, porque aí é a violação do próprio espaço democrático no  
2944 qual estamos. **PRESIDENTE:** Se abrir a planilha de votação e a tela, e cada  
2945 conselheiro por nome fala as suas três prioridades e a Secretaria Executiva registra  
2946 na planilha de votação. Eu pensei na planilha de votação colocar: Mariana, 1, 2 e tal.  
2947 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Conselheiros, a Mariana  
2948 deixou eu conduzir. Ação nº 1, 4132, que é o Piso Mineiro Fixo de Assistência Social.  
2949 Cada conselheiro tem direito a três votos, único e exclusivamente três votos. Quem  
2950 vota como prioridade a ação 4132, que é do Piso Mineiro, levante a plaquinha.  
2951 Secretaria Executiva faz o registro do número de votos. Lembrando mais uma vez  
2952 que só pode votar três vezes. 14 votos a ação 4132. Ação 4133, Apoio ao Controle  
2953 Social. Os conselheiros que apoiam essa ação como prioridade, podem votar.  
2954 Segundo voto. Mantenham a placa alta. Mariana, calma. Quantos votos? 18 votos.  
2955 Beleza. Lembrando que quem já votou duas vezes, só pode votar mais uma vez. A  
2956 Simone está vigiando para a gente. Próxima ação, 7005, Transferência de Renda  
2957 para famílias em situação de vulnerabilidade social. Pessoal, eu vou pedir silêncio,  
2958 por favor. Não tem como conduzir esse processo com esse tanto de converceiro.  
2959 **SIMONE, CMAS/BH:** Questão de ordem. Essa turma aqui toda já votou. Todo



2960 mundo quietinho, está? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**  
2961 Beleza. Quantos votos na terceira ação? 14 votos. Próxima ação 4130,  
2962 Regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Quem vota  
2963 nessa ação? 2 votos. Gente, nós estamos em um espaço democrático e ninguém vai  
2964 vigiar os votos dos outros, não. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [00:50:16]**  
2965 Ninguém está vigiando, não, mas eu estou falando que não votei ainda. **LUCAS,**  
2966 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Olha o respeito ao espaço  
2967 democrático. Vamos continuar. Ação 4534, Piso Mineiro Social Variável. Quem vota  
2968 nessa ação? 5 votos. Quem vota na ação 4131, Proteção Especial de Alta  
2969 Complexidade? Zero voto. Ação 2081 e 4226? 1 voto. Agora vamos escalonar.  
2970 Mostre para nós como que foram os votos. Quais são as prioridades? Como  
2971 prioridade 1. Vai enumerando lá, Rosa, depois a gente reordena pelo nome. Ação  
2972 4133 com 18 votos. Ação 4132 com 14 votos. Ação 7005 com 14 votos. Por que não  
2973 está escalonando, gente? Tem que colocar o número da prioridade. **ROSALICE –**  
2974 **CEAS:** Você não falou que eram três? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2975 **CURVELO - SSVP:** Não são só três, nós vamos colocar na ordem de prioridade de  
2976 negociação. Prioridade nº 1 a 4133. Prioridade nº 2, 4132. Está empatado, gente.  
2977 Também com 14 votos, prioridade nº 3. Vai ser a quatro, não é? Ação 7005. Com  
2978 dois votos, prioridade 4130. E, por fim, a ação 2061 e 4226 como prioridade. A que  
2979 zero voto não é prioridade, então não deve ser levada. Alta complexidade. Resultado,  
2980 só recapitulando a nossa ordem de prioridades. 1. Apoio ao controle social – 4133  
2981 com 18 votos. 7005 e 4132 empatadas, a serem desempatadas com 14 votos.  
2982 **SIMONE, CMAS/BH:** Gente, tem um erro ali. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A  
2983 ação 2 está duas vezes no quadro, a ação 7005, ela aparece na prioridade 2 e na  
2984 prioridade 3. A Simone identificou aqui. Ela aparece com 5 votos lá na primeira linha  
2985 e 14 votos (trecho incompreensível) [00:54:46]. **SIMONE, CMAS/BH:** E ela teve 14  
2986 na primeira. **ROSALICE – CEAS:** É verdade. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2987 **CURVELO - SSVP:** Eleição anulada. **SIMONE, CMAS/BH:** Gente, não votou errado,  
2988 não. Foi na hora de digitar lá que foi errado. Está certo aqui, ó. A 7005 teve 14 votos.  
2989 E a outra que teve 5 votos. Só na hora de digitalizar. **LUCAS, CONSELHO**  
2990 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Substitui o texto para gente poder ter certeza,  
2991 para anunciar aqui o resultado. Anula a anulação da votação. **LUDSON, CRESS:**  
2992 Rosa, a ação que recebeu 5 votos é a da regionalização. É só essa alteração que  
2993 você tem que fazer. Não foi, não. É o Piso Variável, Rosa. Desculpa. A ação que  
2994 recebeu 5 votos é a do Piso Variável. Pronto. É Piso Variável, com certeza. A  
2995 regionalização foi voto meu e do Lucas, só. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
2996 **CURVELO - SSVP:** Nós estamos em um espaço democrático e isso aqui vai para a

2997 ata, então a gente precisa refazer a votação porque a gente não pode... **LUDSON,**  
2998 **CRESS:** Não precisa, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**  
2999 **SSVP:** Precisa, Ludson, porque o registro foi diferente daquilo que foi anunciado.  
3000 **LUDSON, CRESS:** Não foi. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**  
3001 **SSVP:** Foi. **LUDSON, CRESS:** É porque na hora de fazer a alteração na ordem das  
3002 questões é que ela colocou errado. Entendeu? A ação da regionalização teve  
3003 apenas dois votos, que foram o meu e o seu. E a ação que teve 5 votos foi a do Piso  
3004 Variável. Voto da Juanita, voto da Simone. É só isso. Não é preciso votar de novo,  
3005 não. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu vou pedir à  
3006 Secretaria Executiva para tirar as palavras 'prioridade' e 'numeração' lá na frente,  
3007 por favor. Deixar só o nome da ação porque isso está confundindo a gente.  
3008 **ROSALICE - CEAS:** Vou tirar todas essas palavras. **LUCAS, CONSELHO**  
3009 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** E o número. **ROSALICE - CEAS:** Não precisa,  
3010 Lucas. Não precisa. **LUDSON, CRESS:** Lucas, agora a gente só tem que votar o  
3011 desempate entre as duas que ficaram com 14. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**  
3012 **CURVELO - SSVP:** Para registro da ata. Prioridade nº 1, com 18 votos, 4133 –  
3013 apoio ao controle social. Ação 7005 – transferência de renda para famílias em  
3014 situação de vulnerabilidade, com 14 votos. Ação 4132 – Piso Mineiro de Assistência  
3015 Social Fixo, com 14 votos. Ação 4834 – Piso Mineiro de Assistência Social Variável,  
3016 com 5 votos. Ação 4130 – regionalização da proteção social especial de média  
3017 complexidade, com 2 votos. Ação 2061 e 4226 – assessoramento da Política  
3018 Estadual de Assistência Social e apoio financeiro e material aos serviços  
3019 socioassistenciais com 1 voto. E 4131, que deve ser excluída, com zero voto. Agora  
3020 a gente precisa desempatar a ação 4132 e a ação 7005. Os conselheiros que  
3021 colocam como prioridade a ação 4132, Piso Mineiro Social Fixo, manifestem-se. 14  
3022 votos da ação 4132. Os conselheiros que aprovam como prioridade a ação 7005,  
3023 manifestem-se, por favor. Cinco votos, fechado como prioridade o Piso Mineiro Fixo,  
3024 ação 4132. E como terceira prioridade a ação 7005. Eu vou voltar a condução dos  
3025 trabalhos para a Mariana. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO [01:01:12]:** Eu  
3026 penso que aquela votação anterior tem que ser os dois 14, aí a prioridade 2 vai ser  
3027 que teve 14 votos agora e a prioridade 3 quem teve 5 votos. Mas os dois continuam  
3028 com os 14. **PRESIDENTE:** É porque elas não corrigiram a tela ainda. Corrige a tela  
3029 porque depois fica errado. Podemos passar para o próximo ponto de pauta?  
3030 **SANDRA, SINTIBREF:** Terminou a votação? Desculpa, é o seguinte: eu vi esse  
3031 movimento, comentei com os colegas ali que eu não poderia deixar de falar que é  
3032 uma configuração, é uma caracterização do pires na mão, não é? Porque a gente  
3033 sofre também no âmbito nacional. A gente ter que ficar discutindo. Isso aqui para

3034 antes de ontem já tinha que estar tudo. Mas aí a gente fala: “Mas isso é utopia. Isso  
3035 é romantismo.” Não é não, gente. A gente está há anos fazendo isso. A gente está  
3036 discutindo aqui, entre nós, quais prioridades. Esse é o rito. Essa é uma maneira de a  
3037 gente chegar lá. E em novembro a gente vai estar, debaixo de sol ou de chuva,  
3038 saindo do pleno e ir andando até à Câmara, bater de porta em porta, em gabinete de  
3039 parlamentar para poder por emendar parlamentar no orçamento. Inclusive já está na  
3040 programação que a gente tem que fazer isso, como fizemos lá atrás, no outro  
3041 mandato que eu estava. Continua o pires na mão. E eu acho que isso tem a ver. Eu  
3042 quero falar isso em respeito a lágrima que a gente viu aqui hoje. Essa lágrima que  
3043 acho que representa tudo isso e não fica preocupada não, dona Arlete, porque eu  
3044 não chorei, mas eu saí do pleno também, fui chorar no meu canto na época da  
3045 comunidade terapêutica colocada dentro da Assistência Social porque tem toda uma  
3046 história de vida do Porão de Barbacena com meu povo que ficou lá. A gente chora  
3047 porque a gente tem a vivência. A gente tem um estudo. A gente vai para uma  
3048 faculdade, mas tudo está muito gravado na nossa memória histórica. Essa lágrima  
3049 eu acho que representa (trecho incompreensível) [01:03:38] que eu falei da  
3050 contradição que estamos vivendo. Não estamos operando direitos sociais. Não  
3051 estamos promovendo cidadania. É discutindo e continuamos com o avanço  
3052 formulado nessa política e continuamos com o orçamento com o pires na mão. É  
3053 aqui que vai acontecer em novembro a mesma coisa. A gente vai sair debaixo de sol  
3054 ou chuva. Não sei como que vai estar lá para ir lá e bater na porta de parlamentar.  
3055 Vamos ver como é que vai ser. Obrigada. **PRESIDENTE:** Secretaria Executiva, tem  
3056 que fazer a leitura da resolução? Qual resolução que está na tela? A pauta agora é a  
3057 Comissão de Política. Conselheira Kariny vai fazer a apresentação. **MARIA**  
3058 **JUANITA, FEPAES/MG:** Eu peço que a Secretaria Executiva, posteriormente,  
3059 mande para todos os conselheiros como ficou essa prioridade, para nós que  
3060 estaremos na Assembleia no dia 3 não nos perdermos na luta das prioridades.  
3061 Obrigada. **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Eu vou pedir aos meus pares e à  
3062 Mira para me darem apoio, caso eu esqueça alguma informação. Nós temos...  
3063 Aquele status de denúncia vai ficar na tela ou vai ficar o meu? Nós temos o ponto 1  
3064 da demanda do Conselho de Segurança Alimentar. Nós enviamos o ofício para a  
3065 gestão... Vocês querem que eu fale o resumo? Traga a memória? Essa pauta de  
3066 segurança alimentar são os casos do conselho de BH, Sete Lagoas, Uberlândia e  
3067 Vespasiano, sobre a situação dos povos indígenas da etnia Warao. E várias famílias  
3068 foram descentralizadas pelo Exército em Montes Claros, Uberlândia, pedindo  
3069 providência nossa. Foi enviado um ofício pelo CONSEAS com as informações. Belo  
3070 Horizonte, Uberlândia e Vespasiano ainda não deram resposta, tem muita coisa

3071 pendente. Conselho de BH, nós enviamos 14 de julho sem resposta. Enviamos 2/09,  
3072 sem resposta. Conselho Municipal de Sete Lagoas, enviamos perguntas em 15/07 e  
3073 reenviamos em 2/09, sem retorno de como foi trabalhada essa questão lá em Sete  
3074 Lagoas. Uberlândia o mesmo contexto. Vespasiano o mesmo contexto. A gente  
3075 ainda está aguardando retorno da gestão e do conselho. A gente pediu para os dois  
3076 porque, pela demora, a gente achou interessante, além de mandar para o conselho,  
3077 mandar para a gestão. Realmente a gente não sabe como mais fazer. O caso de  
3078 Presidente Bernardes, a gente chegou à conclusão... deixa eu falar o resumo aqui.  
3079 O município publicou um decreto concedendo a gratificação à servidora. Eu lembro  
3080 que até o Conselheiro Lucas achou temerário a gente comentar a respeito da não  
3081 exclusividade da Secretaria Executiva. A gente vai encerrar o caso, mas a comissão  
3082 entendeu finalizar a apuração com resultado. Encaminhar para o encerramento da  
3083 denúncia e informar ao denunciado o desfecho da denúncia, ou seja, a gente vai  
3084 refazer aquela orientação. Certo, Mira? Já fizemos a orientação de que é uma  
3085 sugestão que seja exclusivo uma recomendação o secretariado executivo, porque a  
3086 gente havia dito que não havia problema. Mas já foi enviado, então a gente encerrou.  
3087 No caso de Jequitinhonha, a solicitação com relação aos recursos alocados no  
3088 Fundo Municipal. É uma empresa privada a respeito das isenções mandou um valor  
3089 xis que era para ser destinado ao Conselho do Idoso, mas ele acabou mandando  
3090 para o Conselho da Assistência Social. Esse conselho entrou em contato conosco  
3091 para saber se podia devolver o recurso para o Conselho do Idoso ou gastá-lo. O que  
3092 acontece? Esse conselho e essa gestão não deram retorno. **ADELMIRA - CEAS:** A  
3093 gente fez a orientação de como o conselho deveria proceder, só que ele ainda não  
3094 informou para a gente qual procedimento que ele adotou. E a gente está tentando  
3095 reenviar um ofício que já é de julho e já ligamos. Mas ainda não conseguimos falar  
3096 com alguém do conselho ou da gestão. Eu até liguei hoje e a pessoa me informou  
3097 que o telefone lá estava estragado e que retornou hoje, mas não tinha ninguém lá  
3098 com quem eu pudesse falar. E que eu tenho que ligar na segunda-feira novamente  
3099 porque só tinha um atendente lá na hora. E ela não soube informar se tem um  
3100 conselho. **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Isso. Alguma dúvida a respeito?  
3101 Vocês estão entendendo que tem muita coisa pendente de retorno para nós, então a  
3102 gente fica um pouco engessado. Santa Cruz Descalvado. A gente também está  
3103 aguardando retorno das orientações das medidas adotadas. A orientação que a  
3104 gente fez foi sobre o processo de escolha do conselho CMAS da sociedade civil a  
3105 Resolução nº 237 ainda foi orientada sobre ausência da paridade da composição do  
3106 CMAS e nem a alternância da presidência. Por quê? Observou que a presidência e  
3107 a vice-presidência são governo. E a gente está orientando sobre essa resolução que

3108 tem que ser alternado. Considerando a informação do caso de coordenador, a gente  
3109 orientou que na NOBSUAS tem que ter um coordenador e, nesse caso, a secretária  
3110 era a coordenadora do CRAS. E considerando só o finalzinho aqui e considerando a  
3111 informação de que o cargo de coordenador do CRAS for extinguido, nesse sentido  
3112 pode-se a definição de coordenador para o CRAS com a respectiva inclusão no  
3113 sistema, informa esse conselho o prazo de 30 dias, ou seja, a gente orientou trazer o  
3114 cargo de volta, então a coordenadora é exclusiva. Isso já foi enviado e essa cidade  
3115 não nos deu retorno se as medidas foram aplicadas. **PRESIDENTE:** Kariny, só para  
3116 esclarecimento e até desculpa porque eu fui ao banheiro, mas os conselheiros estão  
3117 me questionando. Você está trazendo como informe? Quais são os pontos para  
3118 deliberação da comissão? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Não tem ponto para  
3119 deliberação. **PRESIDENTE:** Então não precisa. Tem um ponto da resolução de  
3120 benefícios. **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Posso pular para ela?  
3121 **PRESIDENTE:** É porque os conselheiros estão me perguntando: qual é a  
3122 deliberação? Eu falei: deixa eu entender. **ADELMIRA - CEAS:** Tem a deliberação só  
3123 da denúncia que vai encerrar porque, pela resolução de denúncia, para encerrar tem  
3124 que deliberar. **PRESIDENTE:** Conselheira Juanita. **MARIA JUANITA,**  
3125 **FEAPAES/MG:** Estava me causando uma estranheza, considerando que a  
3126 coordenadora estava relatando até agora quatro denúncias que envolvem nove  
3127 municípios. Eu chamo esse colegiado para refletir porque eu estou percebendo, que  
3128 principalmente a Comissão de Política, não é de hoje, de várias, e da Comissão de  
3129 Apoio a Conselho, está ficando sobrecarregada com as denúncias que estão  
3130 chegando aqui. E praticamente na relatoria delas, o grande número é a denúncia.  
3131 Por exemplo, a Comissão de Política tem missão e finalidade muito relevante que é  
3132 acompanhar o Plano de Estadual de Assistência, propor reordenamento, manifestar  
3133 tecnicamente sobre ações e programas que estão sendo criados. E eu penso que  
3134 esse colegiado tem que se debruçar com relação a isso para a gente poder agilizar  
3135 essas denúncias, para as comissões não fiquem sobrecarregadas porque eu fico  
3136 olhando aí, manda ofício, aguarda. Manda de novo, aguarda. Nós não vamos  
3137 conseguir conduzir o trabalho nas comissões dessa forma, não. É só uma reflexão  
3138 aqui, considerando o que foi colocado e já colocando também a Comissão de Apoio,  
3139 que toda vez é essa mesma coisa também. Obrigada. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:**  
3140 Juanita, faço coro. Hoje de manhã até conversei com a Paula, o pessoal lá no GT.  
3141 Realmente está chegando muita demanda e geralmente para a de Apoio e para a  
3142 Comissão de Política, aí eu fiz a análise, mesmo que a gente trabalhe aqui sete  
3143 horas por dia, todos os dias da semana, a gente não ia conseguir dar conta. A gente  
3144 não está conseguindo atender a demanda. A gente não cumpriu cerca 5% que era

3145 do nosso plano anual. Fica apagando incêndio com um copinho de água.  
3146 Infelizmente, e olha que estou falando se todos os conselheiros estivessem  
3147 trabalhando todos os dias da semana. Até essa capacitação que vai ser feita na  
3148 próxima semana, vai ajudar muito a Comissão de Apoio. Vai ajudar muito, que já é  
3149 um atendimento de 240 municípios. Mas, mesmo assim, vai chegando sempre  
3150 novas denúncias e até essas denúncias que a gente podia estar pegando o nosso  
3151 plano de ação para fazer coisas diferentes. Realmente a gente precisa, eu não sei  
3152 se é reestruturar a Comissão de Apoio, trazer mais gente... permanecer a questão,  
3153 mas chegar mais gente para poder apoiar a Comissão de Apoio. Pensar em algo  
3154 para que a gente possa suprir tanta demanda que está chegando, tanto na de Apoio  
3155 quanto na de Política. Soraia, na última reunião, até chorou aqui de tanta demanda  
3156 que tem na Comissão de Política. Acho que a gente tem que pensar, esse colegiado  
3157 tem que pensar uma forma de minimizar. Acho que a primeira forma já foi pensada,  
3158 que é essa capacitação, o maior número de pessoas, maior número de municípios  
3159 possível. Mas pensar em uma estratégia que a gente possa minimizar esse tipo de  
3160 coisa. **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** E só para acrescentar, chegou ontem,  
3161 na reunião de comissão, os municípios de Itabirito, Juiz de Fora e Teófilo Otoni. Está  
3162 pendente o processo lá de Betim, que a gente não conseguiu reunir para fazer o  
3163 formulário para a visita técnica. Está um pouco difícil. Só para resumir, hoje, para  
3164 fechar, tem o caso de Presidente Bernardes que essa plenária vai deliberar. A nossa  
3165 orientação é para o encerramento da denúncia e a resolução dos benefícios  
3166 eventuais que essa plenária já recebeu o caderno. Já teve tempo de fazer as  
3167 considerações e hoje é só fazer a resolução para deliberar. **PRESIDENTE:** Ok.  
3168 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu queria dar um encaminhamento com relação  
3169 a isso porque a gente não pode só falar e deixar. Voltando, voltando e voltando. Eu  
3170 queria, é uma sugestão que a Secretaria Executiva apresentasse para a gente, aqui  
3171 na próxima plenária, uma proposta de tratativa dessas denúncias que chegam para  
3172 que a gente possa pensar em uma reorganização desse trabalho para que as  
3173 comissões consigam exercer a finalidade que está disposta na lei de criação do  
3174 CEAS e no Regimento Interno desse colegiado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**  
3175 **DE CURVELO - SSVF:** Juanita, essa matéria já está sendo tratada pela Comissão  
3176 de Normas. Há uma minuta já pronta para ser trazida para apreciação dos  
3177 conselheiros. Contudo, ela vai ser alterada porque estamos tratando do Regimento  
3178 Interno e dentro do Regimento Interno, a gente estabelece um protocolo de ouvidoria  
3179 dentro do conselho, ou seja, a gente distribui a matéria para um relator, até mesmo  
3180 para triagem das coisas. Veja, hoje, a denúncia é tratada a partir da reunião da  
3181 comissão. Se não reúne, não dá conta de tratar. Se você tem o processo de

3182 apuração da denúncia como nos processos de barragem, você tem um relator que  
3183 dá o tratamento, que dá os encaminhamentos, depois reporta para as comissões,  
3184 fica muito mais facilitado o trabalho. A ideia da criação da ouvidoria social é nessa  
3185 perspectiva. É uma resolução que eu apresentei para a Comissão de Normas no  
3186 mandato anterior, que não deu para dar continuidade ainda nas discussões, mas  
3187 que foi para dentro da minuta do Regimento Interno que a gente está preparando  
3188 para submeter, mas que vai precisar ser alterada dentro da Comissão de Normas  
3189 porque a gente alterou dentro do GT do Regimento Interno. **MARIA JUANITA,**  
3190 **FEAPAES/MG:** Eu retiro meu encaminhamento. **KARINY, BEM-ESTAR DO**  
3191 **MENOR:** E no nosso caso não é nem porque a gente não reúne. A gente reúne on-  
3192 line, presencial, só que a gente não está dando conta de produzir o que tem que ser  
3193 feito. **PRESIDENTE:** Kariny, eu vou pedir à comissão passar para o ponto de  
3194 deliberação. Combinado? 16h30 com chuva já pegando o nosso entorno. **KARINY,**  
3195 **BEM-ESTAR DO MENOR:** Enquanto a Mira coloca o lá o ponto da resolução, o  
3196 modelo de minuta tem para deliberar o encerramento da denúncia de Presidente  
3197 Bernardes. Gerou o processo nº SEI 1480010004894/2022-46, e a orientação dessa  
3198 comissão para a plenária é de encerrar o caso, visto que já foi solucionado in loco, lá  
3199 no município de Presidente Bernardes. Eles tiraram a menina que assumiu o cargo  
3200 de gratificação, não tem mais e acho que (trecho incompreensível) [01:19:18].  
3201 **ADELMIRA - CEAS:** Porque a situação era que uma conselheira que trabalhava  
3202 também na gestão, eles fizeram uma portaria que era para ela receber gratificação e  
3203 colocou que ela recebia também com como conselheira. E a gente conversou e eles  
3204 revogaram isso. Mandou a portaria de revogação. **PRESIDENTE:** A plenária  
3205 concorda com o encaminhamento sugerido pela comissão? Os que aprovam se  
3206 manifestem pela aprovação. Algum conselheiro não concorda? Algum conselheiro  
3207 se abstém? Aprovado o encaminhamento da comissão. Sobre a nota orientativa,  
3208 Kariny, pode esclarecer? Foi um documento construído pela equipe da SEDESE  
3209 com colaboração dos conselheiros. Foi enviado para todos os conselheiros para  
3210 contribuição com tempo de antecedência. O material é extenso. Ele está diagramado,  
3211 como foi apresentado ali. É uma versão já com diagramação. É isso? **KARINY,**  
3212 **BEM-ESTAR DO MENOR:** Isso. **PRESIDENTE:** Para divulgação no site, envio para  
3213 municípios, conselhos municipais e a gente vai fazer a resolução. A gente vai passar  
3214 para a minuta da resolução que aprova essa nota. A Secretaria Executiva pode  
3215 apresentar a resolução e Kariny quer complementar? **KARINY, BEM-ESTAR DO**  
3216 **MENOR:** Não. É isso mesmo, Mariana. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. **KARINY,**  
3217 **BEM-ESTAR DO MENOR:** Quem vai ler? A Secretaria Executiva ou eu posso ler?  
3218 **ADELMIRA - CEAS:** Eu posso ler, se vocês quiserem. **KARINY, BEM-ESTAR DO**

3219 **MENOR:** Obrigada, Mira. “Dispõe sobre a Nota Orientativa conjunta SEDESE-CEAS,  
3220 com orientações gerais aos gestores e conselheiros municipais de Assistência  
3221 Social, acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no  
3222 âmbito do Sistema Único de Assistência Social. O Conselho Estadual de Assistência  
3223 Social - CEAS, em Minas Gerais, em reunião plenária ordinária realizada em  
3224 21/10/2022, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei nº 12.262 de  
3225 23/07/1996; considerando a Lei Federal nº 8.742 de 7 de setembro de 1993, Lei  
3226 Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da  
3227 Assistência Social e dá outras providências; considerando a Lei nº 12.662, de 23 de  
3228 junho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, cria o  
3229 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e dá outras providências;  
3230 considerando a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela  
3231 Resolução nº 145/2004 que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a  
3232 implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; considerando a  
3233 Norma Operacional Básica – NOB, aprovada pela Resolução CNAS nº 130/2005,  
3234 que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social;  
3235 considerando que os benefícios eventuais da Assistência Social previstos no art. 22,  
3236 da Lei Orgânica da Assistência Social integram o conjunto de proteções da Política  
3237 de Assistência Social e, nesse sentido, insere-se no processo de reordenamento de  
3238 modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações  
3239 protetivas; considerando que o Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, que  
3240 dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742 de 7 de  
3241 dezembro de 1993 e define seu art. 9 que as provisões relativas à programas,  
3242 projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde,  
3243 educação, integração nacional e das demais políticas setoriais, não se inclui na  
3244 modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social; considerando a  
3245 Resolução CEAS, deste colegiado, nº 648 de 17 de dezembro de 2018, que  
3246 estabelece diretrizes para a regulação dos benefícios eventuais no âmbito do estado  
3247 de Minas Gerais, resolve: Artigo 1º Aprovar Nota Orientativa Conjunta SEDESE-  
3248 CEAS nº 1/2022, que dispõe sobre orientações gerais aos gestores e conselheiros  
3249 municipais de Assistência Social acerca da regulamentação, gestão e oferta de  
3250 benefícios eventuais, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Artigo 2º  
3251 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de  
3252 outubro de 2022. Mariana de Resende Franco – Presidente do Conselho Estadual  
3253 de Assistência Social.” Algum destaque? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**  
3254 Somente no último considerando, eu acho que tem que tirar desse colegiado. Só  
3255 resolução CEAS nº 648. **PRESIDENTE:** Conselheira Grazielle está sugerindo... Ok?



3256 A plenária está esclarecida? Consenso? Pergunto: conselheiros que aprovam a  
3257 resolução apresentada pela Comissão de Política se manifestem. Conselheiros que  
3258 reprovam a resolução? Conselheiros que se abstém de votar? Resolução aprovada.  
3259 Agora passando para a próxima comissão. A Comissão de Normas não tem pontos  
3260 para deliberação. Correto? O ponto de barragem já foi superado. Comissão de  
3261 Monitoramento reuniu junto com a de Orçamento. Comissão de Apoio tem ponto?  
3262 Comissão de Apoio agora. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** A gente está com um ponto de  
3263 deliberação aqui, que é o caso de Juiz de Fora. Chegou, na quarta-feira à noite, uma  
3264 denúncia para a Comissão de Apoio na qual os trabalhadores da cidade de Juiz de  
3265 Fora solicitaram apoio ao sindicato da cidade e apoio à Polícia Militar para atender à  
3266 população de rua. E outra denúncia que veio de outro trabalhador também, essa  
3267 ação de forma deixaram vexatória as pessoas em situação de rua, que  
3268 discriminalizava mais eles ainda, repudiando esse tipo de ação de ter trabalhado de  
3269 forma ostensiva que trata essa denúncia. Com isso, foi discutido ontem na Comissão  
3270 de Apoio, a denúncia não foi tão grande, mas com esse breve relato aí nós fizemos  
3271 alguns encaminhamentos que era para solicitar à gestão de lá um relatório desse dia  
3272 específico de como foi feita a ação dos trabalhadores junto a esses moradores de  
3273 rua. Se a Polícia Militar já chegou de forma ostensiva ou se realmente só teve um  
3274 apoio ali para aquela ação no momento. Não sei se vocês já fizeram apoio,  
3275 atendimento às pessoas em situação de rua. É um apoio realmente complicado, às  
3276 vezes a pessoa está em uso substância química, as vezes a pessoas está em uso  
3277 de álcool e droga, então às vezes esse apoio militar ele é necessário. Mas ele, de  
3278 forma ostensiva, eu acho que a gente tem que repudiar qualquer desse tipo de  
3279 forma. Pode falar, Grazi. **GRAZIELE, CRP:** Pois é. Eu atendo à população em  
3280 situação de rua, mas qual que era a demanda do município para precisar da polícia?  
3281 A gente não trata de violência. A gente trata das repercussões da violência, a  
3282 violação e violência. Mas se uma pessoa está causando um tumulto, por exemplo,  
3283 quem trata disso é a polícia, a Assistência não vai para lá. Qual que era a demanda  
3284 para a presença da Assistência lá? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** É isso que... O que  
3285 acontece? Os trabalhadores foram fazer abordagens dessas pessoas moradoras de  
3286 rua. Os trabalhadores foram fazer essa abordagem. Para fazer essa abordagem,  
3287 eles solicitaram o apoio da PM, mas isso é o que está na denúncia. Nós vamos pedir  
3288 um relatório do dia para saber como que a gente vai tratar disso. Não adianta a  
3289 gente: "Oh, foi feito errado. Foi feito certo." Sendo que a gente ainda não sabe o  
3290 outro lado da história. **GRAZIELE, CRP:** Entendi. Eu acho que o encaminhamento é  
3291 esse mesmo, perguntar como que foi feito porque não precisa de a gente da  
3292 Assistência chamar a polícia. A não ser que a gente esteja em uma situação de risco.

3293 Mas para atender pessoa usuária de álcool e droga? Eu atendo de porta fechada,  
3294 então não tem necessidade. E se em algum momento eu me sinto violentada, isso já  
3295 discuti inclusive com usuário: “Olha, a gente precisa tratar e tratar com humanidade.”  
3296 Eu me posicionei e a gente resolveu ali o conflito como que a gente ia lidar com isso  
3297 porque assédio a trabalhador é uma questão, mas para atender a população em  
3298 situação de rua não precisa da presença da polícia. A denúncia se trata disso  
3299 porque a Assistência foi fazer um atendimento e chamou a polícia para fazer. **JOÃO,**  
3300 **CMAS/CAETÉ:** O que acontece? Ela pediu apoio ao sindicato, para o sindicato  
3301 solucionar, fazer uma ponte entre Polícia Militar e gestão para a segurança dos  
3302 trabalhadores. Mas só que, o que acontece? A denúncia entra nesse tipo de forma.  
3303 **PRESIDENTE:** Deixa eu só fazer um aparte. Eu estou entendendo que a gente só  
3304 recebeu a denúncia, mas a gente precisa de esclarecer. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:**  
3305 Exatamente. Fazer as tratativas, mas só que para isso é preciso de  
3306 encaminhamento aqui. **PRESIDENTE:** Pois é, mas a plenária nesse ponto, está  
3307 João, Paula e Sirlene? Não precisa vir para a plenária. Se a comissão precisa de  
3308 esclarecimento, a comissão tem autonomia para solicitar esclarecimentos o quanto  
3309 for necessário. Marcar reunião, conversar com os trabalhadores, conversar com a  
3310 gestão afim de esclarecer. Depois de esclarecido, aí traz para a plenária, a gente tira  
3311 o encaminhamento ou de orientação, ou da intervenção que for necessária. Ok? Eu  
3312 acho que é só para orientar a comissão porque se é um ponto para esclarecimento,  
3313 isso não precisa vir para a plenária. Nenhuma comissão. **PAULA - CEAS:** O que nós  
3314 achamos que deveria vir, Mariana, é porque a denúncia deles é exatamente porque  
3315 envolve uma publicização muito grande pelas mídias sociais. E isso está causando  
3316 uma rejeição muito grande à população e colocando mais vulnerável. **PRESIDENTE:**  
3317 Mas a plenária não tem o que deliberar se a gente não ouvir e entender o que está  
3318 acontecendo. **PAULA - CEAS:** Sim. Tem um relato que eles falam disso. Não foi só  
3319 um atendimento que eles foram fazer, eles estão se sentindo ameaçados, ameaças  
3320 verbais **PRESIDENTE:** Eles quem? Os trabalhadores? **PAULA - CEAS:** Os  
3321 trabalhadores. Inclusive a denúncia vem de um trabalhador contra os próprios  
3322 colegas trabalhadores que requisitaram essa proteção ao sindicato, falando que eles  
3323 estão desamparados, que a proteção que a gestão (trecho incompreensível)  
3324 [01:35:40] segurança, que eles estão muito vulneráveis e sofreram agressões até  
3325 físicas, verbais, pelos moradores de rua. Isso causou uma revolta muito grande da  
3326 população contra os moradores de rua. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** E o sindicato ainda  
3327 postou isso nas redes sociais. **PAULA - CEAS:** É. Colocou no Facebook, nas mídias  
3328 sociais. O que eles pediram de imediato, por isso pensamos em ser mais proativos,  
3329 a retirada das mídias sociais. De alguns lugares já foi retirado, mas do Facebook

3330 não. Ela permanece, inclusive esse próprio denunciante fala que a gestão não  
3331 estava de acordo com esse policiamento, mas ela não conseguiu evitar. Por isso  
3332 que nós pensamos, talvez... A questão era só mesmo de oficiamento para a gestão,  
3333 ver o que está sendo feito nesse sentido para garantir a retirada mais ágil.  
3334 **PRESIDENTE:** O que a comissão é oficiar a gestão. Isso aí vocês podem e devem  
3335 fazer. Não precisa de plenária. A gestão, o sindicato, chamar os trabalhadores, eu  
3336 acho que vocês têm que colher maior quantidade de elementos possível para  
3337 entender. E se já tiver alguma orientação que vocês consigam fazer, ela já pode ser  
3338 dada, do ponto de vista se já tiver acontecendo uma violência ou uma violação para  
3339 chamar atenção deles nesse sentido. Nós, enquanto conselheiros, podemos fazer  
3340 isso. **GRAZIELE, CRP:** E se a população... É claro que a gente vai insistir. Tem um  
3341 usuário que eu vou lá de 15 em 15 dias prestar o atendimento. E ele me fala: “Eu  
3342 não quero.” E eu sei que não. Então está, daqui 15 dias eu volto. Mas se ele não  
3343 quer que eu atenda, é direito de não querer ser atendido. É direito dele. É claro que  
3344 eu vou entender a complexidade dessa escolha dele porque ele está se colocando  
3345 em risco. É minha responsabilidade ajudá-lo a compreender o meu trabalho também,  
3346 o que seria possível. Agora, se a população e aí depende da oferta, que eu acho  
3347 que é preciso compreender, que às vezes a oferta de serviço é para higienização do  
3348 local. E aí isso é muito grave. Eu vou lá para poder retirar a pessoa? É isso que a  
3349 Mariana colocou. A gente precisa entender essa situação porque o trabalhador  
3350 precisou de apoio policial. Porque se o usuário (trecho incompreensível) [01:38:04]  
3351 que me xingue, me retiro. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Por isso que é muito importante  
3352 essa solicitação de relatório da ação do dia. **SANDRA, SINTIBREF:** Complementado,  
3353 eu estava lá no grupo, fui com a comissão junto. É o seguinte, gente, o que eu senti  
3354 ali e é muito importante, é porque houve uma situação, os trabalhadores recorreram  
3355 ao sindicato dos trabalhadores públicos lá do município. E ele, o que o sindicato fez?  
3356 Colocou nas redes sociais expondo mais ainda a população vulnerável e criou mais  
3357 resistência da população local. A gente não sabe como é que foi a dimensão disso  
3358 com a população de rua já marginalizada, já excluída. E a gente tem que ter muito  
3359 cuidado como que a gente vai agir. Aí o sindicato, eu acho que teve essa falha,  
3360 digamos assim, sem compreensão, de colocar nas redes lá do dele, e isso deu  
3361 repercussão junto a população do município. O encaminhamento que surgiu foi de  
3362 até de pedir para tirar que ainda estava lá no Facebook. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:**  
3363 Recomenda-se, não é? **SANDRA, SINTIBREF:** É recomendar porque isso estava  
3364 expondo mais a população. E aí, é igual eu falei: Nada contra o trabalhador recorrer  
3365 ao sindicato. O papel do sindicato é esse aí mesmo. “Oh, estou sofrendo aqui. Me  
3366 ajuda aqui. Vem me trazer uma orientação. Vem me apoiar.” Estou falando enquanto

3367 SINTIBREF também, inclusive a gente tem um regional lá, em Juiz de Fora. O que  
3368 acontece? Mas foi outro sindicato. Trabalhador público lá dessa instituição, que  
3369 parece que agora é trabalhador terceirizado, mas **JOÃO, CMAS/CAETÉ**: É  
3370 terceirizado (trecho incompreensível) [01:39:32]. **SANDRA, SINTIBREF**: É. Então  
3371 aconteceu isso. É exposição porque aí eu faço parêntesis aqui, muito importante que  
3372 eu esqueci de dar esse informe do Núcleo Nacional de Educação Permanente que  
3373 vai reunir com todos os estados. E na reunião que a gente teve no nacional trouxe  
3374 uma proposta de uma plataforma, gente, virtual, que vocês vão ter acesso, caso ela  
3375 seja aprovada, que vai ser um instrumental maravilhoso de a gente identificar que  
3376 hoje, ao operar direito, ao querer combater a gente viola. Sabe? Então esse  
3377 instrumental que a gente está começando a estudar, eu acho que vai ser socializado  
3378 na reunião agora em novembro com todos os núcleos de Educação Permanente,  
3379 estadual, porque foi colocado para a gente o modelo e a gente foi falando como que  
3380 a gente ao combater a violência, ao tentar incluir, às vezes até inconscientemente  
3381 sem nenhuma maldade, a gente exclui, a gente expõe, vulnerabiliza. Inclusive eu dei  
3382 um exemplo da minha instituição enquanto eu estava lá. Era trajetória de vida nas  
3383 ruas, os meninos às vezes querem ir embora, essa população de rua. “Tia, me dá o  
3384 saco preto que eu vou juntar minhas roupar e ir embora.” Eu ficava escutando isso lá  
3385 da sala. Falei: Gente, a gente pegava o saco de lixo que tinha na instituição para ele  
3386 juntar as roupas dele e ir. Aí eu falei assim: E a gente fazia isso com uma  
3387 naturalidade, uma normalidade. Estou falando isso da Instituição Dom Bosco. E eu  
3388 fiquei lá 18 anos vivendo as duas situações. Então são detalhes que a gente, o  
3389 menino falou assim: “Me dá meu saco.” Ficava nervoso. Os meninos do centro de  
3390 passagem. “Me dá o saco preto.” Falava saco preto. “Me dá o saco preto que eu vou  
3391 juntar minhas coisas e ir embora.” Como que depois (trecho incompreensível)  
3392 [01:41:07] eu falei: “Gente, oh o que nós estamos fazendo.” Aí fomos pedir ao  
3393 administrador para comprar sacolas, mochilas, para poder na outra esquina essa  
3394 mochila virar outras coisas, rasgar. Mas a gente não podia estar fazendo o que  
3395 estava fazendo. E sem, assim, nenhuma maldade, sem uma intencionalidade. Estou  
3396 antecipando aqui que vai vir essa plataforma, pós-decisão do Núcleo de Educação,  
3397 para poder socializar que vai dar um instrumental para a gente para nós mesmo  
3398 trabalhadores ter a capacidade de identificar nossa própria contradição que  
3399 acontece ao atender. Isso aí acho que foi todo mundo com boa-intenção e o  
3400 trabalhador as vezes também está penalizado lá na ponta. O sindicato acolhe e  
3401 coloca nas redes e deu toda essa repercussão. É um bom exemplo de a gente  
3402 trabalhar isso, como melhorar a ação na hora que a gente está operando o direito  
3403 porque a gente acaba na nossa própria contradição. É isso. Obrigada.

3404 **PRESIDENTE:** Ok. Eu acho que já está esclarecido. Os encaminhamentos  
3405 propostos aqui não precisam ser aprovados, mas a plenária, pela discussão,  
3406 concorda com o encaminhamento da comissão. Eu queria perguntar se tem mais  
3407 algum ponto por causa do horário a gente tem que terminar uma discussão. **JOÃO,**  
3408 **CMAS/CAETÉ:** Eu queria aproveitar, com licença da Grazi e da (trecho  
3409 incompreensível) [01:42:21], hoje, na parte da manhã, nós tivemos uma reunião do  
3410 GT do Controle Social. E a gente precisa de uma prorrogação do prazo de mais 60  
3411 dias. Se iniciou o trabalho junto com o NEEP também, para que a gente possa  
3412 elaborar mais trabalho, por isso a importância da prorrogação do prazo.  
3413 **PRESIDENTE:** Sobre a prorrogação do GT do Controle Social, tem que ser  
3414 aprovado pela plenária. Esse assunto a gente já mencionou na parte da manhã. Eu  
3415 posso colocar em votação? Podemos? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Antes de  
3416 levar para votação, eu queria que o GT apresentasse os resultados nesses 60 dias,  
3417 no que que eles chegaram até então. **PAULA - CEAS:** O Isac queria falar, mas ele  
3418 foi. Na verdade, o problema aqui que ninguém é acompanhado desde o início. O que  
3419 estava no primeiro, não estão aqui agora. Quem chegou depois não pegou as  
3420 primeiras, mas... você pode falar. **GRAZIELE, CRP:** Na verdade, eu fui convidada  
3421 para participar do GT como conselheiras para estágio 1 das capacitações, assim  
3422 como a Juanita, o Lucas. E aí o plano de acompanhamento, ele não terminou, então  
3423 por isso que pede a prorrogação. E também tem a questão que a gente solicita a  
3424 inclusão do NEEP porque a gente percebeu que o NEEP também tem algumas  
3425 formações do controle social que estava sendo apartado. O NEEP fazendo algumas  
3426 capacitações e a gente aqui da Comissão de Apoio, de GT de Controle Social. O GT  
3427 pede essa ampliação por esse motivo, porque não conseguiu terminar o plano e  
3428 também incluiu a questão do NEEP para poder ampliar e garantir que também a  
3429 gente fosse mais efetivo com a inclusão das formações do controle social. **MARIA**  
3430 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu gostaria de pedir ao GT, porque o GT foi criado para  
3431 apresentar uma proposta de apoio às URCMAS e fóruns. Eu gostaria, já que tem um  
3432 plano, para eles trazerem esse plano inicial para a gente em novembro, para que a  
3433 gente contribua também com o GT, até porque a gente precisa operacionalizar essa  
3434 proposta porque já vamos findar o ano sem conseguir articular com essas  
3435 organizações. **PRESIDENTE:** Podemos colocar em votação a prorrogação do  
3436 prazo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** A resolução já está  
3437 pronta? **PRESIDENTE:** Prazo de 60 dias? Secretaria Executiva tem resolução?  
3438 **PAULA - CEAS:** Tem a minuta. Na verdade só alterar a data, não precisa alterar a  
3439 composição, nada. Vai ser só o... **PRESIDENTE:** Conselheiros que concordam com  
3440 a prorrogação dos trabalhos do GT, por favor, se manifestem. Conselheiros que não

3441 concordam? Conselheiros que se abstêm? Prorrogação aprovada por unanimidade.  
3442 Podemos dispensar a leitura dessa resolução? Plenária concorda? É porque temos  
3443 um ponto importante, que é o caso de Montes Claros. Vamos lá. Só retomando a  
3444 pauta. Só para ficar registrado. Foi pedido inclusão de ponto de pauta, discussão de  
3445 um caso que aconteceu no município de Montes Claros, com trabalhadores  
3446 caracterizando assédio eleitoral. Conselheira Gabriela. **GABRIELA,**  
3447 **CMAS/SALINAS:** Na verdade, é porque fui fazer contato com a minha colega. Eu  
3448 havia sugerido esse ponto de pauta porque eu não sabia que já haviam tomado  
3449 providências, mas parece que o Ministério Público de Montes Claros já fez  
3450 recomendações com relação ao caso. É por causa disso que eu iria sugerir a  
3451 retirada do ponto de pauta, mas se vocês acham interessante a gente discutir. Trata-  
3452 se do quê? Vou até postei lá no grupo dos conselheiros, um secretário de  
3453 desenvolvimento social do município de Montes Claros, (trecho incompreensível)  
3454 [01:47:22] de assédio eleitoral aos trabalhadores. Nas recomendações do Ministério  
3455 Público, inclusive ele vai tratar de questões que envolvam disso. É basicamente isso.  
3456 É um áudio muito longo que tem muitas coisas ali e a gente vê claramente que ele  
3457 tem um posicionamento político e que ele... **PRESIDENTE:** Você sabe informar se o  
3458 ministério público está tratando só no âmbito eleitoral ou no âmbito da improbidade  
3459 administrativa? Porque isso também caracteriza improbidade administrativa.  
3460 **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Sim. Na reportagem que a minha colega trouxe,  
3461 parece que é só no âmbito eleitoral mesmo. As orientações foram feitas só no  
3462 âmbito eleitoral. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A matéria  
3463 permeia não só a parte eleitoral, porque é crime aquela vedação ao agente público,  
3464 o ato que ele fez. E também se atém a previsão do assédio eleitoral que é vinculado  
3465 à questão do trabalho, ou seja, o Ministério do Trabalho também tem que atuar.  
3466 Como também o Ministério Público geral, o estadual, ele também tem que atuar sob  
3467 a perspectiva da improbidade administrativa daquele gestor. Então você tem três  
3468 frentes de atuação e, mais do que isso, é levar conhecimento para essas três  
3469 esferas de atuação do Ministério Público. E este conselho também precisa fazer  
3470 uma nota, uma manifestação repudiando o ato do gestor e de todo e qualquer gestor  
3471 que se posicionar de tal forma. A gente tem relatos e históricos publicados nas  
3472 mídias de reuniões de gestores, prefeitos, com apoio a determinado candidato e,  
3473 que por via de consequência, pode utilizar desse tipo de artifício para tentar coagir a  
3474 liberdade do voto dos trabalhadores. Acho importante esse conselho se manifestar.  
3475 Sim, o oferecimento da denúncia sim. Ministério do Trabalho, Ministério Público  
3476 Estadual e Ministério Público Eleitoral, a Procuradoria Regional Eleitoral.  
3477 **PRESIDENTE:** A Secretaria Executiva faz o ofício para o Ministério Público e os

3478 conselheiros contribuem na elaboração da nota. De acordo? Encerramos os pontos  
 3479 de pauta? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não sei como é que ficou a questão  
 3480 dos conselheiros que estarão conosco lá na Assembleia. A Secretaria Executiva  
 3481 providencia a inscrição de todos e diárias, os conselheiros que estão distantes, para  
 3482 providenciar. Não sei como é que está organizado em relação a isso. Só isso.  
 3483 **PRESIDENTE:** Eu peço aos conselheiros que comuniquem à Secretaria Executiva  
 3484 na segunda-feira, sem falta, porque vai ser pós-feriado e só vai ter quatro dias úteis  
 3485 para processar diária. Encerrada a plenária. Agradeço a presença e participação de  
 3486 todos, e até o próximo mês.

| NOME                                   | REPRESENTAÇÃO  | ASSINATURA |
|--|--|------------|
| Anna Karla Ribeiro Silva               | SEAPA  |            |
| Arlete Alves de Almeida                | O Movimento do Graal no Brasil   |            |
| Camila Lorena Sálvio Tanúrio           | SEAPA  |            |
| Carla Valéria Soares Vita              | Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG                  |            |
| Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio     | Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira - ADRA |            |
| Claudia Cristina Da Silva              | CMAS/Uberaba   |            |
| Cleuza Maria de Oliveira               | SEE  |            |
| Crislaine Cristina Nascimento Flauzino | CMAS/Conselheiro Lafaiete  |            |
| Daniel Martins de Mello Neto           | CMAS/Barbacena   |            |
| Elder Carlos Gabrich Júnior            | SEDESE   |            |
| Érica Pereira Alves Beltrame           | CMAS/Coronel Fabriciano  |            |
| Gabriela de Almeida Loiola             | Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas                                      |            |
| Gabriele Sabrina                       | SEDESE   |            |
| Graziele Vieira Cachapuz Machado       | CRP  |            |
| Isac dos Santos Lopes                  | ASQUIS   |            |
| Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi   | CMAS/Cordisburgo   |            |
| João Victor de Almeida Chaves          | SEPLAG   |            |
| Joao Vitor Da Silva Jorge              | CMAS/Caeté   |            |
| Kariny de Amorim Silva                 | Bem Estar do Menor   |            |
| Leandro Luis da Cruz Sena              | Instituto de Desenvolvimento Sociopolício Brasileiro - ID                                |            |
| Lucas Estevão Ribeiro da Silva         | Conselho Central de Curvelo-São Vicente de   |            |

|                                   |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
|                                   | Paula  |  |
| Ludson Rocha Martins              | CRESS  |  |
| Magna Cupertino Carvalho          | COGEMAS  |  |
| Maria Juanita Godinho Pimenta     | Federação das APAES do Estado de Minas Gerais                      |  |
| Mariana de Resende Franco         | SEDESE   |  |
| Marilene Faustino Pereira         | FETAEMG  |  |
| Marinete da Silva Moraes          | COGEMAS  |  |
| Philipe Nunes Vieira e Silva      | Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS                 |  |
| Rodrigo dos Santos França         | Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM |  |
| Sandra Regina Ferreira Barbosa    | SINTIBREF  |  |
| Simone Maria da Penha de Oliveira | CMAS/Belo Horizonte  |  |
| Vinícius de Querioz Castanheira   | SEF  |  |

3487

3488

3489

3490

3491

3492

3493

3494

3495

3496

3497

3498

3499

3500